



**INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA
CAMPUS SALVADOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

ADRIANA MARIA DE ALMEIDA MAIA CAMPOS

**O PDI DO INSTITUTO FEDERAL BAIANO (2015-2019) E AS BASES
CONCEITUAIS DA EPT : UMA ARTICULAÇÃO EM PROL DE UM ENSINO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO DE QUALIDADE**

**Salvador
2022**

ADRIANA MARIA DE ALMEIDA MAIA CAMPOS

**O PDI DO INSTITUTO FEDERAL BAIANO (2015-2019) E AS BASES
CONCEITUAIS DA EPT : UMA ARTICULAÇÃO EM PROL DE UM ENSINO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO DE QUALIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Salvador do Instituto Federal da Bahia, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Profa. Dra. Tereza Kelly Gomes Carneiro

**Salvador
2022**

C198p Campos, Adriana Maria de Almeida Maia
O PDI do Instituto Federal Baiano (2015-2019) e as bases conceituais da EPT: uma articulação em prol de um ensino profissional e tecnológico de qualidade / Adriana Maria de Almeida Maia Campos. – Salvador - Ba, 2022. 117 f. : il. ;color; 29 cm.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica), Campus Salvador-Ba, 2022. Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia da Bahia-IFBA,

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Tereza Kelly Gomes Carneiro.

Inclui referências.

1. Institutos Federais. 2. Plano de Desenvolvimento Institucional.
3. Bases conceituais da educação profissional e tecnológica. I. Título. II. Campos, Adriana Maria de Almeida Maia. III. Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia da Bahia-IFBA.

CDU 37.013



**INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA
CAMPUS SALVADOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

ADRIANA MARIA DE ALMEIDA MAIA CAMPOS

**O PDI DO INSTITUTO FEDERAL BAIANO (2015-2019) E AS BASES
CONCEITUAIS DA EPT : UMA ARTICULAÇÃO EM PROL DE UM ENSINO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO DE QUALIDADE**

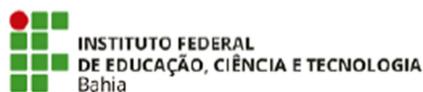
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Salvador do Instituto Federal da Bahia, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Tereza Kelly Gomes Carneiro (IFBA)
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima Luz Santos (IFBA)
Membro Interno PROFEPT

Prof^o. Dr. Rafael Oliva Trocoli (IF BAIANO)
Membro Externo



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
Rua Emídio dos Santos - Bairro Barbalho - CEP 40301-015 - Salvador - BA - www.portal.ifba.edu.br
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

PROFEPT- PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

“O PDI DO INSTITUTO FEDERAL BAIANO (2015-2019) E AS BASES CONCEITUAIS DA EPT: UMA ARTICULAÇÃO EM PROL DE UM ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO DE QUALIDADE”

ADRIANA MARIA DE ALMEIDA MAIA CAMPOS

Orientadora: Profa. Dra. Tereza Kelly Gomes Carneiro

Banca examinadora:

Profa. Dra. Tereza Kelly Gomes Carneiro

Orientadora – Instituto Federal da Bahia (IFBA)

Profa. Dra. Maria de Fatima Luz Santos

Membro Interno – Instituto Federal da Bahia (IFBA)

Prof. Dr. Rafael Oliva Trocoli

Membro Externo – Instituto Federal Baiano (IFBAIANO)

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela banca examinadora em 29/06/2022

Em 28 de junho de 2022.



Documento assinado eletronicamente por Tereza Kelly Gomes Carneiro, Professor Efetivo, em 29/06/2022, às 10:09, conforme decreto n° 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por MARIA DE FATIMA LUZ SANTOS, Professor Efetivo, em 29/06/2022, às 15:22, conforme decreto n° 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por Rafael Oliva Trocoli, Usuário Externo, em 29/06/2022, às 19:43, conforme decreto n° 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
informando o código verificador 2380540 e o código CRC BACE8809.

Dedico este trabalho às minhas filhas Isabel e Elisa.

AGRADECIMENTOS

A meus antepassados, homens e mulheres negras que viveram vidas difíceis abrindo caminhos que pudessem ser menos íngremes para quem viesse depois.

A meus pais, Hamilton e Iranildes, pela vida e pela dedicação dispensada a mim.

A meu esposo Joaci e às minhas filhas Isabel e Elisa, pelo amor e inspiração.

A todos os professores e professoras, em especial à minha orientadora Tereza Kelly pelo empenho e entusiasmo.

Aos colegas da turma 3 do curso PROFEPT, em especial àqueles que de colegas se tornaram verdadeiros amigos e foram fundamentais na realização deste trabalho: Lilian Alves e Nelman Ribeiro.

Aos colegas do grupo TICASE, em especial ao amigo Rafael Mascarenhas.

À minha terapeuta Vera Vilas Boas, por me ajudar no fortalecimento da minha autoestima e na superação das dificuldades da vida.

À Universidade Federal da Bahia, onde me formei; ao Instituto Federal da Bahia, onde realizei o mestrado; ao Instituto Federal Baiano, onde trabalho. Um agradecimento especial à equipe da PROEX do IF BAIANO, em destaque à Ana Paula Marques e a Rafael Oliva, pelo incentivo e apoio.

“O que importa não é a perfeição. O que importa não é o destino final. Há poder em se fazer conhecer e ouvir, em ter sua própria história, em usar sua voz autêntica”.
Michelle Obama (2019)

RESUMO

A proposta deste trabalho é investigar de que modo as bases conceituais da educação profissional e tecnológica (EPT) estão contempladas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal Baiano (IF BAIANO) 2015-2019. A metodologia de pesquisa é uma combinação de estudo de caso, revisão bibliográfica e análise documental, amparada por princípios da bricolagem. A relevância deste estudo está em articular gestão e ensino, trazendo à reflexão a importância de que o planejamento da Instituição seja pautado por diretrizes que elevem o ensino a um patamar de omnilateralidade, integração e politecnia. O produto educacional fruto desta pesquisa será um workshop em ambiente virtual com servidores da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, setor que lida diretamente com a elaboração, implementação e acompanhamento do referido Plano no IF BAIANO.

Palavras-Chave: Institutos Federais. Plano de Desenvolvimento Institucional. Bases conceituais da educação profissional e tecnológica. EPT.

ABSTRACT

The proposal is to investigate how the conceptual bases of professional and technological education (PTE) are contemplated in the Institutional Development Plan (IDP) of the Instituto Federal Baiano (IF BAIANO) 2015-2019. The research methodology is a combination of case study, bibliographic review and document analysis, supported by principles of bricolage. The relevance of this study is to articulate management and education, reflecting on the importance of the Institution's planning being guided by guidelines that raise teaching to a level of omnilaterality, integration and polytechnic. The educational product resulting from this research will be a workshop in a virtual environment with servers from the Dean of Institutional Development, a sector that deals directly with the preparation, implementation and monitoring of the referred Plan at IF BAIANO.

Keywords: Federal Institutes. Institutional Development Plan. Conceptual bases of professional and technological education. PTE.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica abordadas neste trabalho.....	40
Figura 2: Elementos que se relacionam com o trabalho como princípio educativo ...	42
Figura 3: Representação da base conceitual “formação integral”	44
Figura 4: Representação da base conceitual “politecnia”	45
Figura 5: Elementos que constituem a pesquisa como princípio educativo	49
Figura 6: Metodologia de pesquisa utilizada neste trabalho.....	55
Figura 7: Esquema gráfico das etapas da pesquisa.....	66
Figura 8: Slide 1 – Apresentação do workshop	96
Figura 9: Slide 2 – Estrutura do workshop	96
Figura 10: Slide 3 – Introdução	97
Figura 11: Slide 4 – Introdução	97
Figura 12: Slide 5 – Introdução	98
Figura 13: Slide 6 – Introdução	98
Figura 14: Slide 7 – Sobre o produto educacional.....	99
Figura 15: Slide 8 – Referencial teórico	99
Figura 16: Slide 9 – O percurso metodológico	100
Figura 17: Slide 10 – A metodologia	100
Figura 18: Slide 11 – Etapas da pesquisa.....	101
Figura 19: Slide 12 – A estrutura do PDI (2015-2019)	101
Figura 20: Slide 13 – Critérios adotados	102
Figura 21: Slide 14 – Critérios adotados	102
Figura 22: Slide 15 – Premissas da pesquisa	103
Figura 23: Slide 16 – Apresentação dos participantes	103
Figura 24: Slide 17 – Planejamento	104
Figura 25: Slide 18 – PDI	104
Figura 26: Slide 19 – Sociointeracionismo	105
Figura 27: Slide 20 – Bases conceituais da EPT.....	105
Figura 28: Slide 21 – O trabalho como princípio educativo	106
Figura 29: Slide 22 – A formação integral	106
Figura 30: Slide 23 – A poitecnia.....	107
Figura 31: Slide 24 – A pesquisa como princípio educativo	107
Figura 32: Slide 25 – Exercício reflexivo (pausa)	108
Figura 33: Slide 26 – Achados da pesquisa	108
Figura 34: Slide 27 – Dados brutos	109
Figura 35: Slide 28 – Dados brutos	109
Figura 36: Slide 29 – Gráfico.....	110
Figura 37: Slide 30 – Gráfico.....	110
Figura 38: Slide 31 – Análise dos dados	109
Figura 39: Slide 32 – Análise dos dados	109
Figura 40: Slide 33 – Outras discussões.....	110
Figura 41: Slide 34 – Outras discussões.....	110
Figura 42: Slide 35 – Quizz	111
Figura 43: Slide 36 – Quizz	111
Figura 44: Slide 37 – Recomendações	112
Figura 45: Slide 38 – Recomendações	112
Figura 46: Slide 39 – Sugestões	113
Figura 47: Slide 40 – Encerramento.....	113

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Percentual de incidência das bases conceituais da EPT no PDI75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Incidência dos focos de estudo nas referências bibliográficas da pesquisa	58
Quadro 2: Categorias e unidades de registro	61
Quadro 3: Incidência de unidades de registro da categoria “Trabalho como princípio educativo” no PDI e no capítulo 3 do documento	68
Quadro 4: Incidência de unidades de registro da categoria “Formação Integral” no PDI e no capítulo 3 do documento	69
Quadro 5: Incidência de unidades de registro da categoria “Politecnia” no PDI e no capítulo 3 do documento	70
Quadro 6: Incidência de unidades de registro da categoria “Pesquisa como princípio educativo” no PDI e no capítulo 3 do documento	72
Quadro 7: Incidência de unidades de registro por categoria no PDI e no capítulo 3 do documento	73
Quadro 8: Estrutura e estimativa de tempo para cada etapa do workshop	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
CEPLAC - Comissão Executiva Plano da Lavoura Cacaueira
EMARC – Escolas Agrotécnicas Federais e das Escolas Médias de Agropecuária Regionais
EMI – Ensino médio integrado
EPT - Educação Profissional e Tecnológica
IES – Instituição de Ensino Superior
IF – Instituto Federal
IFBA – Instituto Federal da Bahia
IF BAIANO – Instituto Federal Baiano
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
MEC – Ministério da Educação
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PE – Planejamento Estratégico
PPC - Projeto político-pedagógico dos cursos
PPI - Projeto Político Institucional
PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Apresentação do documento	13
1.2 Breve apresentação do tema de pesquisa.....	13
1.2.1 Trabalho como princípio educativo.....	14
1.2.2 Formação integral	15
1.2.3 Politecnia.....	15
1.2.4 Pesquisa como princípio educativo	15
1.3 A motivação	16
1.4 O locus da pesquisa	17
1.5 A relevância do PDI na atualidade.....	18
1.6 A importância da Gestão no curso PROFEPT	19
1.7 O problema e a hipótese de pesquisa	20
1.8 Os objetivos geral e específicos	21
2 O PDI	22
2.1 O ensino superior nos Institutos Federais.....	22
2.2 O planejamento	24
2.3 O PDI	26
2.4 A natureza técnica do PDI	28
2.5 A Natureza política do PDI.....	30
3 O PPI.....	31
4 SOCIOINTERACIONISMO.....	33
4.1 PDI como signo e elemento cultural	36
5 AS BASES CONCEITUAIS DA EPT	38
5.1 Trabalho como princípio educativo	40
5.2 Formação integral.....	42
5.3 Politecnia	45
5.4 Pesquisa como princípio educativo	47
5.5 As bases conceituais e o PDI	49
6 METODOLOGIA.....	52
6.1 Estudo de caso	56
6.2 Revisão bibliográfica.....	56
6.3 Pesquisa documental.....	59

7 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	62
7.1 Pré-análise.....	62
7.2 Levantamento dos dados.....	64
7.2.1 Considerações iniciais	64
7.2.2 Técnicas adotadas	64
7.2.3 Procedimentos adotados	67
7.3 Análise dos resultados.....	67
7.3.1 Trabalho como princípio educativo	67
7.3.2 Formação integral	69
7.3.3 Politécnicia	70
7.3.4 Pesquisa como princípio educativo	71
8 ANÁLISE DOS RESULTADOS	72
9 PRODUTO EDUCACIONAL.....	76
9.1 Introdução.....	76
9.2 Concepções do produto.....	77
9.3 Dinâmica da apresentação	78
9.4 Etapas do processo	79
9.4.1 Abertura	79
9.4.1.1 Apresentação da estrutura.....	79
9.4.1.2 Introdução	79
9.4.1.3 Apresentação do referencial teórico.....	79
9.4.1.4 Metodologia.....	80
9.4.1.5 Apresentação dos participantes	80
9.4.2 Aspectos teóricos da proposta	81
9.4.2.1 Planejamento como ferramenta de gestão.....	81
9.4.2.2 PDI	81
9.4.2.3 Sociointeracionismo	81
9.4.2.4 As bases conceituais da EPT.....	81
9.4.2.5 Apresentação dos achados da pesquisa.....	83
9.4.2.6 Atividades práticas e finalização	83
9.5 Avaliação da aplicação	85
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS.....	88
APÊNDICE A (WORKSHOP).....	96
APÊNDICE B – Quizz (perguntas e respostas).....	114

APÊNDICE C – Formulário de avaliação do workshop	116
--	-----

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação do documento

Este trabalho se divide nas seguintes partes: Introdução, O PDI, Sociointeracionismo, As bases conceituais da EPT, Metodologia, Produto educacional, Cronograma, Considerações finais e Referências bibliográficas.

Na Introdução descrevemos a temática abordada, a motivação da pesquisa, sua importância, os objetivos pretendidos. No segundo capítulo abordamos os conceitos em torno do planejamento e do PDI; no terceiro trazemos a teoria de ensino e aprendizagem sociointeracionista para embasar nossas colocações; no quarto abordamos as bases conceituais da EPT e as possibilidades de articulação no PDI. No capítulo da Metodologia delineamos o processo metodológico realizado, no capítulo Apresentação e Análise de Resultados apresentamos os achados da pesquisa e a interpretação dos mesmos; no capítulo Produto Educacional apresentamos a concepção, planejamento, execução e resultados alcançados com a aplicação do produto e, por fim, nas Considerações Finais apresentamos a conclusão deste trabalho.

1.2 Breve apresentação do tema de pesquisa

Dal Magro e Rausch (2012) sinalizam que as instituições de ensino superior (IES) têm o condão de utilizar o conhecimento produzido para modificar a realidade, formando profissionais comprometidos com esse propósito. Francisco, Nakayama, Ramos e Oliveira (2012) ressaltam que as IES, a partir de uma compreensão do entorno e de uma visão à frente do seu tempo têm papel importante na promoção de uma melhor qualidade de vida e no atendimento dos anseios sociais. Nesse sentido, observamos que essas instituições têm uma posição estratégica na sociedade, sendo tema de políticas públicas educacionais que têm como foco o ensino superior enquanto instrumento de transformação da realidade por meio do compartilhamento de conhecimento cultural e científico.

Assim, nas últimas décadas as IES brasileiras têm se preocupado em perseguir melhorias em diversos aspectos: na qualidade de ensino e aprendizagem, na formação dos alunos e na gestão administrativa e financeira como meios de

subsidiar o atingimento dos objetivos pedagógicos (DAL MAGRO, RAUSCH, 2012). Sobrinho (2005) enuncia que a qualidade educativa “é sempre concernida pela qualidade social, vale dizer, é relativa à qualidade da sociedade que queremos para hoje e projetamos para as próximas gerações” (SOBRINHO, 2005, p. 60).

Nesse diapasão foi criado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), por meio da Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, com um foco na observância de questões relativas à qualidade do ensino superior ofertado, tendo como intuito o estabelecimento da proposta pedagógica e administrativa das instituições, definindo seu papel social, sua estrutura e posicionamento no que tange aos anseios sociais (FRANCISCO, RAMOS, OTANI, HELOU, MICHELS, 2011).

Dentro desse Sistema destacamos a criação do PDI como requisito fundamental para avaliação das instituições. Esse instrumento, regulamentado inicialmente mediante decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006, visa a normatizar a atividade educacional, consolidando as políticas e ações no sentido de fomentar a atuação das IES como instrumento de transformação social (para a consecução de objetivos institucionais e educacionais (OTANI, HELOU, MICHELS, 2011).

Sobrinho (2005) declara que “entre as instituições universitárias há uma grande diferenciação, há histórias, compromissos e dificuldades específicos e distintos que nos proibem de concebê-las como instituição singular e homogênea (sic)” (SOBRINHO, 2005, p. 54). Destacamos que, entre essas IES, temos os Institutos Federais que têm uma característica muito peculiar entre as demais instituições, por promover não apenas ensino de nível superior como de nível médio de natureza profissional e tecnológica – nível que também é estratégico para a sociedade como veremos ao longo deste trabalho. E é dentro dessa perspectiva que trazemos o tema da nossa pesquisa, cuja proposta envolve uma análise da relação entre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal Baiano (2015-2019) e as bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). A seguir, elencamos brevemente essas bases para, em seguida, no decorrer do texto, realizar um aprofundamento do tema):

1.2.1 Trabalho como princípio educativo: essa base conceitual preconiza o lugar de centralidade do trabalho na esfera da constituição do próprio ser humano. Segundo esse princípio, o trabalho se caracteriza pela transformação da natureza para o atendimento das necessidades sociais, e quando isso acontece, não só se

produzem as condições para que a existência possa prosperar como se desenvolve um processo educativo que caracteriza a própria humanidade.

1.2.2 Formação integral: preconiza uma formação humana que contemple o conhecimento em sua totalidade, superando a dicotomia entre o ensino profissional para a classe trabalhadora e o ensino propedêutico para as classes hegemônicas.

1.2.3 Politecnia: pressupõe a articulação entre a educação e o mundo do trabalho, englobando não apenas conhecimento técnico, mas conhecimento geral proporcionando ao educando conhecimentos amplos que fomentem uma compreensão crítica e reflexiva de sua vida em sociedade.

1.2.4 Pesquisa como princípio educativo: essa base conceitual impulsiona ao desbravamento de novos conhecimentos, à procura de respostas e soluções para problemas reais vividos em sociedade. A pesquisa faz uma importante interlocução com o ensino, de modo que é fundamental que se ensine a pesquisa e que o conhecimento produzido pelas pesquisas seja também ensinado.

Feita uma breve conceituação do tema, pode-se perceber de pronto que este estudo abarca tanto aspectos de Gestão (planejamento) como de Ensino (bases conceituais educativas) enquanto áreas do conhecimento, o que lhe confere um caráter interdisciplinar. Segundo Favarão e Araújo (2004), a interdisciplinaridade pressupõe a integração de diversas áreas do conhecimento em busca de uma visão mais holística, integradora da realidade, com o objetivo de produzir novos conhecimentos e solucionar problemas. É um percurso que leva ao rompimento de barreiras, à superação de fronteiras que isolam o conhecimento em compartimentos limitantes. A interdisciplinaridade busca o desenvolvimento de um olhar e de uma postura crítica e criativa da realidade.

Pombo (2005) indica que o prefixo *inter* indica articulação, inter-relação, o estabelecimento de uma ação recíproca. É justamente desse modo que enxergamos nosso trabalho: uma articulação entre dois temas, numa perspectiva que vislumbra as possibilidades de relacionamento entre os fatores.

Terradas (2011) destaca que a interdisciplinaridade prevê a interação entre disciplinas e sujeitos, deixando de lado fragmentações em busca de um olhar mais amplo, coletivo e reflexivo. Dessa fala depreendemos que um estudo que se limitasse aos aspectos envolvidos no planejamento organizacional ou uma pesquisa que se debruçasse apenas sobre questões educacionais teriam o seu valor, contudo, ao entrelaçarmos os dois assuntos, revelando as possíveis aproximações e

incongruências, é possível promover uma conexão entre os temas, aprofundando e ampliando o olhar no curso da pesquisa.

Ao realizar uma análise que articula o PDI do IF BAIANO às bases conceituais da EPT revelamos a perspectiva integradora do nosso trabalho. Quando refletimos sobre como e por que um instrumento de gestão pode se relacionar com conceitos educacionais estamos articulando a atividade-meio (gestão) à atividade-fim (ensino) e isso é enriquecedor, pois amplia as possibilidades de desvelar os caminhos possíveis para que a gestão do Instituto propicie subsídios para o alcance de um ensino de qualidade, conforme preconizado pelas bases conceituais da EPT.

1.3 A motivação

Logo no princípio do curso, ao iniciar o processo de pesquisa da área-tema a que me dedicaria, vislumbrei a possibilidade de estabelecer um elo entre Administração, área de formação da mestranda, e Ensino¹, campo de conhecimento que engloba a atividade-fim do IF BAIANO (ensino), onde sou servidora pública desde 2017. Vi nesse elo a possibilidade de aliar os conhecimentos de administradora aos novos conhecimentos que viria a adquirir ao longo do Mestrado PROFEPT.

A escolha do tema se deu porque em 2019 fui membro integrante da Comissão responsável pela elaboração do próximo PDI. Ao participar das reuniões para elaboração do plano, observei como aquela ferramenta de gestão está intimamente ligada aos objetivos educacionais do Instituto, seja por meio das diretrizes declaradas, dos objetivos propostos ou metas estabelecidas. Essa experiência oportunizou que eu aprofundasse os conhecimentos sobre o tema, de modo que foi natural essa escolha logo no primeiro semestre do curso.

Relembro que, muito antes desse processo de elaboração do novo PDI do IF BAIANO, há anos tive experiência com Planejamento Estratégico (PE) em uma empresa de Tecnologia da Informação, a Sysdesign Consultoria em Informática (como poderá ser visto ao longo deste trabalho, o PE tem aproximações importantes com o PDI). Nos anos 2000 atuei no setor de Gestão da Qualidade da referida

¹ De acordo com a lei nº 11892, de 29 de dezembro de 2008, os Institutos Federais são especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, tendo entre suas finalidades o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

empresa, participando ativamente das reuniões para análise crítica dos indicadores, objetivos e metas, acompanhando as auditorias internas e externas, e desenvolvendo planos de ação para atingimento dos resultados almejados pela organização.

Essa experiência, embora longínqua, deixou fortes marcas em minha formação profissional, de modo que me deu subsídios para que, anos depois, pudesse contribuir com meus conhecimentos para o processo de elaboração do PDI do IF BAIANO e, em seguida, para que pudesse desenvolver, junto à minha orientadora, o projeto de pesquisa no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT).

1.4 O locus da pesquisa

O Instituto Federal Baiano se formou a partir das antigas Escolas Agrotécnicas Federais e das Escolas Médias de Agropecuária Regionais da Ceplac² (EMARC) da Bahia, tendo sido instituído formalmente por meio da lei nº 11,892 de 29 de dezembro de 2008. Essa lei criou a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e tinha, como alguns de seus objetivos, a oferta de educação profissional e tecnológica e a promoção da integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e à educação superior. Atualmente, o IF BAIANO possui campus nos municípios de Alagoinhas, Bom Jesus da Lapa, Catu, Governador Mangabeira, Guanambi, Itaberaba, Itapetinga, Santa Inês, Senhor do Bonfim, Serrinha, Teixeira de Freitas, Uruçuca, Valença e Xique-Xique; com oferta de cursos nas seguintes modalidades (IF BAIANO, 2020):

- a) Técnico: integrado, PROEJA e subsequente;
- b) Graduação: cursos de bacharelado, licenciatura e tecnológicos;
- c) Pós-graduação: especialização e mestrado;
- d) Formação inicial e continuada: cursos com carga horária mínima de 160 horas.

Segundo dados do Relatório de Gestão 2019 (IF BAIANO, 2019), o Instituto tem 1.763 servidores, entre professores e técnico-administrativos, e realizou 20.670 matrículas em 2019. O instituto ofertou 125 cursos técnicos de nível médio, 23 cursos de graduação e 33 de pós-graduação. Em 2019 foram desenvolvidos 171

² Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, entidade criada pelo Governo Federal mediante Decreto nº 41.243 de 03/04/57 para atuar na recuperação das atividades econômico-rurais.

projetos de pesquisa e 82 projetos de extensão.

O instituto teve dois PDIs ao longo de sua história: o primeiro, que vigorou de 2009 a 2013, e o segundo, intitulado “Identidade e Gestão para a construção da excelência!” (2015-2019), que é objeto deste trabalho. É importante registrar que o Plano escolhido para estudo, embora tenha seu prazo formal expirado, teve o prazo expandido até dezembro de 2020, conforme Resolução 51/2020 - OS-CONSUP/IF BAIANO, emitida em 12/02/2020. Em fevereiro deste ano, por meio da Resolução 117/2021 - OS-CONSUP/IF BAIANO, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021, foi aprovado o novo PDI, a vigorar durante o quinquênio de 2021 a 2025. Optamos por dar continuidade ao trabalho com o PDI 2015-2019, em virtude de já termos nos debruçado sobre ele e de termos realizado a etapa de qualificação do projeto com a apresentação dessa proposta. Acreditamos que, embora a vigência possa expirar, os documentos formais não se extinguem com a sucessão de novos termos, pelo contrário, eles ganham relevância por revelar o percurso histórico do que é analisado.

1.5 A relevância do PDI na atualidade

Após dois anos de pandemia e todos os relevantes impactos que vivenciou-se nas instituições de ensino, somos levadas a refletir sobre como esse momento impacta na concepção do PDI como instrumento de gestão e que importância ele terá para as IES neste momento. Essa reflexão faz uma boa introdução ao trabalho proposto, pois colabora para a compreensão da relevância do estudo.

O tema PDI foi discutido em 27/05/2020 em uma das mesas de debate do Congresso da Universidade Federal da Bahia (UFBA), realizado virtualmente por meio da plataforma Youtube³.

Esse debate aconteceu num momento em que boa parte das IES estavam (e ainda estão) com suas atividades de ensino suspensas ou modificadas abruptamente para uma modalidade à distância, trazendo um grau de incerteza de alto impacto social, econômico e político.

No debate houve declarações notáveis acerca da importância do PDI

³ Na mesa de debates intitulada “Desafios ao planejamento estratégico em tempos de pandemia Covid-19” estiveram presentes Antônio Virgílio Bastos, professor aposentado, membro da Superintendência de Avaliação e Desenvolvimento Institucional da UFBA, Eduardo Mota – Pró-Reitor de Planejamento da UFBA e Adriano Peixoto, Coordenador de Desenvolvimento Institucional da UFBA, Horácio Nelson Filho, professor da Escola de Administração da UFBA.

enquanto elemento estruturante das ações da IES, e como balizador das políticas, projetos e ações em busca de sinergia entre todas as partes integrantes para que trabalhem em prol dos objetivos comuns. De modo geral falou-se da flexibilidade característica do plano, que é adaptável a contextos de mudanças, e que no cenário atual de pandemia pelo coronavírus o PDI se torna mais importante para o enfrentamento da realidade pelas IES. Nesse sentido, a atividade de planejamento estratégico das IES, caracterizada pelo PDI, propõe subsídios para a redução de riscos e danos, para a superação de desafios e dificuldades.

Numa passagem importante foi dito que a pandemia do coronavírus impõe uma previsão de restrição orçamentária às IES e que o PDI é uma ferramenta fundamental para orientar os caminhos, auxiliando no delineamento das diretrizes institucionais e enfocando a maximização do uso dos recursos para atingimento dos objetivos propostos (informação verbal)⁴.

Em outro momento foi falado sobre a importância de promover investimentos na área de gestão, para potencializar a capacidade de produção de conhecimento e formar pessoas, sinalizando para a importância da área-meio para a consecução dos objetivos da atividade-fim (informação verbal)⁵.

É importante citar esse debate, pois ele trouxe as perspectivas do PDI para as IES num cenário contemporâneo de desafios e incertezas, o que evoca a importância do Plano como ferramenta de gestão aliada das IES para o enfrentamento da realidade e para o alcance dos objetivos educacionais propostos.

1.6 A importância da Gestão no curso PROFEPT

O PROFEPT é um curso onde muito se discute as práticas educativas e o contexto histórico, social e político em que se forja um sistema educacional. O macroprojeto seis, Organização de espaços pedagógicos da EPT, permite um olhar para além da sala de aula, ou, melhor dizendo, para antes desse momento. O que é necessário para que o professor esteja em sala de aula, contratado, formado, capacitado, com espaço, mobiliário e maquinário adequados, com material escolar e fardamento, refeição para os alunos? Quais as diretrizes que orientam o caminhar

⁴ Fala de Adriano Peixoto, Coordenador de Desenvolvimento Institucional da Superintendência de Administração, no Congresso da Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 27/05/2020.

⁵ Fala de Antônio Virgílio, professor aposentado, membro da Superintendência de Avaliação e Desenvolvimento institucional da UFBA no Congresso da Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 27/05/2020 (Youtube)

da instituição, aonde ela quer chegar num dado prazo, que objetivos e metas pretende alcançar? A resposta para essas perguntas está no trabalho de planejamento, organização, coordenação, gerenciamento, monitoramento, que são característicos da gestão. É a gestão que concretiza as políticas públicas e viabiliza que as práticas educativas aconteçam em espaços formais de ensino por meio do provimento da estrutura e dos recursos necessários, entre outros aspectos.

Como já vimos em tópico anterior, a visão integrada da gestão e do ensino é enriquecedora por possibilitar o entendimento da importância da atividade-meio para a consecução da atividade-fim. Os objetivos finais de uma instituição educativa, relacionados à formação dos alunos, ao alcance do público-alvo, à expansão de suas atividades, à qualificação do corpo docente, não podem ser alcançados sem que haja uma gestão articulada direcionada ao atingimento desses objetivos.

A partir dessa perspectiva, passamos a elucubrar questões concernentes de modo específico aos Institutos Federais, que além de ofertarem ensino superior ofertam também ensino médio de natureza profissional e tecnológica. Assim, buscamos refletir sobre questões que envolvessem o PDI e as bases da EPT, sobre como o plano poderia contemplar essas diretrizes educacionais de modo a nortear a gestão rumo a uma formação profissional e tecnológica condizente com os princípios básicos instituídos no ordenamento educacional.

Por meio de buscas por artigos, teses e dissertações nas plataformas Google Acadêmico e Capes observamos que a inter-relação entre PDI e bases conceituais da EPT é um campo pouco explorado - em verdade, não localizamos material que contemplasse especificamente a relação entre os dois assuntos. Ainda assim definimos esse tema de pesquisa, assumindo o risco de realizar um estudo que comporta um tanto de ineditismo, com a certeza de que a pesquisa acadêmica pode se debruçar sobre o que é novo, sem a presunção de esgotar o tema, mas abrindo caminhos para que estudos posteriores amplifiquem, aprofundem, complementem o debate proposto.

1.7 O problema e a hipótese de pesquisa

O problema de pesquisa é uma questão ampla que pede uma exploração do fenômeno ou do conceito central em um estudo (CRESWELL, 2007). Segundo Minayo (2002) ao definirmos o problema de pesquisa buscamos tornar o objeto de

pesquisa mais claro, sem que isso represente limitação, restrição na condução investigativa. A seguir apresentamos a proposta inicial para o problema que buscamos solucionar com a condução da pesquisa:

Problema: De que forma o PDI no Instituto Federal Baiano (2015-2019) se relaciona com as bases conceituais da EPT?

Adiante, no item 6 deste estudo, apresentamos a motivação para elaborarmos esse problema de pesquisa, revelando a importância da articulação entre o documento de gestão e as diretrizes educativas de uma instituição de ensino superior de natureza profissional e tecnológica.

Ressalte-se que em todo trabalho qualitativo há a possibilidade de que o problema evolua e se modifique ao longo do estudo, de uma maneira consistente com as suposições de um projeto emergente (CRESWELL, 2007, p. 163). Ou seja, aquilo que se pretende realizar ao iniciar uma pesquisa pode se modificar no decurso do tempo, alguns ajustes podem se fazer necessários, sem que se comprometa o cerne da proposta.

Para a pergunta apresentada temos a seguinte hipótese: o PDI do IF BAIANO (2015-2019) contempla as bases conceituais da EPT por meio da expressão dos objetivos, princípios e diretrizes contidos no texto. Essa hipótese é uma suposição, que poderá ser confirmada ou negada ao longo do processo investigativo.

Justificamos o uso da hipótese como um meio de evitar a produção de matérias confusas. Segundo Thiollent (2011), a hipótese deve organizar a pesquisa em torno de possíveis conexões ou implicações não casuais, mas suficientemente precisas para estabelecer se há relação entre as variáveis analisadas. Minayo (2002) ressalta que o uso de hipóteses leva a “um diálogo que se estabelece entre o olhar do pesquisador e a realidade a ser investigada” (MINAYO, 2002. P. 40).

1.8 Os objetivos geral e específicos

Este trabalho tem como objetivo geral elaborar um workshop para discutir, junto à PRODIN, as possibilidades de articulação das bases conceituais da EPT no PDI do IF BAIANO. Para atingir esse objetivo maior trilharemos um percurso caracterizado pelos objetivos específicos abaixo elencados:

- Traçar um panorama histórico do Plano de Desenvolvimento Institucional no ordenamento educacional brasileiro;

- Relatar a história dos Institutos Federais e, especificamente, do IF BAIANO;
- Discorrer sobre as bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica, a saber: trabalho como princípio educativo, formação integral, politecnia e pesquisa como princípio educativo.
 - Analisar de que modo o PDI (2015-2019) do IF BAIANO reflete as bases conceituais da EPT;
 - Elaborar e disponibilizar à PRODIN um workshop sobre o tema deste trabalho.

No próximo item abordaremos a fundamentação teórica da pesquisa, elencada nos seguintes tópicos principais: O ensino superior nos Institutos Federais, O planejamento, o PDI, A natureza técnica do PDI, A Natureza política do PDI, O PPI, Sociointeracionismo, PDI como signo e elemento cultural, As bases conceituais da EPT⁶.

2 O PDI

2.1 O ensino superior nos Institutos Federais

Os Institutos Federais (IFs) fazem parte do grupo de instituições de ensino superior abrangidas pelo sistema avaliativo institucional, portanto, subordinadas à obrigatoriedade de elaboração do PDI. Isso se dá em virtude da oferta de cursos de licenciatura e de cursos de natureza tecnológica, que equivalem aos cursos de nível superior acadêmico (a diferença entre eles é que no primeiro caso há menor tempo de duração e o currículo mais reduzido que no segundo caso).

A educação superior de natureza tecnológica faz parte da estrutura da EPT, conforme disposto no artigo primeiro do decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004:

Art. 1º A educação profissional, prevista no art. 39 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas

⁶ Os tópicos 2.1 e 5 deste estudo encontram-se inseridos no documento “POSSIBILIDADES DE ARTICULAÇÃO ENTRE AS BASES CONCEITUAIS DA EPT E O PDI NOS INSTITUTOS FEDERAIS”, artigo produzido pela mestranda e pela orientadora ao longo do curso, publicado na revista eletrônica Cadernos de Educação Básica, volume 5 nº 3, 2020.

pelo Conselho Nacional de Educação, será desenvolvida por meio de cursos e programas de:

(...)

III - educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

Os primeiros Institutos Federais a ofertarem cursos de nível superior tecnológicos foram as então chamadas Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca, quando transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica por meio da lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978. Mas antes mesmo da expedição da lei, essas entidades já tinham experiência de implantação do curso de Engenharia de Operação, de menor duração que os cursos de Engenharia acadêmicos comuns (RAMOS, 2007).

Décadas depois, por ocasião da expansão da Rede Federal de Educação Profissional promovida pelo Governo Federal vigente na ocasião, os antigos CEFETs foram transformados em Institutos Federais, por meio da lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. De acordo com o artigo 2 desta lei:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

A LDB (lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996) reconhece o valor estratégico que a educação superior tem para o desenvolvimento do país, e trata disto detalhadamente em seu artigo 43. O destaque para a educação de nível superior se faz necessário, pois é em virtude desses cursos que os Institutos Federais são subordinados a toda regulamentação de avaliação institucional, como já dito.

Destaca-se que, devido à especificidade de os IFs ofertarem não só ensino superior como educação de nível básico, o PDI deve refletir os processos de todos os níveis de modo global, abrangendo a instituição como um todo. Nesse contexto, destacamos o papel do ensino médio nos Institutos Federais, que, segundo Frigotto

(2020)⁷, ainda são a missão fundamental dos IFs por ser o espaço onde se dá a base científica, técnica e geral, fornecendo subsídios para que o educando possa fazer escolhas educativas e profissionais depois.

2.2 O planejamento

O planejamento é um processo contínuo embasado na racionalidade científica e que se debruça sobre um contexto social com a finalidade de busca de soluções, aprimoramento, alcance de objetivos (BAPTISTA, 2007). O planejamento existe desde os primórdios, quando os desafios enfrentados pelos seres humanos diziam respeito ao enfrentamento de condições naturais adversas à sua sobrevivência. Nesse contexto, as ações adotadas, embora rústicas e artesanais, já eram pensadas, racionalizadas, havia a busca por um refinamento a partir da experiência, das tentativas e dos erros, dos resultados alcançados.

No curso do tempo, com o desenvolvimento do capitalismo e a decorrente revolução econômica e social, as organizações foram se tornando maiores, os problemas coletivos mais complexos, e assim foi necessário sistematizar o conhecimento sobre planejamento de modo a instrumentalizar as ações no âmbito organizacional. Nesse processo histórico a prática foi sendo refinada até termos um acervo de conhecimentos e práticas sobre o tema como temos hoje (BAPTISTA, 2007).

O processo de planejamento envolve a decisão, a escolha de alternativas, a desistência de outras, as providências necessárias para execução, acompanhamento e controle das ações necessárias para o atingimento dos objetivos propostos. Chiavenato (2006) enuncia que o planejamento deve maximizar os resultados e minimizar as deficiências utilizando princípios como eficiência, eficácia e efetividade. Nessa seara o fator temporal é determinante, como declara Maximiano (2004)

O processo de planejamento é a ferramenta para administrar as relações com o futuro. É uma aplicação específica do processo decisório. As decisões que procuram, de alguma forma, influenciar o futuro, ou que serão colocadas em prática no futuro, são decisões de planejamento (MAXIMIANO, 2004, p. 79).

⁷ Fala do Professor Dr. Gaudêncio Frigotto na palestra “Os Institutos Federais e o compromisso com a transformação social” ministrada em 11/08/2020 (Youtube).

BAPTISTA (2007) destaca que, enquanto processo racional, o planejamento se organiza por operações complexas e interligadas, que ocorrem num processo dinâmico, contínuo e incessante que contempla decisão, ação e reflexão. Esse conceito nos remete ao ciclo PDCA (*plan – do – check – act*, traduzidos para o português significam planejar – fazer – verificar - agir), ferramenta que indica as etapas envolvidas para a concepção e execução de um plano (MAXIMIANO, 2010): planejar, realizar, checar e agir (ação no sentido de decidir).

No que tange ao planejamento público, VIEIRA (2009) afirma que a ferramenta permite uma visão clara de onde se quer chegar, as ações são direcionadas para o atingimento dos resultados almejados pela coletividade, de modo que as ações são articuladas e as decisões são integradas entre si. Casimiro e melo (2016) ressaltam que, no âmbito da Administração Pública, o planejamento se vincula à premissa do atendimento do interesse público e, por esse motivo, deve ser um processo amparado em ampla participação e disponibilização de informações aos participantes. Nesse sentido é interessante trazer o conceito de Controle Social, que, segundo Ferreira (2012), é

Atuação que se define pela participação das partes interessadas no planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades da Administração Pública e na execução das políticas e programas públicos (FERREIRA, 2012, p. 35).

O autor ressalta ainda que, embora seja um ponto de partida fundamental, o planejamento por si só não garante o alcance de resultados, conforme transcrição abaixo

O simples fato de que um planejamento tenha sido feito e de que tenha sido construída uma estrutura organizacional para permitir que sejam atingidos seus objetivos e que as funções de liderança sejam desempenhadas, não significa que as finalidades da organização tenham sido atingidas (FERREIRA, 2012, p. 38).

Silva e Gonçalves (2011) corroboram que, embora o planejamento em si não garanta os resultados almejados, pois disso dependerá uma gama de fatores, entre eles a execução e acompanhamento das ações planejadas, o valor do planejamento é percebido pelas instituições públicas em geral. Os autores declaram que “é possível que se perceba sentido de oportunidade de aprendizagem, verificação de pontos de metas e comprometimento de equipes ao longo do processo” (SILVA E GONÇALVES, 2011, p. 475). Feita essa introdução genérica, passemos a discorrer

sobre o PDI, ferramenta de planejamento importante para as IES.

2.3 O PDI

Embora a lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases), tenha previsto em seu artigo 46 que a autorização e o reconhecimento de cursos de nível superior, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, estariam condicionados a um sistema regular de avaliação institucional, esse sistema avaliativo só foi instituído oito anos depois, por meio da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

Sobrinho (2005) indica que as universidades (aqui compreendemos como IES) são legitimadas pela sociedade para a função de formação e profissional e técnica e que a avaliação é instrumento que possibilita o julgamento de valor a respeito da finalidade de seu trabalho sistemático e das relações que tecem o conjunto.

Assim, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) instituído, por meio da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, apresenta entre os requisitos de avaliação o Plano de Desenvolvimento Institucional, que, por sua vez, só foi regulamentado em 2006, por meio do decreto nº 5.773, de 9 de maio daquele ano. Posteriormente a normativa foi revogada pelo novo decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

Pelas datas podemos observar como o PDI e o sistema de avaliação das instituições do qual faz parte são recentes, existem há menos de duas décadas. Embora ao longo do tempo tenham surgido diversos estudos acadêmicos sobre a importância do PDI e sua relação com o planejamento estratégico, poucas abordagens discutiram a articulação do plano com as bases conceituais da EPT⁸ nos Institutos Federais. Essa pouca produção encontrada sobre o tema revela a importância deste trabalho. Outro aspecto que torna esse trabalho relevante é a compreensão de que as bases conceituais citadas precisam ser incorporadas no processo de gestão dos IFs, uma vez que os institutos são espaços de educação profissional e tecnológica.

O PDI é, como já dito, um documento formal exigido legalmente das instituições de ensino superior (IES) para fins de avaliação institucional. Segenreich

⁸ As bases conceituais da EPT, que serão detalhadamente discutidas ao longo do texto, são: o trabalho como princípio educativo, formação integral, politecnia, pesquisa como princípio educativo.

(2005) salienta que no processo avaliativo o PDI funciona como um referencial que será confrontado com a realidade observada.

Ao verificarmos os itens que compõem o PDI, constantes no artigo 21 do decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, constatamos que as alíneas I e II dão um caráter estratégico ao documento ao projetar missão, objetivos, metas e projeto pedagógico da instituição. Esses elementos norteiam a trajetória dos institutos e os forçam a alcançar um dado resultado futuro, enquanto as demais alíneas formalizam a estrutura administrativa e didático-pedagógica como uma forma de demonstrar ao Governo Federal a existência de plenas condições de oferta de ensino no patamar de qualidade e eficiência esperado pela sociedade.

Para esta pesquisa consideramos que o PDI tem duas finalidades:

a) Imediata: comprovar que a instituição apresenta condições administrativas, físicas e didático-pedagógicas para atuar, o que será verificado durante processo regular de avaliação institucional;

b) Mediata: ser uma ferramenta de apoio à gestão das IES, ao projetar missão, objetivos, metas e projeto pedagógico de modo a conduzir a organização rumo ao alcance de um resultado futuro.

Enquanto documento de natureza regulatória e de gestão, sua importância não se resume à finalidade imediata, ou seja, ao atendimento de um requisito previsto em lei. É preciso reconhecer a importância da sua finalidade mediata, compreender que o PDI deve ser adotado como instrumento vital para que as IES permaneçam em atividade e expandam sua atuação, atingindo objetivos e metas educacionais estratégicas.

Segundo Chiavenato (2006, p. 38), “estratégia significa o comportamento global da organização em relação ao ambiente que a circunda, é uma resposta organizacional às demandas ambientais”. Maximiano (2010) indica que estratégia é o processo de tomada de decisão focada no futuro e que Planejamento Estratégico é a construção de caminhos que levem a organização ao alcance de objetivos futuros.

Marcelino (2004) declara que o planejamento estratégico aprimora não só o conhecimento interno como o conhecimento dos fatores externos, não controláveis, “constituindo-se um instrumento valioso para que os dirigentes possam melhor distinguir as alternativas que se apresentam” (MARCELINO, 2004, p. 35). O autor indica que o planejamento estratégico promove a discussão sobre os objetivos institucionais em longo prazo e sobre os meios e ações que possibilitem seu

alcance.

Apesar de não ser objeto deste trabalho o aprofundamento sobre essa temática, é importante ressaltar que a estrutura de um Planejamento Estratégico prevê a existência de alguns componentes importantes (CHIAVENATO, 2006) e que esses componentes não estão previstos na estrutura do PDI:

- a) o estabelecimento de visão (fonte inspiradora para o alcance de um resultado futuro);
- b) o diagnóstico interno e o externo (identificação dos pontos fortes e fracos da instituição, e das oportunidades e ameaças do ambiente externo);
- c) a análise das partes envolvidas (identificação dos grupos de interesse para estabelecimento de canais de relacionamento que possibilite o atendimento de suas demandas);
- d) a identificação de fatores-chave de sucesso (fatores fundamentais para o desenvolvimento da instituição).

A estrutura do PDI não determina esses requisitos de modo obrigatório, não é taxativa, ela representa o mínimo que deve ser apresentado pelas IES. Segenreich (2005) acentua que, para além dos tópicos obrigatórios, o PDI tem a flexibilidade de abranger de modo discricionário a especificidade de cada instituição e que essa possibilidade deve ser explorada e até ampliada pelas instituições de educação superior.

Não convém explorar em profundidade a teoria sobre o Planejamento Estratégico nem sobre as adaptações possíveis entre o PE e o PDI, mas é importante destacar que existem possibilidades entre um e outro e que há um potencial estratégico no PDI que precisa ser reconhecido.

Feitas as explanações sobre a origem e importância do PDI, passemos a aprofundar o estudo sobre esse instrumento, discorrendo sobre sua natureza técnica e sua natureza política, embasando a análise na teoria de ensino aprendizagem sociointeracionista.

2.4 A natureza técnica do PDI

Numa perspectiva técnica o PDI tem duas finalidades, uma de natureza burocrática e outra estratégica. Inicialmente falemos da burocrática, que diz respeito ao fato de que o PDI foi criado para compor um sistema avaliativo que é instituído

pelo Governo Federal, ou seja, ele não surge espontaneamente da vontade institucional de refinamento da gestão, mas surge como uma obrigatoriedade que, se não cumprida, incorre em possibilidade de sanções como o descredenciamento de instituições de ensino.

Há uma corrente de pesquisadores que julga o PDI e todo o sistema avaliativo do qual faz parte como o espelho de uma visão pragmática e economicista, com ênfase em questões administrativas, que alija o cunho didático-pedagógico do centro do debate. É importante reiterar que o PDI surge logo após a década de 90, num cenário de políticas neoliberais implantadas pelo Governo Federal em consonância com orientações emanadas do Banco Mundial. Com ênfase na qualidade, eficiência e produtividade dos serviços prestados, as políticas adotadas resultaram em diversas medidas, como o incentivo à iniciativa privada e a implantação de sistemas de avaliação de ensino (LIBÂNEO, 2012).

Marcelino (2004) registra que a década de 90 foi marcada por uma profunda transformação na Administração Pública brasileira, quando se intencionou superar um modelo burocrático, focado em princípios racional-burocráticos, por um modelo gerencial, focado em estratégia, resultados e atendimento das demandas sociais.

Segundo Minto (2008), quando o sistema de ensino adota critérios de competitividade, produtividade e eficiência, “emprestados” do universo empresarial, isso seria um indicativo de mercantilização da educação e valorização do capital. Araújo, Hypolito e Otte (2011) reforçam esse entendimento ao dispor que o PDI surge como instrumento de controle do Poder Público, tem um caráter mercadológico e que denota a pretensão das políticas públicas de tratar a educação como produto, passível de mensuração, estabelecimento de padrões, se distanciando do cerne da questão da qualidade de ensino, que deveria estar na esfera das políticas educacionais.

Embora o contexto em que se insere suscite críticas, Dal Magro e Rausch (2012) indicam que o PDI auxilia as instituições ao englobar métodos que influenciam na qualidade de ensino, na eficiência administrativa e financeira, o que marca sua característica estratégica. Vales, Palácios, Lobato e Ferreira (2018) corroboram esse pensamento ao dispor que o PDI contempla ações a serem praticadas para que se atinjam resultados almejados. Os autores sinalizam que, embora tenha sido criado para atender a uma finalidade específica, que é compor o sistema avaliativo, o PDI traz uma orientação estratégica ao dispor sobre a missão e

os objetivos institucionais.

Parente e Junior (2015) declaram que o PDI vai além de ser um instrumento burocrático, se caracterizando como um instrumento estratégico, pois possibilita a identificação de novas oportunidades e novas perspectivas, mediante a participação coletiva em sua construção.

Embora seja comum que se analisem as duas características como dicotômicas - a burocrática e a estratégica -, a nosso ver ambas podem e devem coexistir. O fato de o PDI ser uma prática de gestão que atende a uma finalidade de controle do Poder Público, afinal é uma exigência legal, não o impede de auxiliar a gestão das IES a alcançarem objetivos e metas, melhorando a realização da missão finalística a que se propõe, sendo, portanto, um instrumento estratégico.

2.5 A Natureza política do PDI

Baptista (2007) destaca que, além dessa dimensão racional e técnica, todo planejamento tem uma dimensão política, pois se desenvolve num contexto social onde estão inscritas relações de poder. Para ser eficaz, o planejamento precisa considerar a coletividade, a existência de uma diversidade de atores sociais, com necessidades, demandas e vontades muitas vezes díspares, o que caracteriza o jogo de forças que dá o tom político ao processo.

Nesse contexto, sinalizamos para o fato de que o PDI é construído coletivamente e essa construção demanda o esforço para estabelecimento de parcerias, responsabilidades compartilhadas, acordos, consensos, superação de contradições, alinhamento de perspectivas, o que afeta diretamente a aplicabilidade e viabilidade das propostas (BAPTISTA, 2007).

Como preceitua o artigo nº 14 da LDB, a participação da comunidade deve ser garantida na gestão democrática do sistema de ensino. Dessa forma, o PDI deve ser construído coletivamente, ou seja, deve envolver todas as partes interessadas em sua elaboração. Essa interlocução entre diferentes atores permite também uma reflexão coletiva, o que sugere que essa prática, além de social, é educativa (DIAS; SOUSA; VIEIRA, 2017). O modus operandi pode ser definido por cada instituição, o que importa é garantir à comunidade a oportunidade de participação efetiva nesse processo.

Parente e Júnior (2015) alertam que a construção coletiva do PDI permite o

exercício da criatividade, liberdade e reflexão, o que lhe confere um caráter não apenas técnico, como político-pedagógico. Esse é um fato que nos leva a afirmar que a construção coletiva por si só é um processo educativo (DIAS, SOUSA, VIEIRA, 2017).

Além disso, pelo fato de contemplar não apenas elementos de cunho técnico, administrativo, financeiro e de infraestrutura, por contemplar também questões relativas às suas diretrizes pedagógicas, a suas práticas acadêmicas, à sua missão enquanto instituição de ensino, o PDI tem caráter político-pedagógico (PARENTE, JUNIOR, 2015), como veremos no próximo tópico.

3 O PPI

O Projeto Político Institucional (PPI) é um dos componentes do PDI, mas não é um simples anexo, muito pelo contrário, é um documento que encerra uma relevância notável no cenário educacional, sendo objeto de amplos estudos e debates. Desse modo, convém que abramos um tópico para tratar especialmente dele.

O PPI contempla questões filosóficas, teórico-metodológicas, diretrizes acadêmicas e de aprendizagem, entre outros aspectos. Francisco, Silva, Ramos e Rodrigues (2013) destacam que o documento “deve trazer em seu bojo as considerações sobre as políticas de pesquisa, iniciação científica e extensão, além dos mecanismos de produção de conhecimento atrelados à área de atuação acadêmica da instituição” (FRANCISCO, SILVA, RAMOS E RODRIGUES, 2013, p. 7).

O PPI é um documento que projeta valores identitários da instituição no seu fazer específico, cuja natureza se relaciona com o seu conhecimento (DIAS, SOUSA, VIEIRA, 2017). A presença do PPI no PDI não é um detalhe, haja vista que esse fato sinaliza para a intenção de aliar a gestão ao olhar pedagógico. Marcomin e Silva (2009) corroboram essa afirmação ao dispor que

Quaisquer intenções para a ambientalização da universidade, quer venham da sala de aula, quer sejam formuladas na reitoria, devem ser consideradas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que se reflete necessariamente no Plano de Gestão, no Plano (ou Projeto) Pedagógico Institucional (PPI) e, por sua vez, nos diversos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) (MARCOMIN, SILVA, 2009, p. 115).

Oliveira (2011) declara que

O Projeto Pedagógico Institucional – PPI norteia a realização da missão institucional, na medida em que estabelece os parâmetros de condução das atividades acadêmicas e apresenta políticas institucionais compostas por um conjunto de estratégias necessárias à consecução dos objetivos maiores da educação superior e da Instituição (OLIVEIRA, 2011, p.2).

Tudo que se relaciona à missão educativa, à produção de conhecimento, à busca de soluções exequíveis para problemas sociais, ao compromisso entre ensino – pesquisa – extensão, às questões relativas ao desenvolvimento dos discentes, à atuação da instituição em projetos culturais e sociais será encontrado no PPI.

Nascimento, Júnior, Gonçalves e Santos (2019) sinalizam para a importância de alinhamento entre o PPI, o PDI e os projetos político-pedagógicos dos cursos (PPCs) “uma vez que os resultados da avaliação em larga escala só podem ser compreendidos tomando como base todos esses instrumentos e como se dá na prática essa articulação promovida pela IES” (NASCIMENTO ET AL, 2019, p. 6). Não é proposta deste trabalho falar sobre o processo de avaliação institucional, mas afirmamos que essa declaração é muito importante, pois revela que o PDI não é um documento isolado, visto que está intrinsecamente ligado ao PPI e aos PPCs, que se relacionam diretamente com a atividade-fim das IES.

Como ressalta Ribeiro (2017), a instituição de ensino superior (dentro do contexto do nosso trabalho, leia-se sempre instituto federal) é um espaço de construção do saber e que seu exercício se dá por meio da pesquisa (produção do conhecimento), ensino (transmissão⁹) e extensão (difusão junto à comunidade). A essência de tudo isso está no PPI, que é o documento institucional que abraça tudo que está relacionado à atividade-fim da entidade. Mas para que as atividades supramencionadas possam se tornar reais, precisa existir um plano que arregimente todas as forças, todos os recursos, toda a estrutura para a consecução desse fim e isso cabe ao PDI. O PDI é o documento que fomenta e articula os meios necessários para que as diretrizes instituídas no PPI possam ser alcançadas.

⁹ Sabemos que essa expressão é questionada por muitos pesquisadores da área de ensino por sinalizar, grosso modo, uma relação estática entre docente e discente, num processo monológico. Embora acreditemos que o ensino seja um processo ativo, dinâmico e dialógico, procuramos registrar o termo literal utilizado pelo autor.

4 SOCIOINTERACIONISMO

Para afirmar que o processo de construção do PDI e o documento em si, enquanto instrumento de natureza técnica e política, podem ser compreendidos a partir de uma perspectiva educativa, embasamos nossa análise na teoria de ensino e aprendizagem sociointeracionista. Antes de adentrar na relação entre a teoria e o tema que abordamos é importante contextualizarmos alguns fundamentos importantes.

A teoria, desenvolvida pelo pesquisador bielorusso Vygotsky, tem como um dos seus principais fundamentos o materialismo histórico-dialético¹⁰, pois parte do ponto de vista materialista para a compreensão do mundo real. Como indica o prefácio do livro “Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem” (Vygotski, L.S. et al, 2017), as origens do desenvolvimento superior humano se dão nas formas de relacionamento com o mundo, sendo o ser humano agente ativo transformador por meio do trabalho. Nesse contexto, o trabalho é tido como o cerne da vida humana e é em função dele que o ser humano se forja como ser histórico-social - e é o trabalho que o leva ao desenvolvimento das complexas potencialidades. Rego (1994) destaca que

De acordo com essa abordagem, o pressuposto primeiro de toda a história humana é a existência de indivíduos concretos, que na luta pela sobrevivência organizam-se em torno do trabalho estabelecendo relações entre si e com a natureza (REGO, 1994, p. 96).

Em função da necessidade de comunicação, de organização do ser humano em grupos sociais para o desenvolvimento da transformação da natureza (trabalho), a linguagem se desenvolveu como elemento mediador para a interação social num processo histórico.

É importante destacar que essa relação entre os seres humanos e a natureza não se dá de modo direto e sim mediado por instrumentos e signos. Oliveira (1993) destaca que, segundo a teoria sociointeracionista, instrumentos são os recursos materiais criados para viabilizar o exercício do trabalho, enquanto os signos são meios psicológicos para representar o real e auxiliar a atividade humana. Os signos, organizados em estruturas complexas e articuladas, são compartilhados pelo grupo

¹⁰ Segundo REGO (1994) os processos de vida social, política e econômica dos seres humanos são condicionadas pelas condições materiais. É a partir da realidade concreta que se pode compreender a condição humana.

social, facilitando a comunicação e a interação entre seus membros (OLIVEIRA, 1993).

Acerca da importância das relações sociais, Oliveira e Stoltz (2010) declaram que “desde o princípio da vida, o desenvolvimento humano dá-se pela interação com o meio” (Oliveira e Stoltz, 2010 P. 78-79). As autoras indicam que é a interação que permite aos seres humanos terem acesso a modos de pensar e agir de acordo com o meio em que vivem. Martins (1997) aponta que as interações “permitem ao sujeito ultrapassar a impressão inicial das ideias que lhe chegam e buscar o que está além delas. Oculto, mais profundo e sistematizado, de forma a instrumentalizá-los para o exame da realidade” (MARTINS, 1997, p. 112).

A teoria desenvolvida por Vigotski preconizava que o desenvolvimento psicológico dos seres humanos é determinado pela interação social num contexto histórico-cultural em que estão inseridos, o que o pesquisador denominou “jogo coletivo” (Vygotsky et al, 2017 p. 114).

Vale destacar que, embora a apropriação do legado do grupo cultural em que o indivíduo está inserido não seja suficiente, ele é determinante no processo de aprendizado. Segundo Oliveira (1993):

Esse patrimônio, material e simbólico, consiste no conjunto de valores, conhecimentos, sistemas de representação, construtos materiais, técnicas, formas de pensar e de se comportar que a humanidade construiu ao longo de sua história. Para que a criança possa dominar esses conhecimentos é fundamental a mediação de indivíduos, sobretudo dos mais experientes de seu grupo cultural (OLIVEIRA, 1993, p. 109).

A cultura é elemento dinâmico no qual o indivíduo participa ativamente tanto como quem recebe o que está posto culturalmente como quem interpreta, recria, dá novas nuances àquilo que aprende. Martins (1997) afirma que os seres humanos são seres sociais que constroem a história “exclusivamente com a participação dos outros e da apropriação do patrimônio cultural da humanidade” (MARTINS, 1997, p. 113). Oliveira e Stoltz (2010) afirmam que tudo aquilo que é aprendido numa dada cultura é reconstruído internamente por meio de uma série de transformações. Nesse contexto as funções interpessoais transformam-se em atividades internas, psicológicas, o que nos leva a concluir que essa transformação contribui para o aprendizado e desenvolvimento dos seres humanos.

Há outros fatores importantes para que o aprendizado seja efetivo, como a

internalização, que, segundo Vygotsky (2017) acontece a partir do desenvolvimento da interrelação com os outros que, na continuação, são absorvidos internamente. A mediação realizada pelos professores no espaço escolar é um desses fatores, porém precisamos destacar que resta clara a importância do grupo e da interação entre os indivíduos para o processo de construção do conhecimento, e é nesse sentido que trazemos à baila a análise do PDI enquanto produto de um processo educativo.

Trazendo os postulados de Vigotski para uma realidade organizacional, como uma instituição de ensino, podemos afirmar que os indivíduos ali inseridos estão em constante aprendizado e desenvolvimento nos seus postos de atuação, sejam eles (as) alunos (as), professores (as), técnicos (as)-administrativos (as), pessoas e entidades integrantes da comunidade. Nesse sentido, podemos observar como os postulados sociointeracionistas embasam nossa análise do PDI, em especial aqueles relacionados à questão do materialismo histórico-dialético e à importância do contexto histórico-cultural.

Embora não seja objetivo deste trabalho discorrer sobre o processo de construção do Plano, é notável ressaltar que esse processo, por ser coletivo, pressupõe uma ampla interação entre as partes, o que contribui para o aprendizado de tudo aquilo que se relaciona ao tema.

Não apenas a construção, como o documento em si, enquanto instrumento que declara, comunica, institui à comunidade tudo que é vital para a instituição, tem o condão de constituir um processo que possibilite uma experiência de aprendizado da coletividade acerca de todas as diretrizes, objetivos e metas relacionadas à instituição de ensino.

Martins (1997) dá um exemplo concreto da importância da construção do conhecimento a partir do que é aprendido coletivamente desde o começo da vida humana ao dispor que uma criança desenvolve o conceito de “mãe” a partir da sua própria figura materna, mas na medida em que cresce e amplia o seu repertório de conhecimento (a partir da internalização da figura materna que é posta culturalmente), essa figura ganha um conceito mais amplo e inespecífico, indo além da experiência pessoal da criança.

Martins (1997) registra que o ser humano está em constante construção e transformação fomentada pelas interações sociais, o que confere novos olhares e significados para a vida em sociedade. Trazendo essa questão para o centro do

nosso tema de pesquisa, podemos afirmar que o PDI expressa à toda a comunidade todos os aspectos que compõem a instituição e o que ela almeja alcançar no futuro, seja na esfera social, administrativa, financeira, pedagógica, acadêmica ou física - esse compartilhamento de aspectos que são elencados pela comunidade contribui para que todos os atores sociais envolvidos experimentem um processo de conhecimento e aprendizado coletivo.

4.1 PDI como signo e elemento cultural

O PDI, além de ser uma ferramenta de gestão que atende a uma finalidade específica, técnica e administrativa, é um meio que, num prisma mais amplo, proporciona a interação dinâmica entre os membros da comunidade num processo de profunda reflexão e aprendizado sobre os caminhos, os objetivos, as metas que as instituições de ensino superior devem alcançar.

Retomando a perspectiva do sociointeracionismo, elemento basilar para a construção deste trabalho. Oliveira e Stoltz (2010) registram que “a utilização de instrumentos é uma característica essencialmente humana que possibilita maior domínio do meio e o desenvolvimento de habilidades específicas para utilizá-lo” (OLIVEIRA E STOLTZ, 2010, p. 79). Os instrumentos são elementos externos ao ser, utilizados para ampliar as possibilidades de transformação da natureza, ou seja, para a realização do trabalho. O machado, por exemplo, é um instrumento físico, concreto e real que facilita a tarefa de cortar madeira.

É possível dizer que os instrumentos se relacionam diretamente ao fazer, à esfera da concretude, enquanto os signos estão relacionados ao armazenamento e processamento de informações, à esfera do pensamento. Oliveira e Stoltz (2010) destacam que os signos são elementos intelectuais que distinguem o pensamento dos seres humanos em relação aos animais. Podemos exemplificar os signos como sendo listas de compras, mapas, projetos, planos. . Acrescente-se a essa lista o planejamento, como um signo que media a ação humana (ou, no nosso caso, institucional) para o atingimento de fins específicos.

É nesse contexto que o PDI surge como um signo importante que amplia a capacidade de atuação no mundo. Por se referir a “elementos ausentes do espaço e do tempo presentes” (OLIVEIRA, 1993, p. 30) o plano pode ser visto como um processo de representação mental coletiva, como produto do esforço de diversos

atores sociais que, num dado contexto institucional, podem imaginar, projetar cenários desejáveis para o futuro.

Rego (1994) declara que

Com o auxílio dos signos, o homem pode controlar voluntariamente sua atividade psicológica e ampliar sua capacidade de atenção, memória e acúmulo de informações, como, por exemplo, pode se utilizar de um sorteio para tomar uma decisão, amarrar um barbante no dedo para não esquecer um encontro, anotar um comportamento na agenda, escrever um diário para não esquecer detalhes vividos, consultar um atlas para localizar um país etc. (REGO, 1994, p. 52).

Assim, é importante enunciar que os signos e instrumentos fazem parte do mundo, logo, compõem o material cultural disponível a um grupo social. Rego (1994) relaciona como exemplos de elementos culturais os conceitos, os valores, as ideias, os objetos concretos, a concepção de mundo. O PDI, enquanto signo que organiza e expressa as intenções, as diretrizes e os objetivos institucionais, é um elemento constitutivo da cultura institucional. Não é objetivo deste trabalho se aprofundar sobre o tema cultura, contudo, é relevante deslindar alguns conceitos introdutórios.

Canedo (2009) declara que a cultura está historicamente relacionada a saberes, progresso, evolução, civilização. Também está relacionada a crenças, arte, moral, leis, costumes, hábitos que caracterizam o pertencimento de um sujeito à sociedade. Na perspectiva do sociointeracionismo a cultura é elemento dinâmico no qual o indivíduo participa ativamente tanto como quem recebe o que está posto culturalmente como quem interpreta, recria, dá novas nuances àquilo que aprende.

Fernandes, Carrara e Zilio (2017) declaram que uma das conceituações é a de que cultura é o comportamento aprendido com o grupo, comportamento esse que dá o sentido de pertencimento aos indivíduos. A cultura se dá por meio do estabelecimento de teias relacionais simbólicas e é transmitida entre os participantes de um grupo, sendo elemento determinante do comportamento dos indivíduos.

No âmbito das organizações Maximiano (2004) declara que elas também são dotadas de cultura e que o conteúdo específico de cada uma delas “depende da aprendizagem no processo de resolver problemas de adaptação ao meio ambiente e de convivência interna” (MAXIMIANO, 2004, p. 440). O autor registra que a cultura de qualquer grupo social é composta por artefatos, tecnologia, costumes, linguagem e valores, de modo articulado; e que a cultura regula as relações entre os membros da organização e o modo como se portam no exercício de suas funções.

A adoção do PDI como elemento pertencente à vida da comunidade não apenas no momento da elaboração, mas no dia a dia, no fazer diário, no trabalho realizado para implementação das políticas, para o atingimento das metas e objetivos, no acompanhamento dos resultados; faz do plano um signo que é construído e compartilhado por todos os envolvidos para mediar a interação da instituição com o mundo. Sendo um signo é, portanto, um elemento que compõe a cultura da instituição e propicia o desenvolvimento da coletividade num processo educativo.

Feita essa análise sobre o PDI e seus significados, passemos a analisar as bases conceituais da EPT.

5 AS BASES CONCEITUAIS DA EPT

Há pesquisadores com amplas produções que estudam as bases fundamentais para a educação profissional e tecnológica, a exemplo de Marise Ramos, Demerval Saviani, Gaudêncio Frigotto, Pedro Demo. Em 2007 o Ministério da Educação realizou um esforço para reunir todas essas bases conceituais num único documento base chamado “Educação Profissional Técnica de Nível Médio integrada ao ensino médio” (BRASIL, 2007).

O Documento Base apresenta como princípios a formação humana integral, o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura como categorias indissociáveis da vida humana; o trabalho como princípio educativo, a pesquisa como princípio educativo e a relação parte-totalidade na proposta curricular. Com relação a esta última, observamos que o Documento-Base do MEC indica que a relação parte-totalidade na proposta curricular diz respeito à importância de o ensino na educação profissional e tecnológica contemplar não apenas um recorte específico da profissão, mas também as múltiplas dimensões da realidade, como a econômica, a social, a política, a cultural e a técnica, numa perspectiva interdisciplinar. Nesse sentido, o currículo integrado assumiria um importante papel para fomentar a integração de conhecimentos.

Optamos por não tratar essa diretriz como um princípio à parte, optamos por incorporá-lo às demais bases conceituais, pois acreditamos que a base conceitual da formação integral se relacione com a proposta de integração do currículo e que a base da politecnia tenha relação direta com a interdisciplinaridade – como veremos a

seguir. Ademais, o trabalho e a pesquisa como princípios educativos têm sua concepção ancorada na realidade que constitui o mundo e na qual o ser humano se encontra imerso. Assim, a relação parte-totalidade na proposta curricular se encontra compreendida nas quatro bases conceituais abordadas neste trabalho: o trabalho como princípio educativo, a formação integral, a politecnia e a pesquisa como princípio educativo; como veremos a seguir.

Figura 1: Bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica abordadas neste trabalho



Fonte: as autoras (2022)

5.1 Trabalho como princípio educativo

O primeiro princípio, do qual derivam todos os demais, é o trabalho como princípio educativo. Ele é destacado de modo primordial, pois é elemento fundante da própria condição humana, é o que diferencia o ser humano de todos os demais animais.

O trabalho é processo de formação e realização humana, é a interação com o mundo natural para a satisfação de necessidades. Frigotto (2009) destaca que é através do trabalho que o ser humano transforma a natureza para atendimento de suas necessidades básicas e as mais elevadas - culturais, lúdicas, estéticas, afetivas. Arruda, Andrade, Gonçalves, Azevedo (2018) destacam que o ser humano produz sua realidade e dela se apropria, motivo pelo qual o trabalho é um princípio educativo.

Antes de, num momento histórico posterior, o trabalho se tornar um fator de cunho econômico e financeiro, a partir do surgimento do trabalho assalariado no sistema capitalista, o trabalho é criação, realização e é nesse processo que o ser humano forja a si mesmo enquanto age (RAMOS, 2008).

O trabalho sofre mudanças ao longo do tempo, fruto do desenvolvimento econômico e social, e essas mudanças reverberam de modo profundo no sistema educativo. Com o desenvolvimento do capitalismo surge o “mercado de trabalho”, no

qual há o dono dos meios de produção e há o trabalhador que vende sua força de trabalho em troca do salário.

Ritter e Duarte salientam que

Entendendo o ser humano como potencial transformador de sua realidade, esta percepção tem o entendimento do conceito de trabalho como inerente à concepção humana e as transformações da natureza mediante as relações que se estabelecem em sociedade, ou seja, como princípio educativo (RITTER E DUARTE, 2019, pág. 1).

O trabalho como princípio educativo não representa a formação para o mercado de trabalho, para a compra e venda da força vital, tampouco representa o adestramento para o exercício de determinados ofícios restritos e limitados, características de uma formação mecanicista que contribuiu para a subjugação do proletariado e a cristalização da hegemonia num sistema de classes desigual.

A formação para o mercado de trabalho se relaciona apenas com a empregabilidade e com o desenvolvimento de competências do indivíduo que atendam às demandas de capital – não é isso que preconizamos quando falamos no trabalho como princípio educativo. Em lugar disso, falamos em formação para o mundo do trabalho, o que implica em perceber o ser humano como sujeito complexo, ativo e transformador da sua realidade, demandante de processo educativo que agregue valores para além do trabalho, como a cultura, a ciência e a tecnologia (ARRUDA, ANDRADE, GONÇALVES, AZEVEDO, 2018).

O trabalho como princípio educativo orienta a formação para a emancipação humana, para o desenvolvimento autônomo do ser rumo à expressão de suas potencialidades para transformação da realidade social coletiva. Kulesza (2019) registra que o trabalho como princípio educativo se relaciona com uma postura ativa e criativa perante o mundo.

Figura 2: Elementos que se relacionam com o trabalho como princípio educativo



Fonte: as autoras (2022)

Maciel (2018) ressalta que esse é um princípio que é abrangente, que perpassa todos os níveis de educação escolar. Essa é uma informação importante no contexto dos Institutos Federais, que ofertam ensino de nível básico e superior.

O Documento-Base (2007) indica que a formação integral remete à ideia de completeza, de compreensão das partes e sua inter-relação na formação do todo. A formação integral também implica na compreensão dos seres humanos como seres histórico-sociais que atuam no mundo concreto permeado de relações dialéticas: a relação entre as partes constitui e estrutura a realidade em que vivem.

5.2 Formação integral

Ramos (2008) indica que a formação integral “expressa uma concepção de formação humana, com base na integração de todas as dimensões da vida no processo formativo” (RAMOS, 2008, p. 3). Assim, essa base conceitual prevê o desenvolvimento dinâmico de todas as potencialidades humanas, superando a limitação da formação orientada estritamente pelo trabalho e pela demanda da sociedade de capital, formação na qual o trabalhador é adestrado para o manejo puro e simples de processos produtivos. A proposta é a de formação de um ser humano crítico, dotado de capacidade de reflexão e transformação do mundo que o cerca.

Como ressaltam Appio, Ewald e Silva (2020)

A formação na perspectiva integral vê o sujeito na sua totalidade, no seu modo de ser, com as suas vivências e experiências, nada substitui a vida em si, já que a vida pulsa em cada escolha, sendo a

vida a balizadora do processo. A importância da formação integral se constitui na contribuição teórica, histórica e social em que estas práticas agregam na construção do ser por inteiro (Appio, Ewald e Silva (2020, p. 11-12).

Segundo Duarte, Oliveira e Koga (2016), a formação integral tem caráter totalizante, visando superar a dicotomia entre educação profissional e geral, de modo a formar não meros trabalhadores dotados de capacidade de reprodução de técnicas produtivistas, mas seres humanos conhecedores dos processos produtivos, capazes de refletir criticamente sobre o trabalho e a realidade em que se inserem.

Os autores indicam que a formação integral não prioriza a técnica ou a teoria, mas alia as esferas de conhecimento geral e profissional teórico a partir de uma perspectiva de uma formação mais humana e ética.

A formação integral ganha lugar privilegiado na concepção de ensino integrado. Segundo Ramos (2008), o ensino médio esteve historicamente associado ao mercado de trabalho, como uma ponte, um trampolim da vida estudantil para a vida profissional de jovens e adultos. Contudo, a autora destaca que o ensino médio integrado traz uma nova perspectiva quando localiza os discentes numa posição de centralidade de seu processo de aprendizagem, como sujeitos de "necessidades, desejos e potencialidades" (RAMOS, 2008, p. 5).

Nesse sentido, vamos discorrer sobre o ensino médio integrado, tema tão importante quando discutimos a formação integral. Para isso, de início, destacamos que o artigo 4 do decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004 indica a estrutura da educação profissional de nível médio nas seguintes modalidades:

- a) ensino integrado: ofertada a quem tenha concluído o ensino fundamental. O curso é planejado para contemplar, simultaneamente, ensino geral e profissional;
- b) concomitante; ofertada a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio. São duas matrículas distintas, uma para o curso de natureza geral e outra para o curso profissional, podendo ocorrer na mesma instituição ou não;
- c) subsequente: ofertada a quem já concluiu o ensino médio.

Embora sejam três as modalidades, é o ensino integrado que se relaciona à superação da dualidade na educação, dualidade expressa por meio da divisão entre educação propedêutica para as elites e educação profissionalizante para a classe

trabalhadora. Essa divisão na educação também remonta à divisão social em classes originada com o desenvolvimento do capitalismo e, no caso do Brasil, tem suas origens na época colonial (CIAVATTA, RAMOS, 2011).

Para superar essa dualidade e promover uma educação integral é preciso uma escola unitária, ou seja, uma escola que garanta a todos o direito ao conhecimento e à sua mediação com o trabalho (RAMOS, 2008). Esse conhecimento não deve ser apenas técnico ou científico, mas também histórico e social (RAMOS, 2017).

Chagas, Martins e Barbosa (2019) afirmam que o ensino médio integrado visa a superar a dualidade na educação, caracterizada por uma educação propedêutica, focada em conhecimento geral, acadêmico e científico – essa educação é direcionada aos filhos daqueles que detêm poder na sociedade de capital; e a educação tecnicista e limitada voltada para os filhos da classe operária com o objetivo de formar mão-de-obra.

Ramos (2017) registra que o ensino integrado, no sentido pedagógico, implica na seleção integrada de conteúdos de ensino a partir da problematização dos processos produtivos em suas múltiplas dimensões, indo além da disciplinaridade, ou seja, do saber fragmentado, compartimentalizado, e alcançando a interdisciplinaridade, a relação existente entre conteúdos de campos distintos.

Figura 3: Representação da base conceitual “formação integral”



Fonte: as autoras (2022)

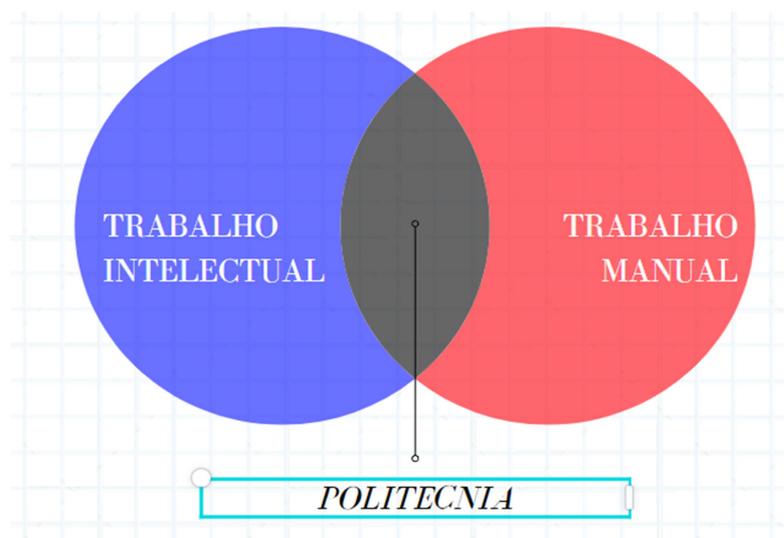
Machado (2009) indica que os desafios na construção de um currículo integrado convergem na mesma direção dos desafios colocados pelo desenvolvimento social: “viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento do país, melhorar a qualidade de vida, enriquecer a herança cultural, mobilizar os recursos locais, proteger o meio ambiente, etc” (p.4).

5.3 Politecnia

Decorrente do trabalho como princípio educativo surge o conceito de politecnia. Maciel, Jacomeli, Brasileiro (2017) registram que a palavra surge inicialmente como uma das três dimensões da educação proposto por Karl Marx: educação intelectual, educação física e educação tecnológica – este último termo foi posteriormente modificado para educação politécnica.

A politecnia prevê uma formação profissional que supere a dualidade entre trabalho intelectual e manual, dualidade que reflete o sistema de classes capitalista. Moura (2007) contextualiza que no Brasil a dualidade remonta ao sistema escravocrata, que gerou uma extensa parcela da população em situação de vida precária. A essa parcela da população foi destinada uma educação profissional com um caráter assistencialista, sem uma preocupação com uma formação humana integral e emancipadora.

Figura 4: Representação da base conceitual “politecnia”



Fonte: a autora (2022)

Moura (2007) declara ainda que, enquanto isso, os filhos da classe dirigente tinham acesso a uma educação das letras, das ciências e das humanidades; o que deu sustentação à cristalização da hegemonia da classe burguesa sobre a trabalhadora. Essa marca histórica perdurou ao longo do tempo, de modo que a superação dessa dualidade educacional ainda é uma meta, ainda é tema de debates profícuos no cenário brasileiro na atualidade.

Gonçalves, Santos e Paludo dizem que “a politecnicidade avança a uma nova relação entre processo produtivo, conhecimento e formação humana, rompendo com a lógica do capital” (2019, pág. 218). Saviani (2003) indica que a politecnicidade prevê a possibilidade do desenvolvimento pleno e total do ser humano, indo além das questões de ocupação profissional. Maciel (2018) corrobora essa visão ao dispor que a politecnicidade comporta questões de naturezas diversas como cognoscibilidade (capacidade de entender e transformar a realidade), habilidade (expressão psicomotora e física), sensibilidade (expressão dos sentidos, arte, cultura) e sociabilidade (cidadania participativo-transformadora).

Depreendemos, assim, que a politecnicidade não apenas desenvolve o conhecimento geral e profissional, como contempla as dimensões complexas da vida humana. Maciel (2018) ressalta que

Politecnicidade é o princípio pedagógico, que visa orientar os processos educativos a buscar o desenvolvimento das dimensões intelectual, física, tecnológica e política, desenvolvimento esse que, em seu conjunto, é o desenvolvimento da omnilateralidade humana, por cujo processo está associado a emancipação humana. (MACIEL, 2018, p. 104)

Ressaltamos que o Documento Base (2007) faz uma importante explanação sobre o tema ao assumir a dificuldade de alcance dessa formação politécnica em sentido pleno na sociedade brasileira em virtude das dificuldades enfrentadas pelas classes desfavorecidas, que urgem por ingressar no mercado de trabalho para garantir a sobrevivência.

Frigotto (2009) aborda essa dificuldade quanto à concretização da politecnicidade ao dispor que, em sentido pleno, essa base conceitual requer a superação do capitalismo e seu sistema de classes como pressuposto fundamental para que se ultrapasse a dualidade entre trabalho manual e intelectual. O autor destaca que:

A educação politécnica ou tecnológica e o trabalho como princípio educativo, nas poucas passagens da obra de Marx e Engels, não

estão vinculados a dimensões especificamente dos projetos e métodos pedagógicos, e sim à concepção dos processos sociais e educativos, que de dentro do terreno contraditório e numa perspectiva antagonista às relações sociais capitalistas pudessem desenvolver as bases sociais, culturais e científicas das múltiplas dimensões do ser humano no horizonte da práxis revolucionária, para a transição a um novo modo de produção e organização da vida social (FRIGOTTO, 2009, p. 71).

Na mesma linha de pensamento, Saviani (2003, p. 139) indica que “A união entre trabalho intelectual e trabalho manual só poderá se realizar com a socialização dos meios de produção, colocando todo o processo produtivo a serviço da coletividade, do conjunto da sociedade”.

Esse postulado nos leva a compreender a politecnicidade, como um ideal de difícil concretização nos marcos de uma sociedade capitalista, contudo esse entendimento não encerra o debate sobre o tema, muito menos reduz sua importância.

Diante do exposto, o MEC apresenta uma solução transitória para a questão, indicando no Documento Base a articulação entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura como categorias indissociáveis da vida humana. Segundo Ramos (2008), o trabalho é realização humana inerente ao ser e é também prática econômica; a ciência são os conhecimentos produzidos pela humanidade, a tecnologia é a ciência apropriada com fins produtivos e a cultura são os valores éticos e estéticos que norteiam a conduta social.

5.4 Pesquisa como princípio educativo

Ainda na perspectiva da integralidade, abordamos a pesquisa como princípio **educativo**, elemento fundamental para conexão com a realidade complexa que envolve o aluno, o professor e a escola. Essa base conceitual é diretriz que relaciona o ensino à produção de conhecimento por meio de uma postura questionadora tanto dos alunos como dos professores. Rozin (2018) indica que a proposta é, muito além de compreender, modificar a realidade, e isso só é possível por meio da produção de conhecimento.

A experiência do mundo real, a prática é que nos permite ir além do entendimento das coisas e da reprodução de ideias pré-concebidas, alcançando a capacidade de inovação e transformação da realidade. Segundo Schimidt, Traesel (2017):

A pesquisa, pelo simples ato de pesquisar, é entendida como um ato de analisar, avaliar, indagar, observar, enfim, remete a algo novo, inovação, na qual o pesquisador levanta dados empíricos e passa a estabelecer relações adversas criando possibilidades de entender e compreender situações novas. (SCHIMIDT, TRAESEL, 2017, pg. 2)

Schimidtt e Traesel (2017) indicam que o caminho do pesquisador é a busca pelo desconhecido, é desbravar aquilo que não foi descoberto, revelar o novo. As teorias já desenvolvidas, reconhecidas e disseminadas explicam o mundo tal qual o conhecemos, mas é preciso ir além e buscar novas oportunidades de compreensão da realidade por meio da produção de novas teorias.

A pesquisa como princípio educativo visa a emancipar o sujeito por meio da compreensão e atuação consciente frente ao mundo em que se insere. A articulação entre ensino e pesquisa é necessária para promover a emancipação e a produção de novos conhecimentos. Lorenzet e Andreolla (2020) declaram que a pesquisa como princípio educativo “fortalece a construção da cultura argumentativa e a autonomia, tornando-se um diferencial na formação dos educandos” (LORENZET, ANDREOLLA, 2020, pag. 7).

Rozin (2018) salienta que ensino e pesquisa são faces de uma mesma moeda, sem uma não existe a outra. A pesquisa como princípio educativo visa a aliar teoria e prática, ensino e pesquisa, saber e fazer, numa perspectiva que nos remete a uma concepção integradora. Neste sentido Machado (2009) indica que

Não é sem pesquisa, por exemplo, que se faz o resgate e a incorporação ao processo pedagógico do conhecimento empírico e experimental trazido pelo aluno. Não é sem pesquisa que o nível intelectual do conhecimento técnico poderá ser valorizado. Nem tão pouco sem pesquisa se poderá desenvolver os conceitos e a compreensão dos princípios científicos e evidenciar como eles embasam as técnicas (MACHADO, 2009, p. 13-14).

É importante citar que, além do ensino, a pesquisa tem uma articulação fundamental com a extensão - o artigo 207 da Constituição Federal preconiza que ensino, pesquisa e extensão são pilares de um tripé indissociável para as instituições que ofertam ensino superior. Gonçalves (2015) declara que a extensão surgiu em momento histórico posterior à consolidação do ensino e da pesquisa, demarcando sua função formativa no tocante à aproximação das instituições de ensino com a sociedade para transformar a realidade.

Figura 5: Elementos que constituem a pesquisa como princípio educativo



Fonte: as autoras (2022)

Grosso modo, podemos afirmar que a pesquisa produz novos conhecimentos que serão disseminados junto aos discentes por meio do ensino e levados às comunidades não acadêmicas em atividades extramuros por meio da extensão.

Gonçalves (2015) cita que ao realizar a prática extensionista a instituição de ensino tem a oportunidade de elaborar sua práxis acadêmica e, no retorno à instituição, leva aquilo que foi aprendido a partir das experiências vivenciadas para a promoção de uma reflexão teórica.

É importante salientar que a pesquisa como princípio educativo deve permear todo o percurso da educação profissional e tecnológica, pois, como indica a alínea IV do artigo nº 2 do Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004, a indissociabilidade entre teoria e prática é premissa para a EPT.

Feita uma explanação sobre as bases conceituais da EPT, passemos à articulação entre as mesmas e o PDI.

5.5 As bases conceituais e o PDI

As bases conceituais, embora sejam usualmente abordadas do ponto de vista educacional e pedagógico, devem ser refletidas na esfera da gestão das IES. No caso dos Institutos Federais, ressaltamos que devem constar no PDI, cuja importância foi abordada anteriormente, para nortear o planejamento do fazer institucional.

A aliança entre a gestão administrativa e a acadêmica e/ou pedagógica é fundamental se o que se deseja é o alcance de uma educação profissional e tecnológica de qualidade. Paro (2015) discorre com muita propriedade sobre a interrelação entre questões administrativas e pedagógicas:

A tomada de decisões competentes no âmbito das políticas públicas educacionais não pode ignorar a natureza do processo ensino-aprendizagem, sua especificidade e os conhecimentos técnicos e científicos que o envolvem. Mas esse conhecimento não pode estar presente apenas nas práticas escolares. Para que estas se desenvolvam a contento é preciso, antes de tudo, que tais saberes orientem as próprias políticas das quais dependem essas práticas (PARO, 2015. p. 73).

Em virtude da necessidade de estreitar a relação entre a gestão e a prática pedagógica acreditamos ser importante a institucionalização das diretrizes que norteiam a EPT no PDI, que é um dispositivo de gestão que direciona a trajetória da instituição de ensino.

Para melhor compreensão das possibilidades de articulação das bases conceituais da EPT no PDI importa fazermos uma análise da estrutura do documento a partir da identificação de dois tipos de requisitos:

a) Declaratórios: todos os itens do PDI que se caracterizam como uma declaração formal da realidade da instituição, como a missão e a organização pedagógica, o projeto político institucional.

b) Projetivos: itens que relacionam o que a instituição pretende realizar ou alcançar ao longo do tempo de vigência do documento. São objetivos, metas, cronograma de desenvolvimento da instituição, programação de abertura de cursos, do aumento de vagas, da ampliação das instalações físicas e, quando for o caso, da previsão de abertura de campus fora de sede e de polos de educação à distância; instalações, equipamentos e recursos tecnológicos a serem adquiridos para os laboratórios.

A presença das bases conceituais no PDI pode ser observada de modo direto, por meio da menção expressa nos itens declaratórios, ou podem ser observadas de modo indireto em quaisquer dos itens por meio de abordagens que indiquem o esforço para concretização das bases ou, pelo menos, para o provimento da estrutura física, administrativa, acadêmica ou pedagógica necessárias para a sua realização.

A citação direta das bases conceituais da EPT se constitui num processo importante, podemos afirmar que é até mesmo educativo, pois comunica a toda a comunidade envolvida na elaboração do plano o que são as bases e sua importância na trajetória de uma instituição de ensino. Isso pode engendrar a reflexão coletiva e um esforço para materialização das bases conceituais no percurso pedagógico da entidade.

A declaração expressa das bases conceituais não deve ser um fim em si mesmo e não garante a adoção efetiva das mesmas no fazer pedagógico institucional, mas é um passo inicial fundamental para disseminação do conhecimento, para que os atores sociais se envolvam com a temática e possam se articular, cada uma em sua esfera de atuação, para que os objetivos das bases sejam perseguidos no dia a dia institucional.

No que tange à forma indireta como as bases conceituais podem constar no PDI, podemos observar como a Instituição projeta um arcabouço físico, administrativo ou pedagógico importante para a realização das bases, como veremos na lista exemplificativa a seguir.

a) O trabalho como princípio educativo: podemos observar como a política educacional aborda a questão do estágio supervisionado e de diversas outras possibilidades de incursão dos estudantes pelo mundo do trabalho; como a Instituição fomenta o envolvimento dos alunos no desenvolvimento de projetos junto à comunidade para a busca de solução de problemas que transformem a realidade local; o nível de ocupação dos egressos.

b) Formação integral: podemos observar se constam no projeto político institucional metodologias de ensino orientadas por projetos ou temas geradores, que vinculam teoria e prática e aproximam o ensino-aprendizagem da realidade do aluno (MACHADO, 2010). Podemos ainda observar o enfoque dado ao ensino médio integrado por meio da previsão de criação de novos cursos ou abertura de novas vagas, num movimento de expansão dessa modalidade de ensino, no projeto pedagógico da instituição podemos vislumbrar como a instituição aborda a questão da integração curricular.

c) Politécnica: o PDI pode sinalizar como a instituição articula, por exemplo, trabalho, ciência, tecnologia e cultura; se institui a interdisciplinaridade em seu processo pedagógico, aliando disciplinas de formação geral a disciplinas diversificadas, de modo a integrar as ações educativas.

d) Pesquisa como princípio educativo: esse princípio pode ser observado nas políticas de ensino, pesquisa e extensão. No projeto pedagógico a pesquisa pode constar como um princípio em todo o itinerário formativo dos alunos, e isso pode ser observado por meio do fomento à realização de fóruns, feiras de ciências e exposição. Por meio do perfil do corpo docente, podemos vislumbrar o quantitativo de professores que são mestres e doutores, sendo, portanto, habilitados a conduzir processos de pesquisa. O projeto de acervo e a infraestrutura física e instalações das bibliotecas e laboratórios pode indicar de que modo a instituição fomenta a estrutura necessária para a prática investigativa.

É importante destacar que a gestão das instituições de ensino não pode existir de modo isolado ou alheio às questões finalísticas, que são aquelas relacionadas às práticas de ensino. É nesse sentido que sinalizamos para as possibilidades de articulação entre as bases da EPT e o PDI no âmbito do IF BAIANO.

6 METODOLOGIA

Leite (2017) indica que a pesquisa qualitativa busca pela compreensão da realidade por meio da descrição e interpretação do fenômeno estudado. Segundo Creswell (2007) esse tipo de pesquisa tem algumas características particulares:

- a) Será realizada em ambiente natural, ou seja, no local em que se desenvolve o problema estudado (Reitoria do IF BAIANO);
- b) A pesquisadora coletará pessoalmente os dados por meio de exame de documentos;
- c) O projeto é emergente, ou seja, pode se modificar no decorrer do processo;
- d) A análise é interpretativa, reflexiva, e se utiliza de processos de raciocínio indutivo e dedutivo na estratégia de investigação (CRESWELL, 2007, p. 208).

Pádua, Carlos e Ferriani (2017) afirmam que

As abordagens qualitativas na pesquisa tem buscado desenvolver estratégias metodológicas que possam auxiliar a compreensão das diversidades, das contradições e incertezas que permeiam a realidade e a produção de conhecimento, nas diferentes áreas do

saber (PÁDUA, CARLOS, FERRIANI, 2017, p. 301).

Já sobre a pesquisa quantitativa, Silva, Lopes e Junior (2014) informam que, além de utilizar dados números, técnicas estatísticas, gráficos, diagramas e afins, demanda controle das variáveis estudadas e conhecimento extenso do objeto estudado.

Schneider, Fujii e Corazza (2017) afirmam que a pesquisa quantitativa indica para a necessidade de “mensurar numericamente os significados dos fenômenos estudados, ou seja, traduzir em números as opiniões e informações para classificá-las e analisá-las mediante o uso de recursos e técnicas estatísticas (SCHNEIDER, FUJII, CORAZZA, 2017, p. 570)”.

O nosso estudo apresenta as duas características citadas, se configurando como uma pesquisa quali-quantitativa, como veremos mais detidamente no item 3.3 deste estudo. Schneider, Fujii e Corazza (2017) destacam que, embora haja tradicionalmente uma maior produção de pesquisas qualitativas na área de educação, o tratamento qualitativo e quantitativo de dados de pesquisa enriquecem a análise e ampliam as possibilidades de discussão.

Assumimos a concepção filosófica construtivista social, pois, como registrado na introdução, o IF BAIANO é meu local de trabalho, onde passo boa parte do tempo e desenvolvo, além de atividades laborais, relações sociais (ainda que esse trabalho esteja sendo desenvolvido remotamente em função do cenário de pandemia da atualidade). Nesse sentido, me percebo como pesquisadora construtivista social, pois

Os construtivistas sociais defendem suposições de que os indivíduos procuram entender o mundo em que vivem e trabalham. Os indivíduos desenvolvem significados subjetivos de suas experiências, significados dirigidos para alguns objetos ou coisas. Tais significados são variados e múltiplos, levando o pesquisador a buscar a complexidade dos pontos de vista em vez de estreitá-los em algumas categorias ou ideias (CRESWELL, 2007, p. 31).

Não elegemos uma única metodologia de pesquisa, mas um combinado de três: estudo de caso, revisão bibliográfica e pesquisa documental; como veremos detalhadamente mais adiante. Utilizamos parte de cada uma delas, do modo mais apropriado para a pesquisa, sem que isso significasse, contudo, inobservância do rigor científico.

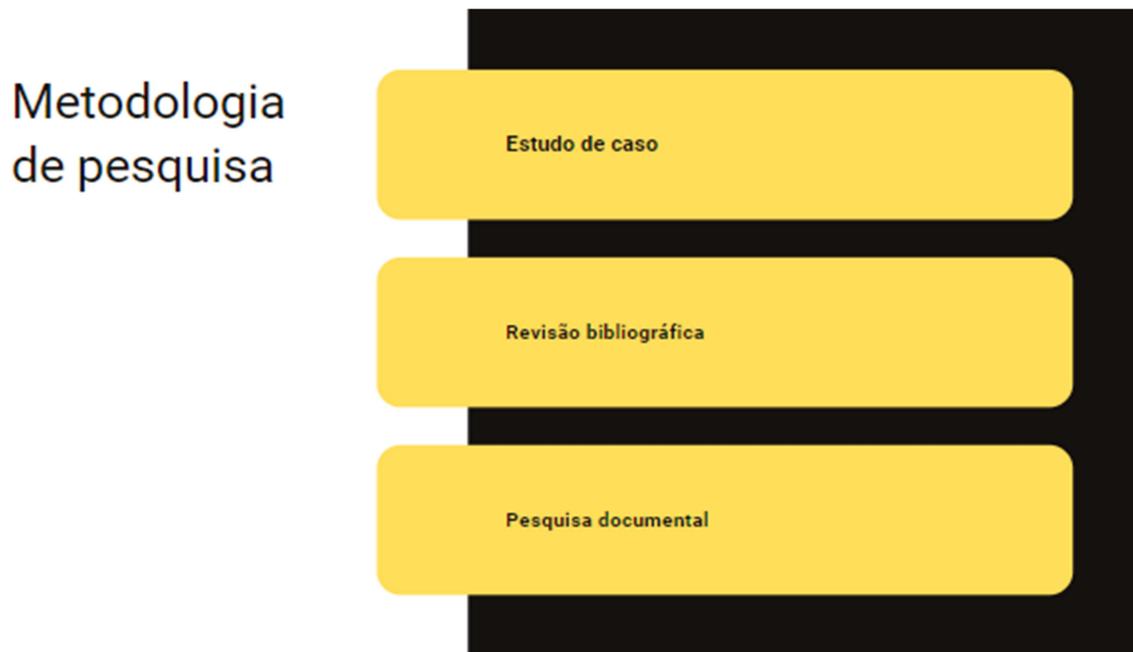
Antes de adentrarmos nas três metodologias citadas é importante que nos debruçemos sobre os princípios da bricolagem que sustentam a nossa decisão por não eleger um modo único e estanque de fazer pesquisa. A bricolagem é uma metodologia inovadora e ainda incipiente no Brasil¹¹. O termo deriva da palavra francesa *bricolage*, e pode ser compreendido como trabalho improvisado manualmente a partir do aproveitamento de diversos materiais. A bricolagem prevê a integração entre o objeto de pesquisa e o contexto em que se insere (NEIRA e LIPPE, 2012 apud SANTOS, 2018).

Segundo Claude Lévi-Strauss (1970) apud Rampazo e Ichikawa (2009), autor que cunhou a metodologia, a bricolagem é um tipo de pensamento científico primitivo, que se apropria da percepção, imaginação, curiosidade, intuição e vontade de conhecer o mundo. O bricoleur, aquele que se implica nesse tipo de pesquisa, busca não apenas juntar partes separadas, mas conectá-las, criando algo novo (KINCHELOE, 2001, p. 680 apud RAMPAZO E ICHIKAWA, 2009).

Kincheloe e Berry (2007) registram que “a palavra francesa *bricoleur* descreve um faz-tudo que lança mão das ferramentas disponíveis para realizar uma tarefa” (KINCHELOE, BERRYM 2007, p. 15). Entendemos que a bricolagem não contempla um método de pesquisa específico, único ou rígido. Ela é aberta, livre, dinâmica e contempla diversas possibilidades – embora, devemos destacar, não dispense a busca por um rigor científico.

¹¹Em 29/08/2020 uma busca na plataforma de pesquisa Capes resultou em 173 registros de documentos que utilizassem o termo bricolagem.

Figura 6: Metodologia de pesquisa utilizada neste trabalho



Fonte: as autoras (2022)

Kincheloe e Berry (2007) ressaltam que a bricolagem pressupõe o reconhecimento da subjetividade da pesquisa como algo intrínseco ao processo e que a investigação científica, assim como toda experiência humana, é permeada de incertezas. Assim, o objetivo final não é vaticinar uma verdade absoluta, tampouco declarar teorias incontestáveis, pois

Nesse contexto, tal pesquisador está menos disposto a fazer uma declaração final de verdade ou sentido com base nas investigações empíricas a que se dedica. O bricoleurs sabe que os dados, vistos de outra perspectiva ou questionados a partir de alguém com formação distinta, podem evocar interpretações diferentes (KINECHELOE, BERRY, p 21).

É importante destacar que a bricolagem vai muito além de ser uma dinâmica de pesquisa, podemos dizê-la como uma filosofia que posiciona o pesquisador num universo que descortina novas possibilidades de pensar, ensinar e aprender; rompendo padrões rígidos e determinísticos em favor de uma abordagem mais holística, eclética e permeada pela subjetividade humana.

Amparados por princípios da bricolagem, decidimos por não utilizar rigidamente uma única metodologia, optamos por utilizar parcialmente três metodologias de pesquisa, adotando uma postura flexível e criativa que coadunasse com nossos objetivos de pesquisa. A seguir veremos mais detidamente como

utilizamos estudo de caso, revisão bibliográfica e pesquisa documental.

6.1 Estudo de caso

O estudo de caso é uma estratégia de investigação em que se explora profundamente um programa, evento, atividade ou um processo (CRESWELL, 2007). Como iremos nos debruçar sobre um processo específico (o Plano de Desenvolvimento Institucional do IF BAIANO 2015-2019), relacionando-o pelo tempo e atividade, nossa pesquisa tem um caráter de estudo de caso.

Segundo Yin (2001, p.32):

Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.

Gil (2008) declara que o estudo de caso serve a diferentes propósitos tais como a exploração de situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos, a descrição da situação que está sendo investigada e a explicação das variáveis causais de determinado fenômeno.

Pádua, Carlos e Ferriani (2017) atestam que os estudos de caso “se caracterizam por abordar fenômenos sociais complexos, situações do cotidiano, acompanhar o desenvolvimento de políticas e programas sociais, casos clínicos, entre outros, no contexto em que se desenvolvem” (PÁDUA, CARLOS E FERRIANI, 2017, p. 302).

Pádua et al (2017) apontam que a credibilidade de um estudo de caso pode ser atestada por meio da escolha de fatores como o feedback dos participantes, a qualidade das informações e o rigor dos registros realizados. Sinalizamos que o feedback dos participantes do produto educacional será coletado após o evento, de modo a mensurar o nível de satisfação com a apresentação.

Quanto ao detalhamento das informações e o processo dos registros para buscar garantir rigor científico da pesquisa, relataremos o percurso metodológico no capítulo Apresentação e Análise dos Resultados, de modo a deixar evidente de onde vieram os dados e como foram analisados.

6.2 Revisão bibliográfica

Para amparar essa pesquisa realizamos um levantamento bibliográfico sobre assuntos relacionados ao tema, de modo a articular a visão de diversos autores e normativos que tratem sobre PDI e sobre as bases conceituais. Essa revisão visa a dar um arcabouço teórico para a condução da pesquisa.

Gil (2008) informa que

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas (GIL, 2008, p. 50).

Kripka, Scheller e Bonotto (2015) declaram que

(...)pesquisa bibliográfica, corresponde a uma modalidade de estudo e de análise de documentos de domínio científico, sendo sua principal finalidade o contato direto com documentos relativos ao tema em estudo.

Creswell (2007) indica que a revisão de literatura apresenta ao leitor dados de outras pesquisas já realizadas sobre o tema, fornecendo subsídio para comparação de resultados. A revisão bibliográfica é prática frequente em pesquisas científicas, pois fornece sustentação teórica para que se desenvolva o processo investigativo e para que os achados da pesquisa sejam interpretados ou para que haja a produção de novas teorizações.

Assim, utilizamos as plataformas Capes e Google Acadêmico para acessar o acervo de estudos e artigos publicados sobre temas afins à nossa proposta, passando por palavras-chave como “institutos federais”, “gestão dos institutos federais”, “plano de desenvolvimento institucional”, “educação profissional e tecnológica”, “as bases conceituais da EPT”, “trabalho como princípio educativo”, “ensino integrado”, “ensino médio integrado”, “politecnia”, “formação integral”, “pesquisa como princípio educativo”, “sociointeracionismo”. Ao selecionar os documentos que fariam parte da pesquisa tivemos como critério a relevância e a pertinência do assunto em relação ao objeto deste trabalho.

Com relação ao recorte temporal, aproximadamente 55,13% do material selecionado foi publicado entre 2010 e 2020¹² - são artigos e anais publicados em revistas reconhecidas e são apresentações feitas em ambiente virtual. Aproximadamente 44,87% do material são artigos e livros publicados em período

¹² Retiramos dessa contagem as leis, decretos e afins.

anterior a esse – com relação a isso é importante destacar que são estudos atemporais que, quer seja pela atualidade do assunto abordado ou pela relevância histórica do que registram, têm sua qualidade assegurada pela longevidade haja vista que são frequentemente citados em estudos produzidos na atualidade. É o caso dos artigos “O PDI como referente para avaliação de instituições de educação superior: lições de uma experiência”, de Stella Segenreich (2005), um dos primeiros estudos aprofundados produzidos sobre o plano. Podemos citar outros tantos que, embora antigos, permanecem relevantes e atuais, como “Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração”, de Dante Moura (2007) e “O choque teórico da politecnia”, de Dermeval Saviani (2003).

Também elegemos livros longevos que são considerados clássicos em suas áreas de estudo e que deram um respaldo fundamental à nossa investigação, tendo sido consultados com frequência ao longo do processo, como “Teoria geral da Administração”, de Antônio César Maximiano (2004), “Vygotsky: Aprendizado e Desenvolvimento, Um Processo Sócio-Histórico”, de Martha Kohl de Oliveira (1993), “Análise de conteúdo”, de Laurence Bardin (1977), “Planejamento social: intencionalidade e instrumentação”, de Myrian Veras (2000).

Fizemos uma classificação do conteúdo segundo o foco principal do estudo, conforme quadro a seguir. Os dados tornam evidente que houve uma preocupação com os aspectos metodológicos da pesquisa e com o registro histórico da origem do PDI (legislação). Também evidenciam que houve um aprofundamento nos aspectos relacionados à educação profissional e tecnológica e às questões relativas ao PDI, Gestão da Educação e Políticas Públicas.

É importante destacar que, embora em menor percentual quantitativo, os livros sobre sociointeracionismo, que sustentam nossa teorização, têm um peso relevante na construção dessa pesquisa, sendo livros renomados e amplamente estudados até os dias atuais.

Quadro 1: Incidência dos focos de estudo nas referências bibliográficas da pesquisa

Foco principal	Qt de.	Perc entual
Legislação	9	9%

Metodologia de pesquisa	16	17%
Ifs / Bases conceituais	24	25%
Administração geral / Administração pública	14	15%
PDI	11	11%
Sociointeracionismo	5	5%
Outros (cultura, interdisciplinaridade, produto educacional)	17	18%
	92	100%

Fonte: as autoras (2022)

6.3 Pesquisa documental

Antes de tudo é importante definirmos o que é um documento e qual a sua importância para a pesquisa social, por que motivo ele pode ser fonte de estudo. May (2004) declara que os documentos têm uma função histórica importante, pois permitem a leitura de relações sociais e estruturas de poder de um dado período, sedimentam práticas e revelam intenções e aspirações sociais.

Gil (2008) aponta para a existência de dois tipos de documentos

Existem, de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. De outro lado, existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, quadros estatísticas etc. (GIL, 2008, p. 51).

Esses documentos também são chamados de primários e secundários. Kripka, Scheller e Bonotto (2015) afirmam que, ao estudar um documento primário para extração de dados e informação de seu conteúdo de forma abreviada, surge o documento secundário. É o caso da nossa pesquisa, que se debruça sobre um documento original, o PDI do IF BAIANO, para gerar a dissertação da nossa pesquisa, que virá a ser o documento secundário.

Kripka, Scheller e Bonotto (2015) exprimem que a pesquisa documental possibilita a compreensão do fenômeno a partir das perspectivas contidas nos documentos e que esse tipo de pesquisa consiste num intenso e amplo exame de registros que não foram ainda analisados ou que, se o foram, são passíveis de nova análise.

Entre os métodos possíveis para a pesquisa documental elegemos a Análise de Conteúdo, que é, segundo Bardin (1977) “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 1977, p. 38). Leite (2017) enuncia que os pressupostos da análise de conteúdo servem de suporte para a captação do sentido simbólico do texto e que pode haver múltiplos sentidos, desde aquele pretendido pelo autor, até o que se expressa efetivamente no texto a despeito dessa pretensão, passando pelos diferentes modos de interpretação de cada leitor.

Kripka, Scheller e Bonotto (2015) ressaltam que na definição do corpus de pesquisa é importante observar os critérios abaixo:

- a) Exaustividade: busca pela contemplação de todos os documentos pertinentes sobre o tema;
- b) Representatividade: a escolha feita a partir da totalidade de documentos deve ser significativa;
- c) Homogeneidade: os documentos devem ser homogêneos;
- d) Pertinência: os documentos devem ser adequados ao propósito do tema estudado.

Tendo em vista que nosso corpus é um único documento, o PDI do IF BAIANO, consideramos que os critérios acima foram atendidos.

Estabelecemos as seguintes etapas para a pesquisa:

a) Pré-análise: Leite (2017) declara que essa é a etapa em que são sistematizadas as ideias iniciais, em que se dá a definição do corpus de pesquisa e a leitura flutuante dos documentos¹³.

b) Exploração do material: Kripka, Scheller e Bonotto (2015) informam que é nessa etapa em que se dá a seleção das unidades de registro, que são os elementos destacados a partir da decomposição do texto, codificação, que é o estabelecimento de códigos que agreguem e representem o conteúdo das unidades de registro, e da categorização, que é o agrupamento das unidades de registro em função de características comuns.

A princípio, estipulamos as seguintes categorias e unidades de registro:

¹³ Leitura inicial e superficial para um primeiro contato com o texto.

Quadro 2: Categorias e unidades de registro

Categorias	Unidades de registro
Trabalho como princípio educativo	Trabalho, emprego, renda, empreendedorismo, ocupação.
Formação integral	Ensino médio integrado, ensino integrado, integração, formação integral.
Politecnia	Arte, cultura, ciência, tecnologia, emancipação, formação crítica.
Pesquisa como princípio educativo	Pesquisa, iniciação científica.

Fonte: as autoras (2022)

Salientamos que essas categorias mudaram significativamente no decurso da pesquisa, como veremos no capítulo Apresentação e Análise de dados. Sobre isso, Kripka, Scheller e Bonotto (2015) indicam que, à medida que se avança na exploração do texto, é possível rever e modificar a categorização. Segundo Moraes (1999), as categorias devem atender às características abaixo, que foram observadas no momento da nossa categorização:

- Validade, pertinência ou adequação: as categorias devem ser adequadas e significativas para o trabalho proposto;
- Exaustividade ou inclusividade: busca pela categorização de todas as unidades de registro significativas para estudo;
- Homogeneidade: as categorias devem ser homogêneas, ter critérios definidos para seu estabelecimento;
- Exclusividade ou exclusão mútua: cada unidade de registro está contemplada por uma única categoria;
- Objetividade, consistência ou fidedignidade: as regras para a criação das categorias e inclusão das unidades de registro são claras e inteligíveis.

a) Tratamento dos dados: Kripka, Scheller e Bonotto (2015) evidenciam que esse é o momento da análise crítica e reflexiva do texto, é o momento do esforço interpretativo, quando se dissecam não só o conteúdo manifesto como o latente (aquele que não é dito expressamente no texto). As autoras ressaltam que nesse momento o pesquisador deve reexaminar o documento em busca de um aprofundamento do olhar

sobre o texto, da revelação de novas relações e associações entre os elementos destacados do texto.

b) Moraes (1999) registra que o tratamento dos dados tem duas possibilidades:

c) Se a pesquisa for quantitativa é o momento de descrever os achados da pesquisa, utilizando-se de quadros, quadros, frequências e percentuais encontrados;

d) Se a pesquisa for qualitativa é o momento de descrever e interpretar um conjunto de significados referentes às categorias e às unidades de registro observadas.

No nosso caso adotamos as duas perspectivas, assumindo uma característica quali-quanti, como já enunciado no começo deste capítulo. Além de observarmos a presença e frequência das bases conceituais da EPT no PDI do IF BAIANO (2015-2019), fizemos uma análise descritiva e reflexões sobre os achados da pesquisa.

Destacamos que Minayo (2002) indica que uma análise qualitativa de dados possibilita

Estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder às questões formuladas, e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-o ao contexto cultural da qual faz parte (MINAYO, 2002, p. 69).

7 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

7.1 Pré-análise

De início, fizemos o download do documento do portal do Instituto¹⁴ para que a primeira leitura fosse realizada em meio digital, entre os meses de janeiro e março/2021. Essa primeira leitura se chama “flutuante” e consiste em “estabelecer contacto com os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações” (BARDIN, 1977,p. 96). O primeiro contato com o texto levou ao conhecimento de sua estrutura, como apresentaremos de modo breve a seguir.

Capítulo 1: o primeiro capítulo, Perfil Institucional, é a apresentação da instituição, narra a sua trajetória desde antes a criação dos Institutos Federais,

¹⁴ Documento disponível no site <https://www.ifbaiano.edu.br/reitoria/wp-content/uploads/2015/06/pdi-diagramado.pdf>

descreve diretrizes fundamentais como missão e valores, áreas de atuação e as características de cada um dos 14 campi. Esses últimos dados se apresentam de modo bastante detalhado, abarcando desde extensão territorial, dados demográficos populacionais e principais setores econômicos.

Capítulo 2: esse capítulo traz o Planejamento Estratégico e relata o intento da instituição em estar em consonância com as novas perspectivas da Administração Pública, relacionadas a um melhor desempenho dos serviços públicos. Assim, o capítulo traz alguns aspectos como Objetivos Estratégicos, Indicadores e Metas, organizados de acordo com a ferramenta Balanced Scorecard (sistema de avaliação de desempenho organizacional). Os objetivos estratégicos estão organizados num mapa, que é um diagrama, e estão estruturados em quatro perspectivas: Estudantes e Sociedade, Processos Internos, Pessoas e Conhecimento, Orçamento e Logística. O capítulo traz também um Quadro de Iniciativas Estratégicas, com uma série de ações que se destinam a viabilizar o atingimento dos objetivos estabelecidos.

Capítulo 3: é o Projeto Pedagógico da Instituição, capítulo mais robusto do Plano. Nessa parte do texto há a descrição de concepções norteadoras, que indicam aspectos fundamentais relacionados à atuação do instituto, todas as diretrizes pertinentes à tríade ensino, pesquisa e extensão; e gestão educacional, onde são descritas as políticas e programas de fomento às ações educativas do IF BAIANO.

Capítulo 4: o capítulo mais sucinto do documento, composto tão somente por quadros indicativas de quadro de vagas ofertadas por curso e turno de cada campus e de plano de expansão de vagas.

Capítulo 5: nesse capítulo há a descrição da infraestrutura física com detalhamento dos espaços de cada campus e quantificação de área por metro quadrado, com informações sobre previsão e cronograma de instalação e ampliação de novos espaços. Há um trecho destacado que revela as intenções do Instituto de prover plena acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiência.

Capítulo 6: esse capítulo se dedica a tudo que se relaciona à Gestão de Pessoas, com descrição de políticas, planos, quantitativo de docentes e servidores técnico-administrativos, critérios para seleção e contratação de pessoas, política de aperfeiçoamento e plano de carreira.

Capítulo 7: esse capítulo se destina a descrição da estrutura administrativa e descreve o organograma da Reitoria e dos Campi, as atribuições dos setores e órgãos colegiados.

Capítulo 8: destinado a descrever aspectos orçamentários, indica a previsão de recursos para cada ano de vigência do plano e demonstra a projeção de receitas e despesas previstas para o quinquênio.

Capítulo 9: dedicado aos aspectos de avaliação e acompanhamento das atividades institucionais, o capítulo revela as dimensões analisadas nos processos de autoavaliação e as diretrizes básicas sobre acompanhamento e avaliação das ações, projetos e programas desenvolvidos para atingir as metas institucionais.

A leitura flutuante permitiu a obtenção da impressão inicial de que o documento, pela robustez e complexidade, diversidade de aspectos abordados, geraria um volume expressivo de unidades de registro, o que se confirmou ao longo do levantamento de dados, como veremos a seguir.

7.2 Levantamento dos dados

7.2.1 Considerações iniciais

Embora não fosse a proposta original deste trabalho, ao iniciar os procedimentos metodológicos optamos por enriquecer a análise, realizando não apenas uma análise do documento integral, como fazendo uma análise à parte do capítulo 3. A ideia é observar o quanto as citações relativas às bases conceituais da EPT estariam concentradas no Projeto Pedagógico da Instituição e o quanto essas citações estariam distribuídas ao longo de todo o plano, revelando que os aspectos relacionados a questões educacionais não estariam estritamente relacionados ao PPI, mas embutidas em todas os demais espaços do Plano.

Para realizar essas duas análises, utilizamos um editor de PDF online para destacar o capítulo 3 do documento integral e dar início à leitura aprofundada dos dois arquivos, o Plano como um todo e o capítulo 3 em destaque.

7.2.2 Técnicas adotadas

Utilizamos uma planilha eletrônica, um bloco de notas eletrônico, um editor de texto, papel e caneta para apoio no processo de levantamento dos dados. Durante a primeira etapa, identificamos tudo que pudesse remeter, ainda que de modo intuitivo, à categoria (base conceitual) analisada. Após a leitura do primeiro capítulo, elencamos as unidades de registro encontradas e as lançamos na planilha do excel;

ao passar para o segundo capítulo buscamos encontrar as unidades de registro extraídas do capítulo anterior e levantávamos novas unidades. Assim, a cada novo capítulo lido, a gama de unidades de registros ia aumentando consideravelmente, e a cada finalização de capítulo, de posse de novos termos não destacados antes, a pesquisadora foi sentindo a necessidade de retomar os capítulos passados para um refinamento da leitura e verificação da incidência de unidades de registro que porventura não tivessem sido observados nos capítulos passados. Esse refinamento seria feito ao final da análise do último capítulo do documento.

Figura 7: Esquema gráfico das etapas da pesquisa

ETAPAS DA PESQUISA		
ETAPA 1	ETAPA 2	ETAPA 3
Definição do corpus de pesquisa	Leitura flutuante	Revisão do documento para verificação de todas as unidades de registro
Definição das categorias	Leitura de cada capítulo	Análise da planilha de registros, revisão e adequação
Definição inicial das unidades de registro	Levantamento de dados no documento e no capítulo 3	Consolidação e análise dos dados
	Inserção de novas unidades de registro	

Fonte: as autoras (2022)

Durante essa primeira etapa do levantamento tornou-se claro que, se por um lado não houve tensão em torno da definição das categorias – pois prontamente as identificamos como as bases conceituais da EPT– a seleção das unidades de registro seria um desafio que exigiria um profuso esforço interpretativo. Observamos que às poucas unidades de registro indicadas na quadro 2 deste trabalho se somariam dezenas de outras que emergiriam ao longo da leitura.

Com o surgimento de diversas palavras e segmentos do texto que se mostravam potenciais unidades de registro, a pesquisadora optou por realizar novamente uma profunda imersão nas leituras sobre as bases conceituais – uma revisitação ao referencial teórico que constituiu o capítulo 4 deste trabalho. Essas releituras aconteceram repetidas vezes a fim de que o caminho fosse sendo iluminado e a pesquisadora pudesse ganhar maior confiança e assertividade na definição das unidades de registro que comporiam este estudo.

Depois de finalizada a primeira etapa do levantamento, chegou-se a cerca de

duzentas unidades de registro, com mais de mil frequências. Nesta altura do trabalho, a pesquisadora realizaria o refinamento do levantamento, uma nova leitura do texto, dessa vez para verificação de todas as unidades de registro (essa atividade foi realizada por meio do uso do comando “localizar” do computador, comando que se realiza ao pressionar as teclas CTRL+F simultaneamente).

7.2.3 Procedimentos adotados

Ao longo desse levantamento e das novas consultas ao material teórico, fizemos uma avaliação da clareza dos elementos selecionados – buscamos definir as unidades de registro que fossem claras, que fizessem sentido de modo compreensível. Também buscamos verificar a coerência da categorização das unidades de registro, em respeito ao critério da pertinência, e observamos o critério da exclusividade, para assegurar que não houvesse unidades de registro repetidas em categorias distintas. Para essa revisão foi necessário imprimir os quadros esboçados inicialmente na planilha eletrônica, lê-las e fazer a conferência visual repetidas vezes ao longo do processo.

A maior dificuldade foi relativa ao critério da exaustividade, devido à robustez do documento, à extensa quantidade de unidades de registro coletadas e às dúvidas sobre a inclusão ou exclusão de algumas unidades, dúvidas que permearam o processo de pesquisa e foram sendo minimizadas com a releitura do referencial teórico.

Após esse refinamento do levantamento de dados, eliminamos unidades de registro que não atendiam ao critério da objetividade, ou seja, que não se mostravam claras, redefinimos as categorias de algumas unidades de registro e eliminamos outras duplicadas de modo a ter um conjunto de unidades mais preciso e sem maiores possibilidades de ambivalência. Embora saibamos que a subjetividade da pesquisadora nunca deixe de existir e que, numa pesquisa qualitativa, cada olhar humano sobre os dados coletados revela uma gama de possibilidades de análise, nosso objetivo era o de reduzir possibilidades de interpretações difusas.

7.3 Análise dos resultados

7.3.1 Trabalho como princípio educativo

Utilizamos como critério para agrupar unidades de registro nessa categoria tudo que se relacionasse ao desenvolvimento humano, ao progresso dos indivíduos em torno do exercício do trabalho; e tudo que se relacionasse ao desenvolvimento da vida coletiva como reflexo dos aspectos concernentes à atividade laboral.

Quadro 3: Incidência de unidades de registro da categoria “Trabalho como princípio educativo” no PDI e no capítulo 3 do documento

Unidade de registro	DI	Cap. 3
Aptidão(ões) / competência(s) / habilidade (s) / habilitação(ões)	6	27
Atuação profissional / exercício profissional / atividade(s) profissional(is)	2	10
Banco de currículos		1
Cooperativismo / cooperação / cooperativa(o) / colaboração	8	14
Desenvolvimento do(s) servidor(es) / desenvolvimento na carreira / desenvolvimento dos estudantes/desenvolvimento pessoal / desenvolvimento pleno das pessoas/pleno desenvolvimento da pessoa / desenvolvimento profissional	4	4
Empreendedorismo / Capacidade empreendedora		2
Emprego/empregabilidade / concursos / ocupação / produção / renda	9	33
Estágio supervisionado / estágio curricular / monitoria / tutoria	6	13
Identidade / construção identitária / sentimento de pertença /dignidade	1	16
Inserção sócio produtiva / inserção socioprofissional		1
Sujeitos histórico-sociais / quadro sócio-histórico / contextos históricos / contexto político, histórico, cultural e social / contexto sociocultural / contexto(s) local e regional / contexto social / contexto da comunidade e do aprendiz / contexto sócio-político-econômico-cultural / contexto histórico-social / contexto em que vive	5	3
		6
Trabalho / atividade laboral / exercício profissional / prática profissional	21	3
Vida produtiva / vida profissional / atividades produtivas / profissão / profissionalização		7
		8
Arranjo(s) produtivo(s) / socioprodutivo(s)/ demandas produtivas	2	
Comunidade(s) / convivência / atividades coletivas, colaborativas e participativas / vivência coletiva / convívio / associações e articulações / interação / socialização / relações interpessoais / participação	63	00
Desenvolvimento local e regional, pessoal e social / desenvolvimento regional / desenvolvimento social e econômico / desenvolvimento socioeconômico / desenvolvimento econômico / Transformação econômica / transformação social	0	14
Setores da economia / setor(es) produtivo(s) / setores profissionais / socioeconômico		6
TOTAL	17	332

Fonte: as autoras (2022)

Nessa categoria observaram-se 617 unidades de registro no PDI, o que corresponde a 19% das citações das bases conceituais no documento como um todo. Foram observadas 332 unidades de registro no Capítulo 3, o que corresponde a 17% das citações das bases conceituais no capítulo citado.

7.3.2 Formação integral

Reunimos unidades de registro relacionadas aos aspectos formativos gerais e profissionais, e as unidades de registro ligadas aos valores sociais/ideais de sociedade que são perseguidos com a persecução da formação integral como princípio para a educação profissional e tecnológica.

Quadro 4: Incidência de unidades de registro da categoria “Formação Integral” no PDI e no capítulo 3 do documento

Unidade de registro	P	
	DI	ap. 3
Aperfeiçoamento de servidores do IF Baiano	1	1
Atividades intelectuais e manuais / superação da dualidade	2	2
Atualizar, capacitar, ampliar a sua formação / Qualificação/ inserção qualificada / formação qualificada / capacitação (ões)	8 1	1 9
Crítico(s)/crítica(s) / proatividade / reflexivo(s) / reflexiva(s) / visão(ões) de mundo	2 5	2 2
Currículo integrado / integração curricular / integralização curricular / ações integradoras do currículo / processos integradores / projetos integradores	5	4
Emancipação / emancipado(s) /empoderamento /preparação para a vida / cidadania/cidadã(s)/cidadão(s)	5 0	4 2
Forma articulada / formação ampliada / Formação de profissionais / formação profissional / formação dos futuros profissionais / formação pessoal / formação dos sujeitos / formação de recursos humanos / formação de professores / formação inicial e continuada / promover formação aos demais servidores do IF Baiano / formação geral e profissional / formação humana / formação integral /humanístico(s)/humanística(s) / itinerários formativos / aperfeiçoamento / formação continuada / educação continuada / formação contínua / formação sólida / formação cultural e profissional	1 16	7 5
Saber humano /dimensão intelectual / nível intelectual / idoneidade intelectual / pessoas capazes de compreender / raciocínio lógico, interpretativo e analítico / trabalhadores conscientes / consciência	1 1	1 0
	4	2
Técnica(s) de nível médio / técnico(s) de nível médio / técnico profissionalizante	5	8
Atitudes e valores	1	1

Democratização / democrático(s)/democrática(s)/democratizar / participação plena e efetiva na sociedade / direitos humanos / valores humanos / justiça / solidariedade / solidária(s) / solidário(s) / liberdade / libertador/ equidade / moral(is) / igualdade / igualitário(s) / igualitária(s)	9 1	8 1
Transformação da sociedade	1	1
Desenvolvimento educacional	2	2
Educação pública	4	4
TOTAL	4 35	2 92

Fonte: as autoras (2022)

Nessa categoria observaram-se 435 unidades de registro no PDI, o que corresponde a 13% das citações das bases conceituais no documento como um todo. Foram observadas 292 unidades de registro no Capítulo 3, o que corresponde a 15% das citações das bases conceituais no capítulo citado.

7.3.3 Politecnia

Reunimos nessa categoria as unidades de registro que relacionamos a processos formativos mais amplos e complexos, e os relacionados à diversidade de perfis dos sujeitos envolvidos nos processos formativos.

Quadro 5: Incidência de unidades de registro da categoria “Politecnia” no PDI e no capítulo 3 do documento

Unidade de registro	PDI	Cap . 3
Ambiental / meio ambiente/socioambiental(is) / sustentável(is)/sustentabilidade	50	29
Atividades lúdicas / aulas de pintura /artístico(s)/artística(s) / oficinas de teatro	16	13
Autonomia/autônomo(s)/autônoma(s)	24	15
Cognitiva(s)/cognitivo(s)	3	3
Criativo(s)/criativa(s)/criatividade	8	7
Cultura(s)/cultural(is) / multiculturalidade	140	81
Debates abertos / comunicação / diálogo(s) / dialogicidade / dialógico(s)/ dialógica(s) /dialética e transformadora / conflitualidade de ideias e argumentos	49	21
Estético(s)/estética(s) / ético(s)/ética(s)	49	24
Flexibilidade / flexibilização dos componentes curriculares / estrutura curricular flexível / flexibilização curricular / parte diversificada do currículo / múltiplos saberes	8	8
Lazer / atividade(s) recreativa(s) / conagraçamento / entretenimento	18	10

Metodologias contextualizadas / diferenciadas	3	3
Interdisciplinar(es)/interdisciplinaridade/relação entre as partes e o todo / multidisciplinar(es) / multirreferencializada / temas transversais / transdisciplinar / transdisciplinaridade / complexidade	39	36
Politecnia / politécnico	7	2
Política(s)/político(s)	203	135
Qualidade de vida / biopsicossocial / saúde / condições físicas / esporte(s)/esportiva(s)/esportivo(s)/desportivo(s)/desportiva(s) / poliesportivo(a)/atividades físicas	49	25
Responsabilidade social / responsabilidades sociais	9	6
Tecnologia(s)/tecnológico(s)/tecnológica(s)	210	102
Acessibilidade / ações afirmativas / inclusão/inclusivo(s) / inclusiva(s) / vulnerabilidade social/ vulnerabilidade socioeconômica / vulnerabilidade social e econômica / vulnerabilidade social e baixa condição econômica / comunidades tradicionais / apenado / adicto / pessoa(s) com deficiência/ estudante(s) com deficiência / pessoas com necessidades específicas / classe social	206	86
Pluralismo/pluralidade / diferenças / particularidades / peculiaridades / diversidade /diversificação / diversificado(s) / diversificada(s) / especificidades / heterogeneidade	100	87
Gênero/ orientação sexual / credo/religião / geracional(is) / etnorracial(is)/etnia / racial	28	28
Histórias de vida / projetos de vida	2	2
TOTAL	122	723

Fonte: as autoras (2022)

Nessa categoria observaram-se 1221 unidades de registro no PDI, o que corresponde a 37% das citações das bases conceituais no documento como um todo. Foram observadas 723 unidades de registro no Capítulo 3, o que corresponde a 37% das citações das bases conceituais no capítulo citado.

7.3.4 Pesquisa como princípio educativo

Foram agrupadas as unidades de registro que se relacionassem com a demanda e a geração de resultados das pesquisas, e aquelas relacionados a aspectos técnicos e conceituais concernentes ao trabalho investigativo para desenvolvimento de novos conhecimentos e alternativas para solução de problemas.

Quadro 6: Incidência de unidades de registro da categoria “Pesquisa como princípio educativo” no PDI e no capítulo 3 do documento

Unidade de registro	Qtde. PDI	Qtde. Cap. 3
Aprendizado ativo / aprendizagem significativa e problematizadora	3	3
Demandas contemporâneas / demandas sociais / contemporaneidade / realidade(s)/ contextualização / conjuntura / conhecimento(s)	144	103
Impacto e transformação / atuação transformadora	2	2
Inovação(ões)/inovador(es)/inovadora(s)	53	26
Solução(ões) / solucionar problemas / situações-problema/superação de problemas	26	19
Aulas práticas de laboratório e de campo	1	1
Ciência(s)/científico(s)/científica(s)	166	89
Coleta e análise de dados / coleta de dados	3	0
Infraestrutura laboratorial / laboratório	13	2
Iniciação científica	6	2
Investigativo(s)/investigativa(s) / investigação	10	9
Método(s)/metodologia/metodológico(s)/metodológica(s)s	28	18
Pesquisar/pesquisa(s)/pesquisador(es)/pesquisadora(s) / ensino / extensão / ações profissionais extensionistas	596	308
Teoria e prática / articula a teoria com a prática/ pensar e agir / teórico-prática	10	7
TOTAL	1061	589

Fonte: as autoras (2022)

Nessa categoria observaram-se 1061 unidades de registro no PDI, o que corresponde a 32% das citações das bases conceituais no documento como um todo. Foram observadas 589 unidades de registro no Capítulo 3, o que corresponde a 30% das citações das bases conceituais no capítulo citado.

8 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Foram identificadas 3.334 incidências de unidades de registro no PDI e 1.936 no capítulo 3 do documento. Diante disso, ao que 58% dos dados relacionados às bases conceituais estão presentes no capítulo 3 do documento, capítulo dedicado ao PPI, ou seja, resta evidente que houve uma concentração maior na parte do documento dedicado às questões pedagógicas/acadêmicas. Contudo, o percentual

de 42% de unidades de registro constantes no restante do documento sinaliza para uma aproximação entre as diretrizes norteadoras da EPT e os aspectos relacionados às questões estruturais, administrativas e de gestão do Instituto. É um percentual expressivo, que não se pode desprezar, e sinaliza para a confluência entre os aspectos de gestão e os aspectos educativos do IF BAIANO, corroborando o entendimento sinalizado na Introdução deste trabalho de que a gestão das instituições de ensino não se ocupa somente de aspectos técnicos, ela se orienta pelas diretrizes e premissas educativas para, então, estruturar os aspectos técnicos que proporcionem as condições necessárias para o atingimento dos objetivos finalísticos relacionados ao ensino.

Quadro 7: Incidência de unidades de registro por categoria no PDI e no capítulo 3 do documento

Base conceitual	PDI	Cap. 3
Trabalho	617	332
Formação Integral	435	292
Politecnia	1221	723
Pesquisa	1061	589
TOTAL	3334	1936

Fonte: as autoras (2022)

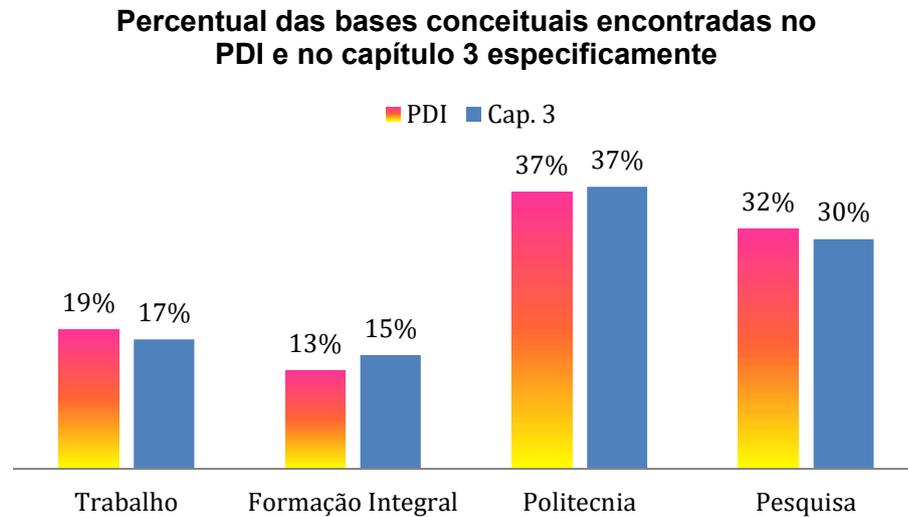
No PDI observamos uma menor incidência da categoria Formação Integral, com 13%, e a maior incidência com a categoria Politecnia, com 37%. Essa tendência foi observada no capítulo 3, no qual as categorias citadas ficaram com 15% e 37%, respectivamente. A alta incidência de unidades de registro referentes à politecnia pode ser explicada pela ampla variedade de aspectos abordados nessa base conceitual e a baixa incidência da formação integral pode ser um indicativo de pouca ênfase em questões de integralização curricular.

Destacamos os altos percentuais encontrados na categoria Pesquisa como princípio educativo (incidência de 32% no PDI e 30% especificamente no capítulo 3 do documento), que sinalizam para uma postura de forte compromisso do IF BAIANO com a produção de conhecimento para contribuir com o desenvolvimento não apenas dos discentes como das comunidades onde estão inseridos os campi, que são beneficiadas com os resultados gerados pelas pesquisas realizadas, o que

está em consonância com uma das finalidades e um dos objetivos previstos para os Institutos Federais na lei de criação, lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

O trabalho como princípio educativo surge em terceiro lugar entre as categorias com maior incidência de citações, 19% de frequência no PDI e 17% especificamente no capítulo 3. Acreditamos que, por ser essa uma base conceitual da qual derivam todas as outras, a ênfase em aspectos relacionados às questões produtivas poderia ser mais candente de modo a dar maior visibilidade à articulação entre o mundo do trabalho e os segmentos sociais para a emancipação dos sujeitos e desenvolvimento socioeconômico do entorno.

Gráfico 1: Percentual de incidência das bases conceituais da EPT no PDI e no capítulo 3 especificamente.



Fonte: as autoras (2022)

Como indicado no capítulo 5 deste estudo, as bases conceituais poderiam aparecer no PDI de modo direto ou indireto. Foi possível observar que as bases que aparecem de modo direto, como itens declarados no texto são: o trabalho assumido como princípio educativo, que surge 1 vez, e a formação integral, que surge 8 vezes. As duas outras bases surgem de modo indireto, ou seja, por meio de termos que se relacionam a seu conceito, mas não estão explícitas no texto. Reiteramos o que foi indicado no item 6 deste documento, ressaltando a importância da presença das bases conceituais da EPT como elementos declarados, citados de modo direto no documento de modo a fortalecer e disseminar o conhecimento acerca dessas diretrizes tão importantes para a consecução de uma educação.

Diante dos dados apresentados, podemos responder ao problema de pesquisa “De que forma o PDI no Instituto Federal Baiano (2015-2019) se relaciona com as bases conceituais da EPT?”. Podemos afirmar que as bases conceituais da EPT estão relacionadas no PDI de modo predominantemente indireto.

Acredita-se que a hipótese aventada para este estudo – a de que o PDI do IF BAIANO (2015-2019) contempla as bases conceituais da EPT por meio da expressão dos objetivos, princípios e diretrizes contidos no texto - não se confirmou, haja vista que as bases conceituais se encontram distribuídas de modo difuso no texto, sem uma menção consistente nos objetivos, princípios ou diretrizes.

Nesse sentido, é importante salientar que, embora tenha sido exarado em

2007, ou seja, anos antes de o PDI em estudo ter sido elaborado, o Documento-Base do Ministério da Educação não é citado entre as Referências Bibliográficas do PDI, o que pode explicar a constatação realizada com este trabalho - isso nos parece uma lacuna importante a ser sanada nas próximas oportunidades de elaboração de novos planos.

Pela relevância dessas bases conceituais desenvolvidas num longo percurso histórico com o intuito de direcionar a EPT para um ideal de educação, acredita-se que a expressão declaratória das bases e a sua menção nos objetivos, princípios e diretrizes teriam o condão de fortalecer e disseminar a toda a comunidade os princípios norteadores da atividade educativa do Instituto.

9 PRODUTO EDUCACIONAL

9.1 Introdução

Buscamos desenvolver um produto educacional que não fosse rígido e/ou estático, que se constituísse num processo dinâmico que envolvesse, além da exposição dos achados da pesquisa, uma comunicação entre os participantes do evento para uma ampla troca de ideias. Acreditamos que esse aspecto dialoga com os preceitos deste estudo, que envolvem a interação social como elemento fundamental para o aprendizado coletivo.

Antes de adentrarmos no detalhamento do produto, cumpre destacar que Rizzatti, Mendonça, Mattos, Rôças, Silva, Cavalcanti e Oliveira (2020) afirmam que um produto educacional (PE) é

(...)o resultado tangível oriundo de um processo gerado a partir de uma atividade de pesquisa, podendo ser realizado de forma individual (discente ou docente *Stricto Sensu*) ou em grupo (caso do *Lato Sensu*, PIBID, Residência Pedagógica, PIBIC e outros) (Rizzatti et al, 2020, p. 4).

O PE diferencia o Mestrado Profissional (MP) do Acadêmico, que se atém precipuamente à construção do conhecimento - no MP há esse desafio e também o de desenvolvimento e aplicação do PE. Zaidan (2020) relata que o PE valoriza a relação teoria-prática e assume uma diversidade de formatos aplicáveis a diferentes contextos, ou seja, o PE deve ser resultado, fruto do esforço da pesquisa, devendo ser aplicado num contexto real onde se desenvolva o problema estudado.

Alguns autores sinalizam para um “ranço” tecnicista ao se enfatizar a

importância do produto, como alertam Rezende e Ostermann (2015). As autoras declaram que os produtos não devem ser pensados apenas de modo prático, focados no “fazer”, mas que sejam desenvolvidos para promover uma reflexão, uma consciência crítica sobre o problema abordado na pesquisa. Foi nesse sentido que desenvolvemos o workshop como nosso produto educacional, com o objetivo de sensibilizar para o tema.

9.2 Concepções do produto

É importante salientar que um workshop não é uma sequência didática, não é um evento entre professores e discentes, não se reveste de um caráter formal de ensino-aprendizagem. Para Giulietti e Forero (1990) o workshop é um recurso que implica na apresentação e discussão de trabalhos, de modo que se possam reunir interessados para troca de dados e ideias, visando a um melhor conhecimento. Segundo Scarpa, um workshop pode “possibilitar um ambiente rico para interações entre os participantes” (SCARPA, 2015, p. 17) evento no qual se pode colocar em pauta assuntos para discussão e reflexão coletiva.

O workshop foi desenvolvido com o intuito de ser um evento leve e dinâmico, que propiciasse uma discussão sobre o tema e os achados da pesquisa. A apresentação, construída num programa de edição de slides, será encaminhada para a Pró-Reitoria de Desenvolvimento por meio de mensagem eletrônica. Assim, disponibilizamos o conteúdo da pesquisa e o formato do workshop para que, em momento oportuno e adequado, as lideranças do setor possam viabilizar a realização do evento e indicar ao menos cinco pessoas para participarem.

Os objetivos do workshop são:

- Explanar a origem e importância do PDI;
- Promover/fortalecer o conhecimento acerca das bases conceituais da EPT;
- Apresentar os achados da pesquisa
- Fomentar o debate sobre as possibilidades de articulação entre as bases da EPT e o PDI no IF BAIANO.

Para mensurar se os três primeiros objetivos foram atingidos, pretendemos aplicar um questionário quantitativo ao final do evento para identificar o nível de satisfação dos participantes quanto ao evento realizado (isso será abordado no

tópico 11.5). Para o último objetivo a mensuração é qualitativa: pretendemos observar a participação dos envolvidos nos debates gerados no encontro, e avaliar de modo subjetivo as respostas dadas à pergunta aberta constante na avaliação do evento.

Para a realização do workshop será utilizada a bibliografia que originou esta pesquisa.

9.3 Dinâmica da apresentação

Tendo em vista que o IF BAIANO encontra-se em sistema de revezamento entre os servidores (trabalho híbrido), optamos por projetar o evento para o formato online, de modo que seja confortável e compatível para os participantes independentemente de estarem trabalhando presencialmente ou de modo remoto na data do encontro. Pretendemos utilizar a plataforma digital Google Meet, por ser uma plataforma gratuita e de uso intuitivo.

De acordo com a disponibilidade de servidores do setor e de datas e horários possíveis, a ser sinalizado pela liderança da PRODIN, enviaremos convites via e-mail aos participantes. No e-mail constarão a pauta do encontro, data, horário e link para acesso à sala de reunião. A previsão é de que tenhamos ao mínimo cinco participantes no encontro.

A respeito do uso de recursos tecnológicos, convém citar que Silveira, Novello e Laurino (2017), que ressaltam que o mundo contemporâneo globalizado tem no uso das tecnologias da informação a possibilidade de novas construções culturais e uma diversidade de práticas sociais. As autoras revelam que

O uso das tecnologias digitais proporciona aos sujeitos múltiplas possibilidades para a construção de saberes, trocas e de novos conhecimentos, bem como o desenvolvimento de atividades interativas (Silveira et al, 2017, p 68).

Durante o evento será elaborada uma lista de presença e uma ata para registrar como se desenvolveu o evento.

A seguir apresentamos cada etapa, explanando o que será dito e o tempo de duração da apresentação, além de relatar vídeos e/ou atividades dinâmicas que foram planejadas para cada momento. A apresentação encontra-se no Apêndice A.

É importante salientar que tudo que será dito na apresentação está registrado neste trabalho, mas, por uma questão de adequação e pertinência, será dito num

tom coloquial, de modo a que a apresentação não siga um roteiro fixo e não se torne mecânica, rígida ou enfadonha.

9.4 Etapas do processo

9.4.1 Abertura

O primeiro momento é o de abertura, no qual informaremos o nome da mestranda e da orientadora, leremos o título da pesquisa, realizaremos os agradecimentos iniciais pela presença de todos, agradecimentos à PRODIN e ao IF BAIANO pela realização do evento e agradecimentos ao IFBA, instituição onde se originou este trabalho. A duração estimada é de 3 minutos.

9.4.1.1 Apresentação da estrutura

O segundo momento introduz o roteiro da apresentação, a indicação de cada etapa do evento. Nesse momento apresentaremos um vídeo introdutório com duração de 1 minuto e 51 segundos, intitulado “Comunicação”, disponibilizado no youtube, conforme citado nas referências bibliográficas (todos os vídeos utilizados na apresentação constam nas referências). O objetivo desse vídeo é promover maior descontração, tornar claro que a apresentação não será monológica, será permeada pela comunicação entre todos os participantes.

Em seguida, abordaremos o problema, a hipótese e os objetivos da pesquisa; os temas principais do nosso Referencial Teórico. A duração estimada dessa etapa da apresentação é de 10 minutos.

9.4.1.2 Introdução

Nesse momento, descreveremos os objetivos da pesquisa, a justificativa, motivação e explanaremos o porquê da realização do workshop como produto educacional da pesquisa. Duração estimada de 7 minutos.

9.4.1.3 Apresentação do referencial teórico

Explanaremos de modo introdutório os quatro pilares conceituais nos quais se fundamentou a pesquisa: planejamento comom ferramenta de gestao, plano de desenvolvimento institucional, bases conceituais da EPT, sociointeracionismo. Duração estimada: 1 minuto.

9.4.1.4 Metodologia

A próxima fase é a apresentação da metodologia da pesquisa, falaremos das 3 metodologias utilizadas, de acordo com o que está registrado no item 7 deste estudo. Exporemos alguns conceitos sobre as três metodologias utilizadas, tal qual registrado no item 7 deste estudo. Duração aproximada da apresentação: 5 minutos.

É importante salientar que os slides dedicados à metodologia são mais expositivos, são um relato do percurso realizado para a consecução deste trabalho, mas ao final de cada etapa perguntaremos se alguém tem dúvida ou algum comentário a fazer sobre o que foi explicado.

Discorreremos sobre as etapas da pesquisa, descritas no item 7 deste trabalho, nos esforçando para atingir um equilíbrio entre a minúcia necessária para demonstrar o rigor metodológico e a agilidade que uma apresentação oral e online demanda para que não se torne uma palestra. Duração aproximada de 6 minutos.

Explaneremos os critérios definidos para o levantamento das unidades de registro e de cada base conceitual e abordaremos as principais premissas observadas durante o trabalho e o significado de cada uma delas, como indicado no item 7 desta dissertação. Duração aproximada de 6 minutos.

9.4.1.5 Apresentação dos participantes

A próxima fase é um momento em que todos os participantes podem se apresentar, falar de suas trajetórias no Instituto, informar há quanto tempo trabalham na PRODIN, o que esperam do workshop, suas percepções iniciais sobre o PDI, e algo mais que queiram falar sobre si mesmos. O objetivo é propiciar um maior envolvimento e integração, sendo a duração estimada para essa etapa de 15 minutos, caso haja 5 participantes.

9.4.2 Aspectos teóricos da proposta

9.4.2.1 Planejamento como ferramenta de gestão

Nesse estágio da apresentação falaremos sobre o planejamento, relatando o percurso do ato de planejar na história da vida humana, abrangendo conceitos iniciais e relatando o valor estratégico do planejamento para uma instituição de ensino – tudo conforme o que está relatado no item 2.2 deste trabalho. Nesse momento apresentaremos um vídeo “Planejar, escolher, abdicar” (duração de 2min55s), disponibilizado no youtube. A duração estimada da apresentação desse slide é de 8 minutos.

9.4.2.2 PDI

Nesse momento, falaremos sobre o PDI, o percurso histórico, as finalidades imediata e mediata, a natureza técnica e política, tal qual registrado no item 2 deste documento. A duração estimada da apresentação desse conteúdo é de 10 minutos.

9.4.2.3 Sociointeracionismo

Ao iniciarmos esse tema pretendemos perguntar ao grupo, de modo descontraído, qual a importância da vida em sociedade, se gostam de realizar atividades coletivamente ou de modo isolado, se gostam de trabalho em equipe, de se reunir com a família nos fins de semana – que importância tem a interação na vida deles. Após a manifestação das pessoas, abordaremos a teoria de ensino-aprendizagem sociointeracionista, revelando a importância da interação social para as relações humanas, os conceitos relativos a signos e instrumentos como mediadores da vida em sociedade e conceitos concernentes à cultura, como indicado no item 4 deste estudo. A duração estimada dessa etapa é de 12 minutos.

9.4.2.4 As bases conceituais da EPT

Iniciaremos o nono momento perguntando quem conhece o Documento-Base do Ministério da Educação ou quem já ouviu falar das bases conceituais da EPT. Para estimular a participação sortearmos um livro sobre planejamento da vida

social entre os participantes do debate, “A tríade do tempo – família, trabalho – vida”, do autor Christian Barbosa. Após respostas realizaremos o sorteio e introduziremos as bases conceituais da EPT, trabalhando os conceitos implicados no item 5 deste documento. A duração estimada dessa etapa da apresentação é de 4 minutos.

Abordaremos em maior profundidade as bases conceituais da EPT, a cada slide apresentaremos um vídeo para ilustrar melhor o que se pretende alcançar com a explanação do assunto, como veremos a seguir.

Ao falar do trabalho como princípio educativo, apresentaremos um trecho do filme “Tempos Modernos”, de Charles Chaplin, com duração de 3m 59s (youtube). Ao final, perguntaremos o que os participantes entendem do que foi apresentado e, após manifestações, trataremos do papel do trabalho na vida humana, relatando uma crítica ao trabalho dual, ao trabalho mecanizado. A duração estimada da apresentação desse slide é de 8 minutos.

Ao explicar sobre a formação integral, apresentaremos um trecho de uma entrevista com o professor Jeferson Dantas sobre dualismo educacional, com duração de 1m 32s – o objetivo é retratar de que modo a formação integral se articula ao combate do dualismo educacional. Ao final do vídeo, questionaremos o grupo que interlocução fazem entre o vídeo anterior e o atual. A duração estimada é de 8 minutos.

No slide 12, da politecnia, apresentaremos um vídeo produzido pela mestranda no primeiro semestre do curso, para atendimento de atividade proposta na disciplina “Bases Conceituais da EPT”, ministrada pela professora Luzia Mota e pelo professor Alex Cypriano. O vídeo tem duração de de 2m 19s, e a duração estimada para apresentar a politecnia é de 7 minutos.

Ao explicar a pesquisa como princípio educativo, apresentaremos o vídeo “Pesquisa e inovação tecnológica e extensão”, com duração de 2m 19s e proporemos uma debate acerca do papel do IF BAIANO como produtor de novos conhecimentos e tecnologias por meio da pesquisa; e acerca da indissociabilidade entre ensino e extensão. A duração estimada para a apresentação desse slide é de 7 minutos.

Finalizando essa fase, proporemos um exercício reflexivo coletivo para que possamos juntos vislumbrar as formas possíveis de trazer as bases conceituais da EPT no PDI, aproximando a gestão institucional das diretrizes educativas. A sugestão é de que nesse momento seja dada uma pausa de 15 minutos para as

peças descansarem um pouco e refletirem sobre a proposta.

Antes de adentrarmos na próxima etapa, haverá um momento para que todos possam expor o que pensaram durante a pausa. O tempo estimado para falas é de 10 minutos.

9.4.2.5 Apresentação dos achados da pesquisa

Essa etapa será dedicada à exposição dos dados brutos encontrados na pesquisa, os números absolutos. Duração estimada de 3 minutos.

Em seguida, apresentaremos os dados percentuais em forma de gráfico, explanando o motivo de realizar o levantamento no PDI como um todo e, em separado, no capítulo 3, dedicado ao PDI – conforme registrado no item 8.2.1 desta dissertação. Duração estimada de 4 minutos.

Depois pretendemos falar sobre as análises registradas a respeito dos dados encontrados, buscando saber dos participantes o que mais poderiam inferir dos achados da pesquisa, suas impressões sobre as análises realizadas. Duração estimada de 5 minutos.

O próximo slide se destina a relatar outras análises, não diretamente ligadas aos números, mas que envolvem as premissas iniciais do trabalho. É um momento também de levantar outras discussões, a serem motivadas entre os participantes do encontro. Duração estimada de 5 minutos.

9.4.2.6 Atividades práticas e finalização

O próximo momento introduz um quizz (jogo de perguntas e respostas) a ser realizado de modo dinâmico para envolver e motivar os integrantes. Aqueles que se voluntariarem devem escolher um número e responder à pergunta que aparecer, em seguida daremos a resposta, se correta ou falsa.

O jogo funcionará da seguinte maneira: o slide contém uma numeração de 1 a 10. Ao clicar no número escolhido, será aberto outro slide, que terá link com o anterior. Nesse slide constarão as perguntas, as alternativas e, ao clicar novamente, surgirá em destaque qual delas é a correta.

É importante salientar que esse jogo não tem o objetivo de avaliar conhecimento de modo formal e, sim, de resgatar assuntos abordados ao longo da apresentação, promovendo uma nova dinâmica para o workshop. As perguntas e

respostas constam no apêndice B deste trabalho e a duração estimada para o jogo é de 12 minutos.

Para finalizar, temos um momento para as recomendações, com indicações de melhoria no texto do PDI a partir daquilo que foi vislumbrado na pesquisa. Essas recomendações encontram-se no tópico 6 desta dissertação. Essa etapa tem duração estimada de 8 minutos.

Em seguida, traremos sugestões de vídeos com entrevistas de grandes estudiosos da área da EPT, como Marise Ramos, Gaudêncio Frigotto, Acácia Kuenzer e Pedro Demo, além da sugestão de leitura desta dissertação para maior aprofundamento dos assuntos discutidos. Duração aproximada de 3 minutos.

O slide final para a despedida e os agradecimentos finais. Nesse momento comunicaremos sobre a avaliação a ser enviada via email para todos e que, caso seja necessário, adequaremos a apresentação para uma nova oportunidade de encontro com os envolvidos. Duração aproximada de 4 minutos.

O workshop terá duração de aproximadamente 3 horas, conforme detalhamento do quadro abaixo. Durante o workshop pretendemos abordar as ideias centrais do trabalho e discutimos a importância do PDI e das bases conceituais, bem como as possibilidades de melhor articulação entre ambos. No encontro haverá oportunidade para que os participantes relatem suas experiências profissionais relacionados ao PDI e discutam os temas apresentados, haverá um quizz para verificar o nível de apreensão de conhecimentos pelos participantes. A nossa proposta privilegia a interação social, tão destacada no capítulo 3, dedicado ao Sociointeracionismo, de modo que a relação dialética potencializará o entendimento e o compartilhamento de ideias.

Quadro 8: Estrutura e estimativa de tempo para cada etapa do workshop

Item da programação	Tempo estimado	Observação
11.4.1 Abertura	3 min	-
11.4.1.1.1 Apresentação da estrutura	10 min	Apresentação de vídeo.
11.4.1.2 Introdução	7 min	-
11.4.1.3 Apresentação Referencial	1 min	-

11.4.1.4 Meteorologia	17 min	-
11.4.1.5 Apresentação dos participantes	15 min	-
11.4.2.1 , 11.4.2 , 11.4.2.3 11.4.2.4 Aspectos teórico da proposta	89 min	Exercício reflexivo, apresentação de vídeos, sorteio de livro.
11.4.2.6 Atividade prática e finalização	27 min	Quizz

Fonte: as autoras (2022)

9.5 Avaliação da aplicação

Ao final do encontro, realizaremos uma avaliação do nível de satisfação com o curso, para isso será utilizado um formulário do Google Classroom, que se encontra na seção Apêndice B deste documento.

A escolha do Google Classroom se deu por ser uma ferramenta intuitiva, relativamente fácil, gratuita e acessível a grande parte dos usuários de internet. Schieehl e Gasparini (2016) caracterizam a ferramenta como uma sala de aula virtual na qual podem ser organizadas turmas e atividades, que podem ter seu desenvolvimento acompanhado em tempo real, com a possibilidade de inserção de comentários e notificações.

Silva e Netto (2018) sinalizam que a ampliação do espaço-tempo é uma vantagem importante no uso da ferramenta, visto que ela pode ser utilizada em qualquer local e hora, de acordo com a disponibilidade do usuário, e que sua utilização amplia e torna mais flexível as possibilidades de interação.

A partir das respostas dadas por eles(elas) na avaliação sobre a aplicação do PE, observaremos a necessidade de adequação da estrutura ou conteúdo do workshop para que os objetivos citados no item 11.2 possam ser garantidos. Estimamos que uma resposta positiva de 50% de cada item avaliado garante o atendimento do objetivo, caso o resultado seja inferior, readequaremos o item avaliado para uma futura apresentação aos envolvidos.

As respostas à pergunta aberta do questionário também serão levadas em conta para a decisão quanto a realizar refinamentos na apresentação.

A aplicação do nosso produto educacional terá como objetivo não apenas levar os conhecimentos e resultados originados da pesquisa ao setor que lida diretamente com a construção, execução e monitoramento do PDI; mas, muito além disso, terá como missão propiciar um processo dialógico importante, com manifestação e escuta de todos os(as) participantes.

Assim, acreditamos que podemos contribuir de modo efetivo para uma reflexão e vislumbre de possibilidades de articulação das bases conceituais da EPT nesse documento, tão vital para o Instituto.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve um caráter artesanal, ou seja, foi realizado por uma pesquisadora, que executou os trabalhos analíticos, com constante suporte e direcionamentos da orientadora ao longo de toda a jornada. Embora essa seja uma característica comum, de um modo geral, a todo curso de pós-graduação stricto sensu, sentimos que é importante relatar o aspecto artesanal do trabalho pelo expressivo volume de dados levantados e analisados, o que exigiu significativo esforço físico e mental da pesquisadora ao longo da trajetória investigativa. A tarefa demandou intensa concentração e motivação para que o trabalho fosse realizado de modo minucioso, para que fosse possível não apenas conhecimento da estrutura do texto, mas do seu conteúdo declarado e embutido nas entrelinhas. Essa minúcia foi o que permitiu uma melhor compreensão do documento e um embasamento para a categorização das unidades de registro.

O levantamento realizado neste estudo não tem como propósito criar uma hierarquia de importância entre as bases conceituais, até porque não há. Acredita-se que tudo se inicia com o trabalho como princípio educativo, contudo as demais bases conceituais que dele derivam são imprescindíveis para que se alcance uma educação pública, gratuita, de qualidade, destinada a todos os seres humanos, sem distinção de classe social ou de qualquer outra natureza.

Consideramos que a presente pesquisa atingiu seus objetivos, pois, como relatado no item 9, por meio da análise de conteúdo documental pudemos responder ao nosso problema de pesquisa e pudemos negar a hipótese inicial, indicados na

introdução.

O objetivo geral definido no princípio deste trabalho -elaborar um workshop para discutir, junto à PRODIN, as possibilidades de articulação das bases conceituais da EPT no PDI do IF BAIANO - foi atingido, pois realizamos a análise pretendida e construímos o workshop sobre o tema”.

Os objetivos específicos também foram alcançados:

- Traçar um panorama histórico do Plano de Desenvolvimento Institucional no ordenamento educacional brasileiro – esse panorama encontra-se no item 2.3 deste trabalho;
- Relatar a história dos Institutos Federais e, especificamente, do IF BAIANO – esse relato encontra-se no item 2.1 deste estudo;
- Discorrer sobre as bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica, a saber: trabalho como princípio educativo, formação integral, politecnia e pesquisa como princípio educativo – essa análise encontra-se no item 5 deste documento;
- Analisar de que modo o PDI (2015-2019) do IF BAIANO reflete as bases conceituais da EPT – essa análise foi registrada no item 6 deste trabalho;
- Elaborar e disponibilizar à PRODIN um workshop sobre o tema deste trabalho - essa etapa do trabalho foi descrita no item 11 deste estudo.

Reiterando o que foi dito no item 6 deste trabalho, em nenhum momento a pesquisadora teve a pretensão de revelar aspectos cabais e determinísticos com a realização deste estudo. Como Kincheloe e Berry (2007) relatam, não existe realidade única, visão ímpar do mundo, quadro final e decisivo do real, onde todas as peças de um quebra-cabeça ocupam seus lugares fixos e imutáveis. O mundo está em constante processo de mudança - isso é próprio da natureza humana - assim como as diferentes formas de pensar e de enxergar o mundo. O conhecimento produzido por meio desta pesquisa é permeado pela visão pessoal da pesquisadora, naturalmente, mas isso não invalida a qualidade do trabalho, pois, o embasamento científico apresentado assevera o rigor metodológico realizado.

Acreditamos que, além de revelar aspectos importantes para o IF BAIANO, locus da pesquisa, este trabalho tem capacidade de impulsionar o debate sobre a importância do PDI e das bases conceituais da EPT em qualquer IES que fomente a educação profissional e tecnológica. Esse debate manifesta uma perspectiva

integradora dos aspectos de gestão e de ensino como um caminho que possibilita a concretização da missão educativa da instituição.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. A. P., GONÇALVES, T. A. P., AZEVEDO, R. O. M. Trabalho como princípio educativo: representações sociais de trabalho de alunos do IFRO. **Revista Relações Sociais**, Viçosa, vol. 01, n. 02, 149-157, 2018.

APPIO, Célia; EWALD, Izilene; SILVA, Valdelino. A formação integral na educação profissional tecnológica: Alguns apontamentos. **Metodologias e Aprendizado**, v. 1, p. 11-16, 2020.

ARAUJO, Jair Jonko; HYPOLITO, Álvaro Moreira; OTTE, Janete. Gerencialismo e controle na rede federal de educação profissional. **ANPAE**. Simpósio, 2011. Disponível em: <https://anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0243.pdf>. Acesso em: 18 jun.2020.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Veras, 2000.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed.

_____. Presidência da República. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 30 de dezembro 2008.

_____. Presidência da República. Decreto No 5 773, de 9 de maio de 2006. Casa Civil: Subchefia para assuntos jurídicos: 2006.

_____. Presidência da Republica. Decreto No 9.235 (BRASIL, 2017), de 15 de dezembro de 2017. Casa Civil: Subchefia para assuntos jurídicos: 2017.

_____. Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do artigo 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

_____. Lei nº 6.545 de 30 de junho de 1978. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências.

_____. Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de

Avaliação. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 72, 15 abr. 2004. Seção 1, p. 3-4.

_____. Educação profissional técnica de nível médio integrado ao ensino médio. Brasília, DF: MEC; SETEC, dez. 2007b.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

CAMPOS, Adriana Maria de Almeida Maia; CARNEIRO, Tereza Kelly Gomes. POSSIBILIDADES DE ARTICULAÇÃO ENTRE AS BASES CONCEITUAIS DA EPT E O PDI NOS INSTITUTOS FEDERAIS. **Cadernos de Educação Básica**, v. 5, n. 3, p. 119-136, 2020.

CANEDO, Daniele. Cultura é o quê? Reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos. IN: **V ENECULT-Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador, Bahia**, v. 27, 2009.

CASIMIRO, L. M. S. M., & Melo, J.P.P. (2016). Administração Pública no século XXI: planejamento, mobilidade urbana e desenvolvimento socioeconômico. **Revista Digital de Direito Administrativo**, 3(2), 284-295.

CHAGAS, Selton Evaristo de Almeida; MARTINS, Lucineia Scremin; BARBOSA, Filipe Augusto Couto. Passados presentes nos Institutos Federais. Ensino Médio Integrado e as (des)continuidades nas (in)determinações da dualidade estrutural. **Revista Educação Unisinos** (Dossiê Educação em Contextos Híbridos e Multimodais), v. 23, n. 4, 2019. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2019.233.11>>. Acesso em: 06jan.2020.

CHARLIE Chaplin Tempos Modernos - Legendado Portugues. 1 vídeo (4min 8s). Publicado pelo canal Karina Rocha. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=4PaGw4ZRmWY&t=144s>. Acesso em 01 mar.2022.

CHIAVENATO, Idalberto. **Planejamento Estratégico – Fundamentos e Aplicações**. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. Ensino médio e educação profissional no Brasil. **Revista Retratos da Escola**, v. 5, p. 27-41, 2011.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**; tradução Magda Lopes. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DA CUNHA RIBEIRO, Raimunda Maria. A natureza da gestão universitária: influência de aspectos político-institucionais, econômicos e culturais. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 3, n. 2, p. 357-378, 2017.

DAL MAGRO, Cristian Bau; RAUSCH, Rita Buzzi. Plano de desenvolvimento institucional de universidades federais brasileiras. **Administração: Ensino e Pesquisa**, Rio de Janeiro. v.13, n.3. p. 427-454, jul./set. 2012.

DESAFIOS ao planejamento estratégico em tempos de pandemia Covid-19. 2020. 1 vídeo (1h 36min 40s). Publicado pelo canal TV UFBA. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Ed9plRbsBJk>. Acesso em 27 mai.2020.

DIAS SOBRINHO, J.; BALZAN, N. C. (Org.). **Avaliação institucional: teoria e experiência**. São Paulo: Cortez, 2005.

DIAS, P. H. R. C; SOUSA, J. C; VIEIRA, C. C. F. Estratégia Institucional: relação entre o PDI, PPI e Planejamento Estratégico no IFB. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v.21, n.2, p. 334-348, maio-ago. 2017.

DUARTE, Evandro Santos; OLIVEIRA, Neiva Afonso; KOGA, Ana Lúcia. Escola unitária e formação omnilateral: pensando a relação entre trabalho e educação. **Reunião Científica Regional da ANPED**, v. 11, 2016.

FAVARÃO, Neide Rodrigues Lago; ARAÚJO, Cíntia de Souza Alferes. Importância da interdisciplinaridade no ensino superior. **Educere-Revista da Educação da UNIPAR**, v. 4, n. 2, 2004.

FERNANDES, D. M., Carrara, K., & Zilio, D. (2017). Apontamentos para uma definição comportamentalista de cultura. **Acta Comportamental**, 25 (2), 265-280.

FERREIRA, André R. Modelo de excelência em gestão pública. **Revista Eixo**, v. 1, n. 1, p. 31-43, 2012.

FRANCISCO, T. H. A., SILVA, J. E. O., RAMOS, A. M., RODRIGUES, T. M. A relação entre o igc e o projeto pedagógico institucional: reflexões a partir de uma análise do pdi em faculdades isoladas. In: XIII Coloquio de **Gestión Universitaria** en Américas. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/113107>. Acesso em: 09 Dez.. 2020.

FRANCISCO, T. H. A.; RAMOS, A. M.; OTANI, N.; HELOU, A. R. H. A.; MICHELS, E. O impacto da estrutura legal do PDI no processo de planejamento estratégico de instituições do sistema AMPESC. **Revista Gual**, Edição Especial, p.133-162, 2011.

FRANCISCO, T.H.A.; NAKAYAMA, M.K.; OLIVEIRA, P.C.; RAMOS, A.M. A contribuição do PDI nas atividades de planejamento e gestão das instituições de educação superior. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 5, n. 3, p. 81-107, dez. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983>>. Acesso em: 06jan.2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Teoria e práxis e o antagonismo entre a formação politécnica e as relações sociais capitalistas. In. **Trabalho, Educação e Saúde**. V. 7. Rio de Janeiro, 2009. P. 67-82.

- GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2008.
- GIUIETTI, A. M.; FORERO, E. "Workshop" diversidade taxonômica e padrões de distribuição das Angiospermas brasileiras introdução. **Acta Bot. Bras.** vol.4 no.1 Feira de Santana July 1990.
- GONÇALVES, D. G., SANOS, M. C., PALUDO, C. .PEDAGOGIA SOCIALISTA E POLÍTICA EDUCACIONAL: DEBATE ACERCA DA POLITECNIA. **Germinal: Marxismo e Educação em debate**, p.214-222, 2019.
- GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **Perspectiva**, v. 33, n. 3, p. 1229-1256, 2015.
- IF BAIANO, Relatório de Gestão 2019 (2019), disponível em < [https://IF BAIANO.edu.br/portal/blog/if-baiano-apresenta-relatorio-de-gestao-2019/](https://IFBAIANO.edu.br/portal/blog/if-baiano-apresenta-relatorio-de-gestao-2019/)>. Acesso em 10 nov.2020.
- IF BAIANO, Resolução 51/2020 - OS-CONSUP/IF BAIANO, disponível em < [https://IF BAIANO.edu.br/portal/wp-content/uploads/2020/03/Resolu%C3%A7%C3%A3o-51_2020-OS-CONSUP_IF BAIANO_-Aprovar-a-prorroga%C3%A7%C3%A3o-do-prazo-de-vig%C3%A2ncia-do-Plano-de-Desenvolvimento-Institucional.pdf](https://IFBAIANO.edu.br/portal/wp-content/uploads/2020/03/Resolu%C3%A7%C3%A3o-51_2020-OS-CONSUP_IF_BAIANO_-Aprovar-a-prorroga%C3%A7%C3%A3o-do-prazo-de-vig%C3%A2ncia-do-Plano-de-Desenvolvimento-Institucional.pdf)>. Acesso em 10 nov.2020.
- IMPORTÂNCIA da pesquisa científica. 1 vídeo (2min 6s). Publicado pelo canal Marco Aurélio de Jesus. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=10qnjgWqgo8>. Acesso em 01 mar.2022.
- KINCHELOE, Joe; BERRY, K. **Pesquisa em Educação: conceituando a bricolagem**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de Investigaciones UNAD**, Bogotá, v. 14, n. 2, p. 55-73, 2015.
- KULESZA, A. Trabalho e pedagogia. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 57, n. 51, p. 1-20, jan.-mar. 2019.
- L.S. Vygotsky, A. R. Nuria e A. N. Leontiev, **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 2017.
- LEITE, R.F. (2017). A perspectiva da análise de conteúdo na pesquisa qualitativa: algumas considerações. **Revista Pesquisa Qualitativa**, 5(9), pp. 539-551.
- LIBÂNEO, José Carlos. O Dualismo Perverso da Escola Pública Brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, mar. 2012.
- LOPE, J. R. F. S., & Costa, P. L. S. (2014). Identidade institucional e gestão participativa nos institutos federais: possibilidades de fortalecimento e ressignificação a partir do PDI. XIV Colóquio Internacional de **Gestão Universitária – CIGU**.

Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/131839>.

LORENZET, D., ANDREOLLA, F. FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: A ARTICULAÇÃO ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, p.1-16, 2020.

MACHADO, Lucília. Ensino médio e técnico com currículos integrados: propostas de ação didática para uma relação não fantasiosa. In: MOLL, J. (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MACIEL, A. C.; JACOMELI, M. R. M.; BRASILEIRO, T. S. A. Fundamentos da educação integral politécnica: da teoria à prática. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 139, p. 473-488, abr./jun. 2017.

MACIEL, A.C. Marx e a politecna, ou: do princípio educativo ao princípio pedagógico. **Revista Exitus**, Santarém, v. 8, n, 2, p. 85-110, mai-ago.2018.

MARCELINO, G. F. **Gestão estratégica da universidade: a construção da FACE**. Brasília. Editora da Universidade de Brasília. 2004.

MARCOMIN, F. E.; Silva, A. D. V. A sustentabilidade no ensino superior brasileiro: alguns elementos a partir da prática de educação ambiental na universidade. **Contrapontos, Itajaí: UNIVALI**, v. 9, n. 2, p. 104-117, ago. 2009.

MARTINS, João Carlos. Vygotsky e o papel das interações sociais na sala de aula: reconhecer e desvendar o mundo. **Série Idéias**, v. 28, p. 111-122, 1997.

MAXIMIANO, A. C. A. (2004). **Teoria geral da administração**. São Paulo: Atlas

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MINAYO, M.C. de S., Deslandes, S.F.; Neto, O.C. & Gomes, R. (2002). **Pesquisa social teoria método e criatividade**. Petrópolis: Vozes.

MINTO, Lalo Watanabe. Governo Lula e " reforma universitária": presença e controle do capital no ensino superior. **Educação & Sociedade**, v. 29, p. 1246-1249, 2008.

MORAES, R. **Análise de conteúdo**. **Educação**, Porto Alegre, v. 22, n.37, p. 7-32, mar. 1999.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, v. 2, p. 4-30, 2007.

NASCIMENTO, Jaqueline Dourado do et al. Avaliação externa e Avaliação institucional: o que nos dizem os projetos pedagógicos de cursos de uma Instituição Federal de Ensino?.

OLIVEIRA, Francisco Nilton Gomes de. PROJETO PEDAGÓGICO

INSTITUCIONAL-PPI: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE O DOCUMENTO. 2011.

OLIVEIRA, M. K. (1993). **Vygotsky: Aprendizado e Desenvolvimento, Um Processo Sócio-Histórico**. São Paulo: Scipione, 1993.

OLIVEIRA, Maria Eunice de; STOLTZ, Tania. Teatro na escola: considerações a partir de Vygotsky. **Educar em revista**, n. 36, p. 77-93, 2010.

OS INSTITUTOS Federais e o compromisso com a transformação social (2h 09min 22s). Publicado pelo canal IfrsOsoComunicacao. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=_uvboSTv3-g. Acesso em 11 ago.2020.

PÁDUA, E. M. M.; CARLOS, D. M.; FERRIANI, M. G. C. Estudos de Caso: Informações e Registros como critérios de consistência e credibilidade em abordagens qualitativas. **Investigação qualitativa em ciências sociais**, v. 3, p. 298-307, 2017.

PARENTE, M. L. DA S.; PORTO JUNIOR, F. G. R. O PDI da UFT: instrumento burocrático ou instrumento de gestão? Uma breve análise. **Revista Observatório**, v. 1, n. 3, p. 317-335, 26 dez. 2015.

PARO, V.H. **Diretor escolar: educador ou gerente?** São Paulo: Cortez, 2015.

PLANO de Desenvolvimento Institucional- Identidade e Gestão para a construção da excelência (2015 A 2019), Site do instituto Federal Baiano. Disponível em <https://www.ifbaiano.edu.br/reitoria/wp-content/uploads/2015/06/pdi-diagramado.pdf>. Acesso em 01 mar.2022.

POMBO, O. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. **Liinc em Revista**, v. 1, n. 1, p.3-15, 2005.

PROCESSO de Comunicação. 1 vídeo (6min 38s). Publicado pelo canal Daniela Ramos. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=_C3AmzKpJbQ. Acesso em 01 mar.2022.

RAMOS, Marise. Concepção do ensino médio integrado. **Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará nos dias**, v. 8, 2008.

RAMOS, M.N. Ensino Médio Integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão. In: ARAÚJO, A.C.; SILVA, C.N. (Orgs.). **Ensino Médio Integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**. Brasília: Ed. IFB, 2017. p. 20-43.

RAMOS, Marise. Os CEFET no ensino superior. **Educação & Tecnologia**, v. 12, n. 1, 2007.

Rampazo, A. V., & Ichikawa, E. Y. (2009). Bricolage: a busca pela compreensão de novas perspectivas em pesquisa social. **Anais do Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade**, Curitiba, PR, Brasil, 2. Acesso 16 jul. 2017, em <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnEPQ64.pdf>

REGO, T. C. (1995). **Vygotsky – Uma Perspectiva HistóricoCultural da Educação**. Petrópolis: Ed. Vozes. Rego, A. (1995).

RESOLUÇÃO 117/2021- OS – CONSUP/IF BAIANO, de 23/02/2021 <https://IFBAIANO.edu.br/portal/wp-content/uploads/2021/02/Resolucao-117.2021-com-anexo.pdf>

REZENDE, F.; OSTERMANN, F. O protagonismo controverso dos mestrados profissionais em ensino de ciências. **Ciência e Educação**, Bauru, v. 21, n. 3, p. 543-558, 2015.

RITTER, Elizandra Sirlei Del Zotto; DA SILVA DUARTE, Dr^a Zuleyka. O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO NA PERSPECTIVA DE UMA FORMAÇÃO HUMANA OMNILATERAL. **Prociências**, v. 2, n. 1, p. 30-46, 2019.

RIZZATTI, M. I.; MENDONÇA, A. P.; MATTOS, F.; RÔÇAS, G.; SILVA, M. A. B. V.; CAVALCANTI, R. J. S.; OLIVEIRA, R. R. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposição de um grupo de colaboradores. **ACTIO** Docência em Ciências, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2020.

ROZIN, Eliane Maria; DEMO, Pedro. Pesquisa, princípio científico e educativo. **Saberes: Revista Interdisciplinar de Filosofia e Educação**, n. 17, Natal, 2018.

SANTOS, Emerson Silva. Percursos metodológicos das pesquisas em educação, gênero e sexualidade: (re)construindo caminhos a partir da bricolagem. **REIS**, v. 2, n. 1, p. 07-23, jan.-jun. 2018.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politecnia. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 1, n. 1, p. 131-152, mar. 2003.

SCARPA, D.L.O papel da argumentação no ensino de ciências: Lições de um workshop. **Revista Ensaio – Belo Horizonte – v.17 n.especial – p.15-30 – novembro - 2015**

SCHIEHL, E. P.; GASPARINI, I. Contribuições do Google Sala de Aula para o Ensino Híbrido. **RENOTE**, v. 14, n. 2, 2016.

SCHMIT, L. Z.; TRAESEL, Neide Marlene. Pesquisa como Princípio Educativo: Proposta de articulação do Conhecimento Escolar no Ensino Médio. **XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências–XI ENPEC**, 2017.

SCHNEIDER, E. M., Fujii, R. A. X & Corazza, M. A. (2017). Pesquisas quali-quantitativas: contribuições para a pesquisa em ensino de ciências. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo (SP), 5(9), 569-584, dez. 2017. ISSN 2525-8222

SEGENREICH, Stella C. D. O PDI como referente para avaliação de instituições de educação superior: lições de uma experiência. **Ensaio: Aval. Políticas Públicas**

Educacionais, Rio de Janeiro, v. 13, n. 47, p. 149-168, abr./jun., 2005.

SILVA, D.; LOPES, E. L., JUNIOR, S. S. B. Pesquisa Quantitativa: Elementos, Paradigmas e Definições. **Revista Gestão e Secretariado**, v. 5, n. 1, p. 01-18, jan./abr. 2014.

SILVA, Flávia A.; GONÇALVES, Carlos A. O processo de formulação e implementação do planejamento estratégico em instituições públicas. **Revista de Administração da UFSM**, v. 4, n. 3, p. 458-476, set./dez. 2011.

SILVA, Gerla; NETTO, José Francisco. Um relato de experiência usando Google Sala de Aula para apoio à aprendizagem de química. In: **Anais do XXIV Workshop de Informática na Escola**. SBC, 2018. p. 119-128.

SILVEIRA, D. S.; NOVELLO, T. P.; LAURINO, D. P. Uma prática pedagógica articulando conceitos geométricos, didáticos e ferramentas tecnológicas. **Revista Themis**, Pelotas, v. 14, n. 3, p. 67-76, 2017.

SOBRE o dualismo educacional, com Jéferson Dantas. 1 vídeo (1min 32s). Publicado pelo canal Jeferson Dantas. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=cVo4We6zaUA>. Acesso em 01 mar.2022.

TERRADAS, R. (2011). A importância da interdisciplinaridade na educação matemática. **Revista da Faculdade da Educação**, (16), 95 – 114. Retirado de http://www2.unemat.br/revistafaed/content/vol/vol_16/artigo_16/95_114.pdf

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-Ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011

VALES, IDENILDA NASCIMENTO et al. Implementação do planejamento estratégico em uma ies pública à luz do PDI: visão dos gestores. 2018.

VIEIRA, F. S. (2009). Avanços e desafios do planejamento no Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 14, Supl. 1, p. 1565-1577, set./out. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000800030&lng=en&nrm=iso&tlng=pt >. Acesso em 28 set. 2020.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A (WORKSHOP)

Figura 8: Slide 1 – Apresentação do workshop



INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - PROGRAMA PROFEPT - GRUPO DE PESQUISA TICASE

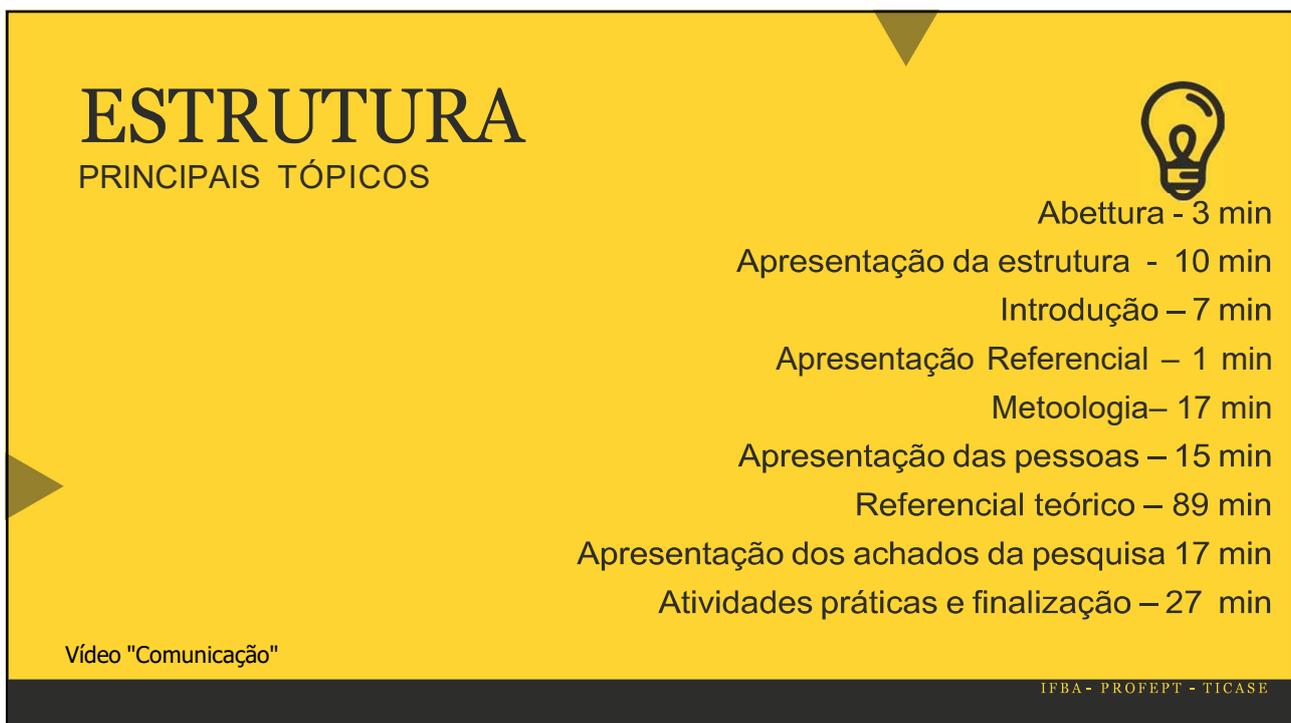
O PDI DO INSTITUTO FEDERAL BAIANO (2015-2019) E AS BASES CONCEITUAIS DA EPT :

UMA ARTICULAÇÃO EM PROL DE UM ENSINO PROFISSIONAL TECNOLÓGICO DE QUALIDADE

Mestranda:
Adriana Maria de Almeida Maia Campos

Orientadora:
Profa. Dra. Tereza Kelly Gomes Carneiro

Figura 9: Slide 2 – Estrutura do workshop



ESTRUTURA
PRINCIPAIS TÓPICOS



Abertura - 3 min

Apresentação da estrutura - 10 min

Introdução – 7 min

Apresentação Referencial – 1 min

Metodologia– 17 min

Apresentação das pessoas – 15 min

Referencial teórico – 89 min

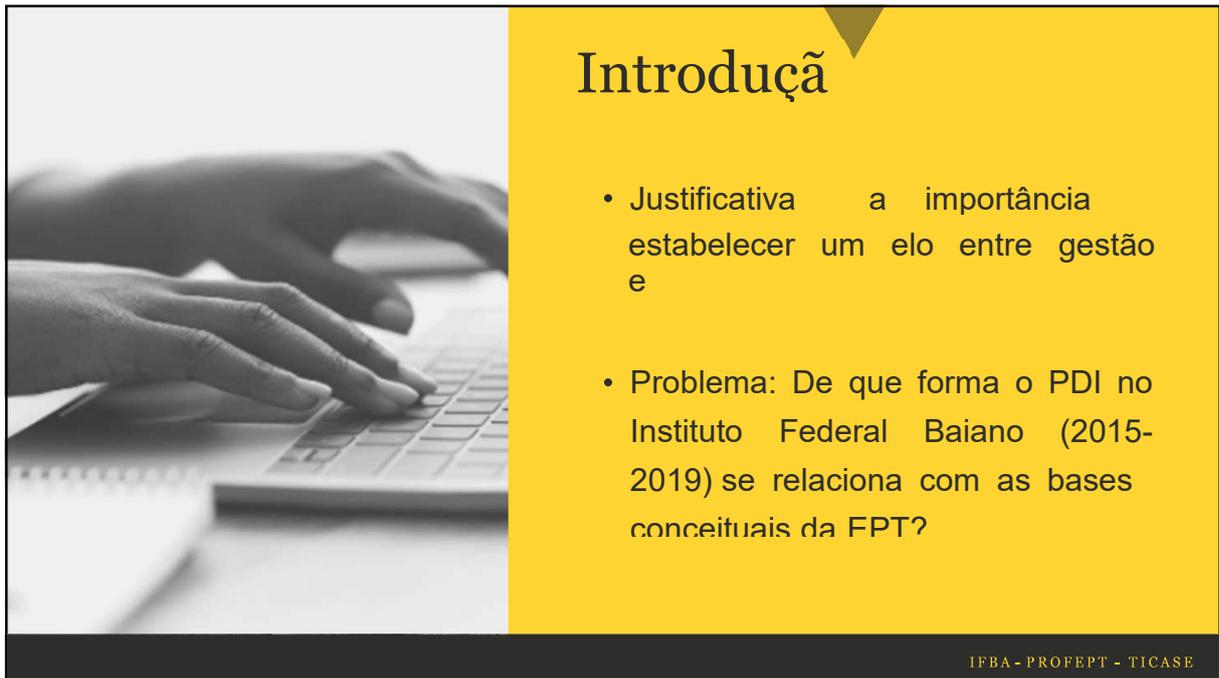
Apresentação dos achados da pesquisa 17 min

Atividades práticas e finalização – 27 min

Vídeo "Comunicação"

IFBA - PROFEPT - TICASE

Figura 10: Slide 3 – Introdução

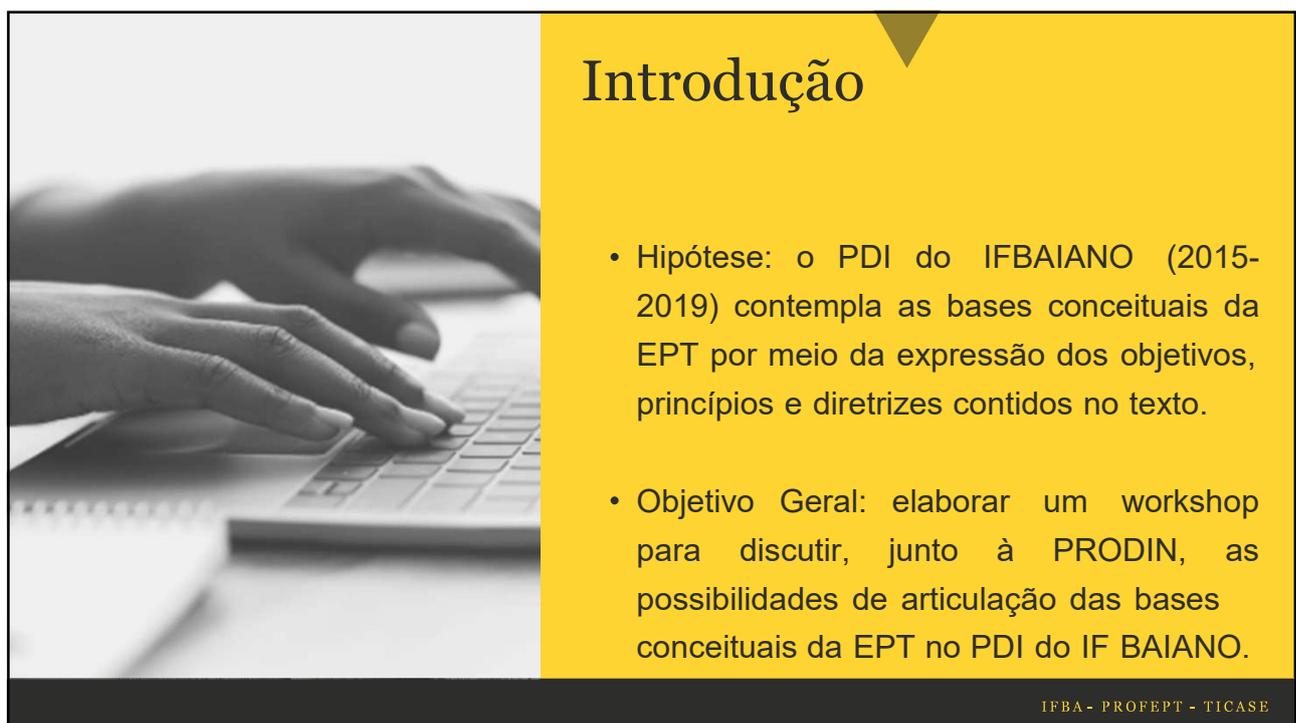


Introdução

- Justificativa a importância estabelecer um elo entre gestão e
- Problema: De que forma o PDI no Instituto Federal Baiano (2015-2019) se relaciona com as bases conceituais da FPT?

IFBA - PROFEPT - TICASE

Figura 11: Slide 4 – Introdução

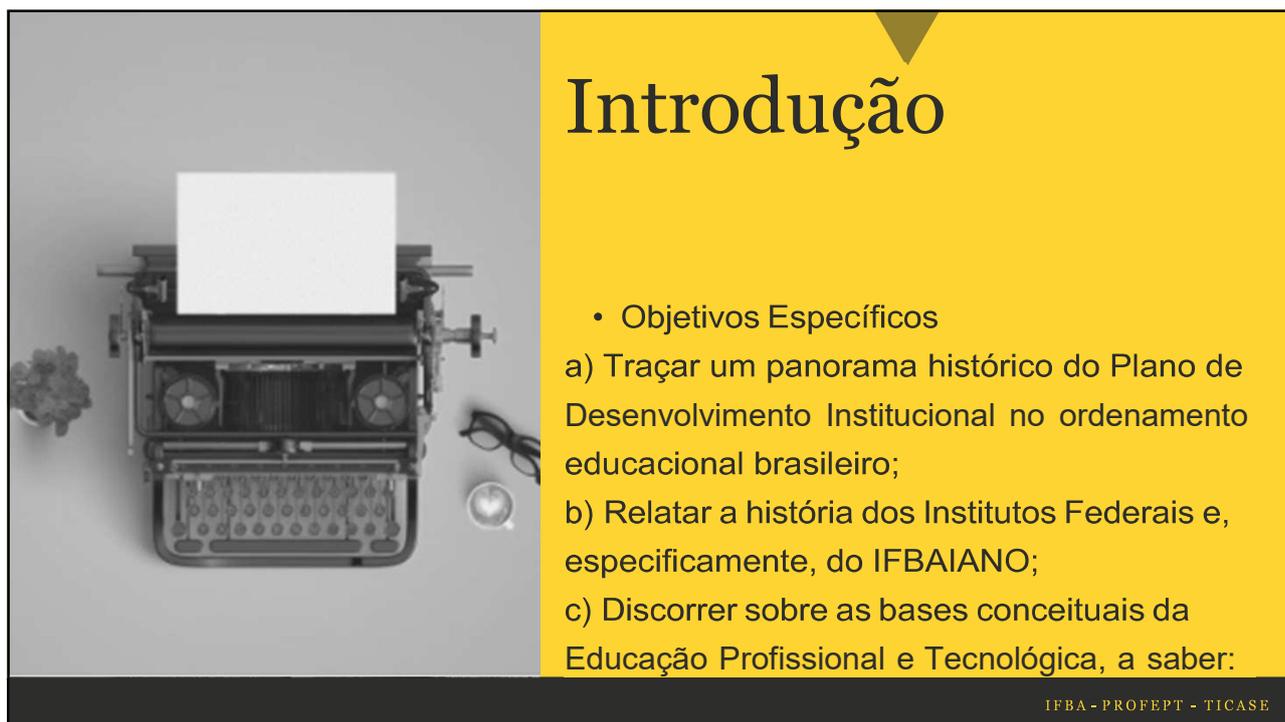


Introdução

- Hipótese: o PDI do IFBAIANO (2015-2019) contempla as bases conceituais da EPT por meio da expressão dos objetivos, princípios e diretrizes contidos no texto.
- Objetivo Geral: elaborar um workshop para discutir, junto à PRODIN, as possibilidades de articulação das bases conceituais da EPT no PDI do IF BAIANO.

IFBA - PROFEPT - TICASE

Figura 12: Slide 5 – Introdução

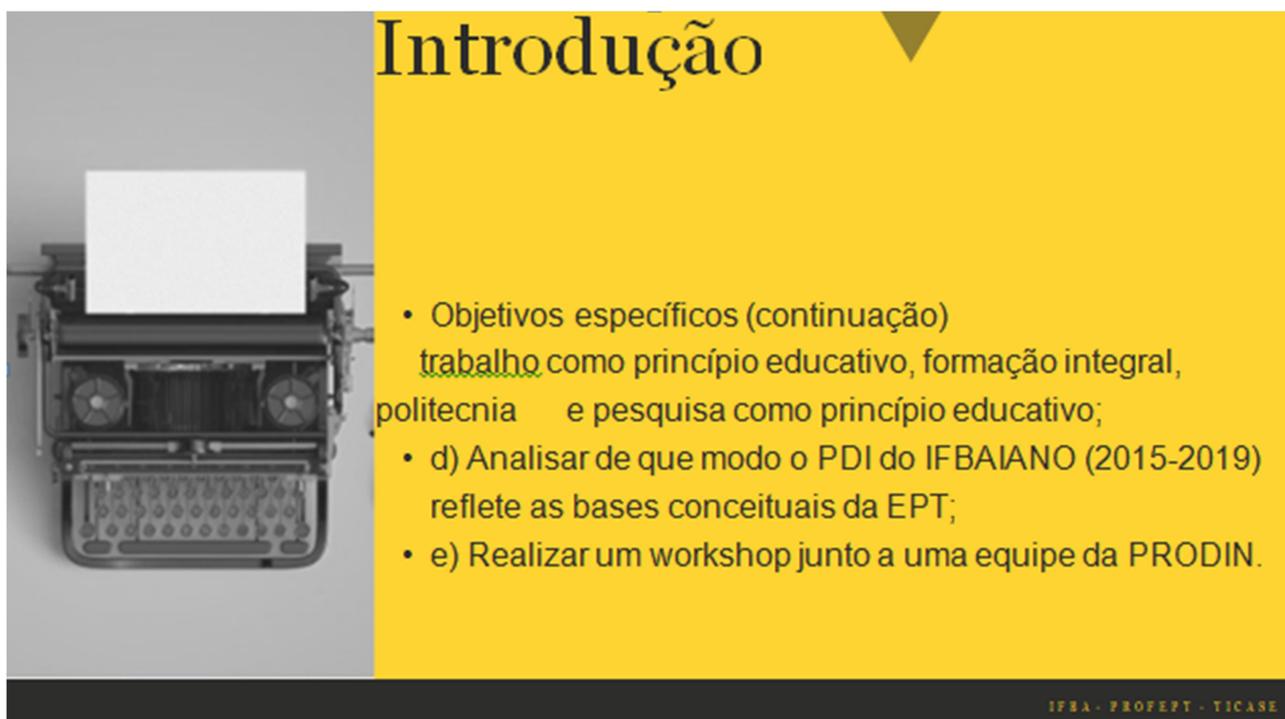


Introdução

- Objetivos Específicos
 - a) Traçar um panorama histórico do Plano de Desenvolvimento Institucional no ordenamento educacional brasileiro;
 - b) Relatar a história dos Institutos Federais e, especificamente, do IFBAIANO;
 - c) Discorrer sobre as bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica, a saber:

IFBA - PROFEPT - TICASE

Figura 13: Slide 6 – Introdução



Introdução

- Objetivos específicos (continuação)
 - trabalho como princípio educativo, formação integral, politecnicia e pesquisa como princípio educativo;
- d) Analisar de que modo o PDI do IFBAIANO (2015-2019) reflete as bases conceituais da EPT;
- e) Realizar um workshop junto a uma equipe da PRODIN.

IFBA - PROFEPT - TICASE

Figura 14: Slide 7 – Sobre o produto educacional

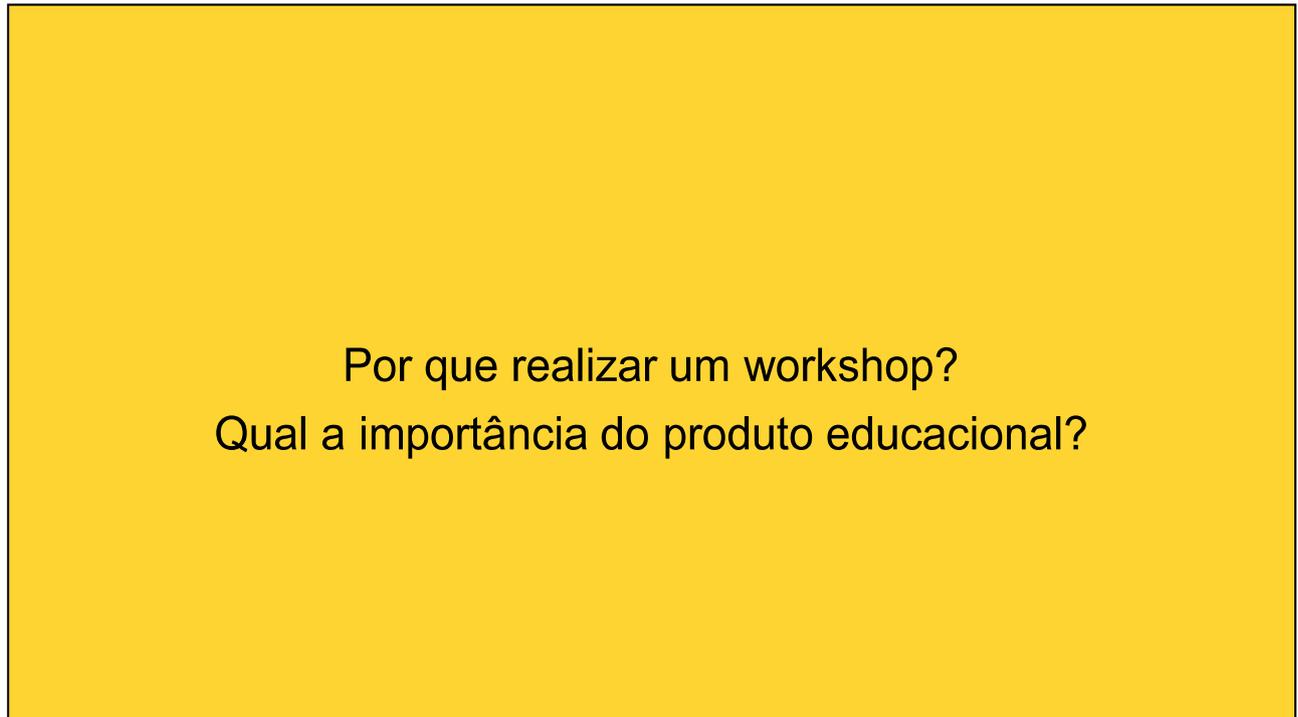


Figura 15: Slide 8 – Referencial teórico



Figura 16: Slide 9 – O percurso metodológico



Figura 17: Slide 10 – A metodologia

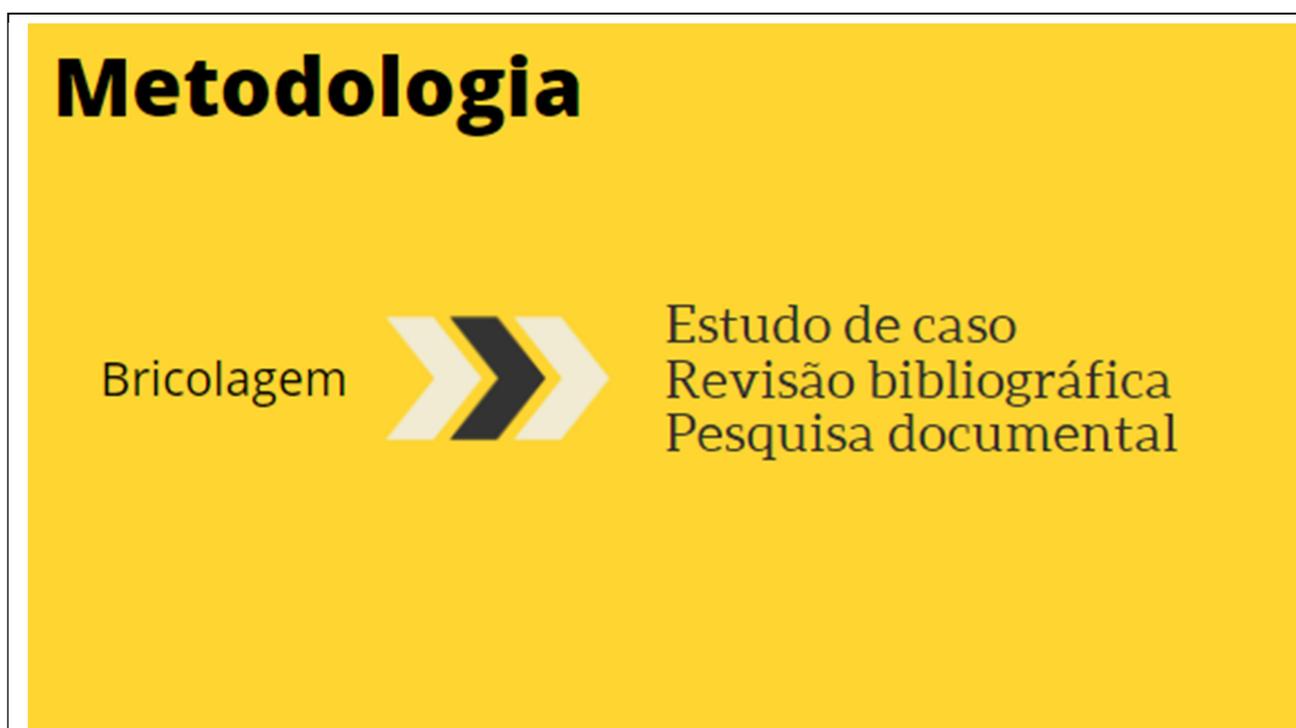


Figura 18: Slide 11 – Etapas da pesquisa



Figura 19: Slide 12 – A estrutura do PDI (2015-2019)

O PDI DO IFBAIANO (2015-2019)

Cap. 1 Perfil Institucional

Cap. 2 Planejamento Estratégico

Cap. 3 Projeto Pedagógico da Instituição

Cap. 4 Plano de oferta de cursos e vagas

Cap. 5 Plano Diretor de Infraestrutura física

Cap. 6 Organização de gestão de pessoal

Cap. 7 Organização administrativa

Cap. 8 Capacidade de sustentabilidade financeira

Cap. 9 Avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional

Figura 20: Slide 13 – Critérios adotados

CRITÉRIOS ADOTADOS

TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

Desenvolvimento dos indivíduos e da vida coletiva.
Exemplos: atividade laboral / exercício profissional / desenvolvimento regional / desenvolvimento social e econômico

FORMAÇÃO INTEGRAL

Aspectos formativos gerais e profissionais, valores sociais/ideais de sociedade.
Exemplos: currículo integrado / formação ampliada / transformação da sociedade / cidadania.

Figura 21: Slide 14 – Critérios adotados

CRITÉRIOS ADOTADOS

POLITECNIA

Aspectos formativos complexos, diversidade dos sujeitos.
Exemplos: político / ético / estético / comunidades tradicionais / pluralismo.

PESQUISA COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

Demanda e a geração de resultados, aspectos técnicos e conceituais.
Exemplos: aprendizado ativo / iniciação científica / demandas sociais / teoria e prática.

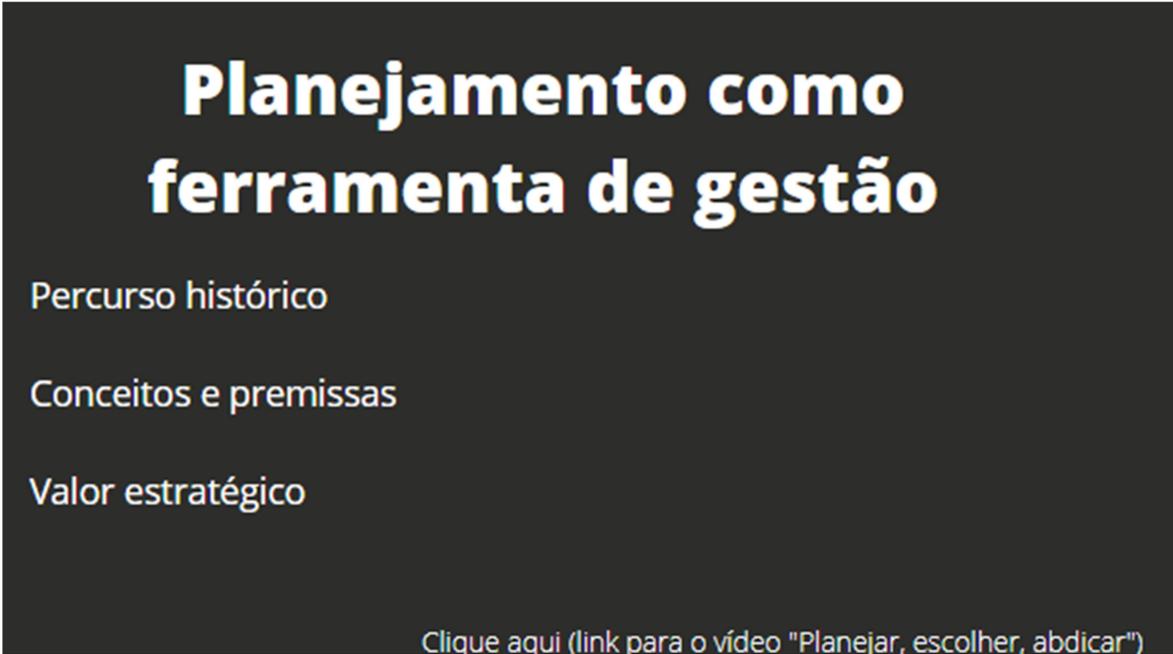
Figura 22: Slide 15 – Premissas da pesquisa



Figura 23: Slide 16 – Apresentação dos participantes



Figura 24: Slide 17 – Planejamento



**Planejamento como
ferramenta de gestão**

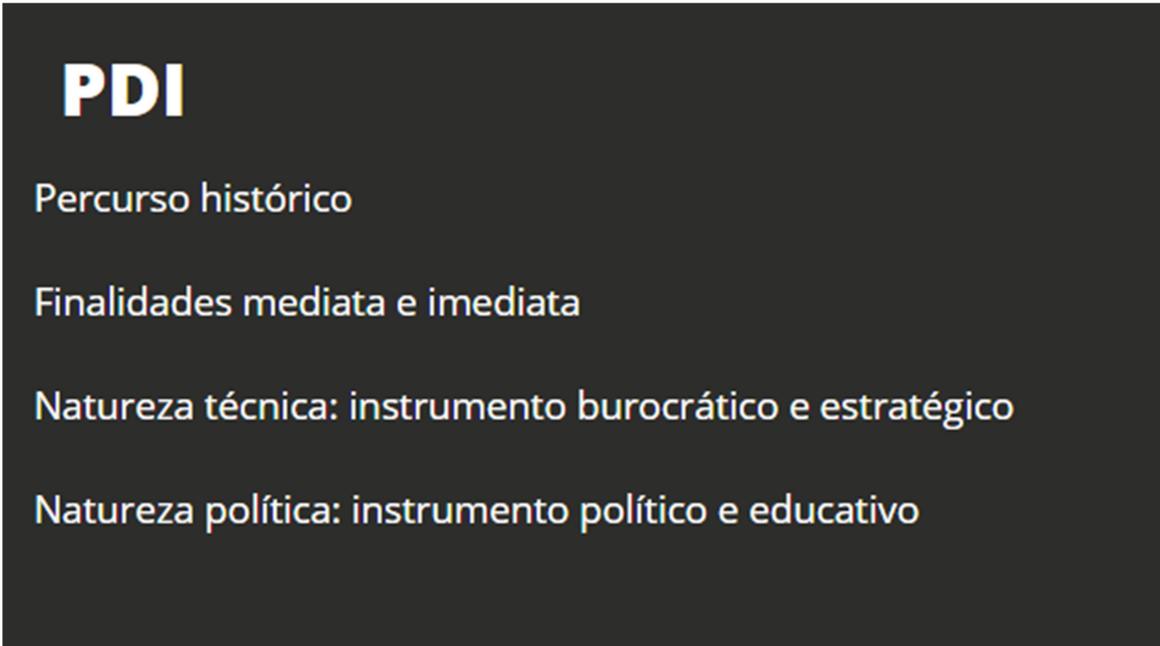
Percurso histórico

Conceitos e premissas

Valor estratégico

[Clique aqui \(link para o vídeo "Planejar, escolher, abdicar"\)](#)

Figura 25: Slide 18 – PDI



PDI

Percurso histórico

Finalidades mediata e imediata

Natureza técnica: instrumento burocrático e estratégico

Natureza política: instrumento político e educativo

Figura 26: Slide 19 – Sociointeracionismo

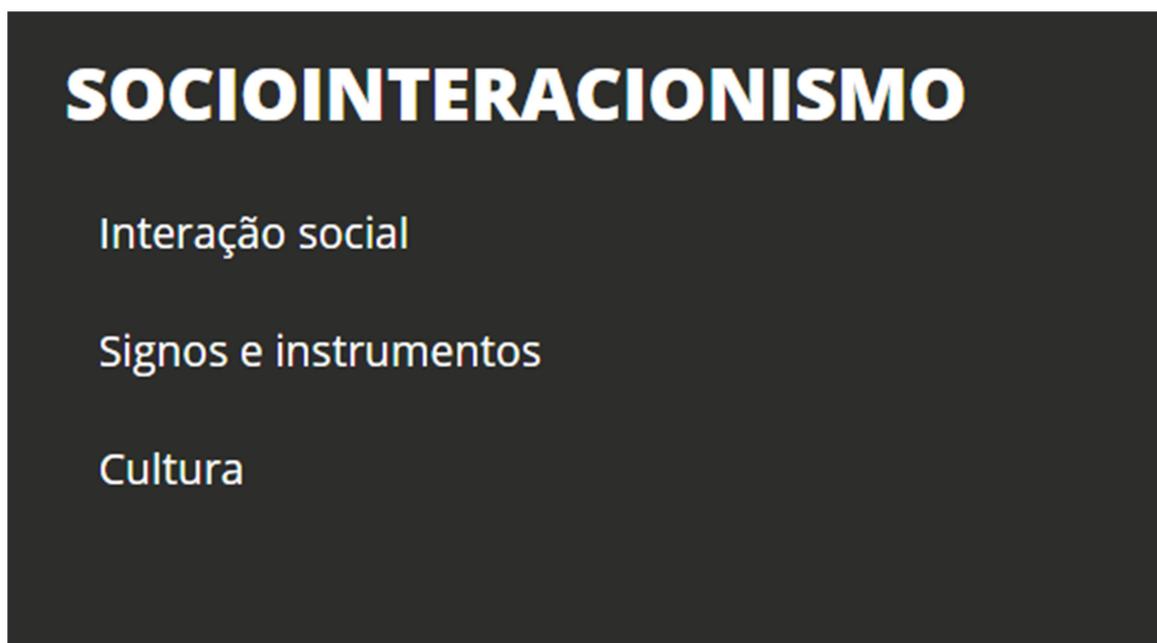


Figura 27: Slide 20 – Bases conceituais da EPT

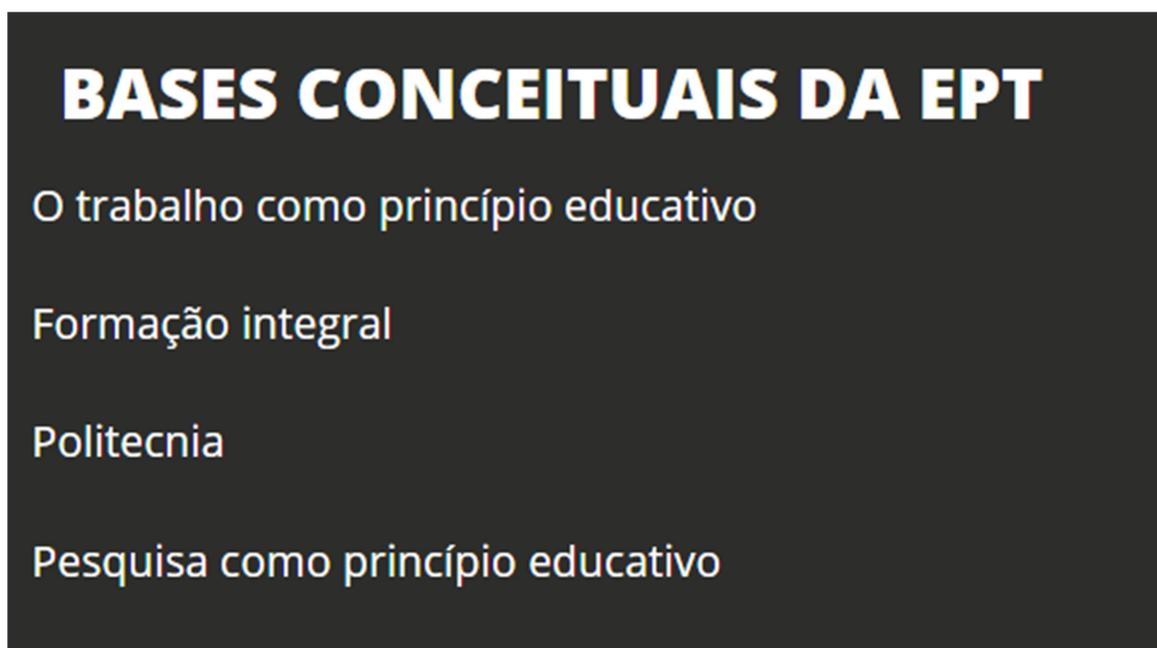


Figura 28: Slide 21 – O trabalho como princípio educativo

O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

O trabalho como elemento fundamental para a sobrevivência e formação do ser humano.

A centralidade do trabalho na constituição humana.

Clique aqui (link para trecho do filme Vídeo "Tempos modernos")

IFBA - PROFEPT - TICASE

Figura 29: Slide 22 – A formação integral

A FORMAÇÃO INTEGRAL

Integração das dimensões intelectuais e técnicas para a formação integral do ser humano.

A perspectiva da totalidade no processo educativo.

Clique aqui (link para o vídeo "Entrevista prof. Jeferson Dantas")

IFBA - PROFEPT - TICASE

Figura 30: Slide 23 – A poitecnia

A POLITECNIA

Superação da dualidade entre trabalho manual e intelectual por meio de uma formação ampla.

Desenvolvimento das dimensões intelectual, física, tecnológica e política.

[Clique aqui \(link para o vídeo "Politecnia"\)](#)

IFBA - PROFEPT - TICASE

Figura 31: Slide 24 – A pesquisa como princípio educativo

A PESQUISA COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

Elo entre teoria e prática.

Produção de novos conhecimentos a partir de uma postura ativa e criativa no mundo.

[Clique aqui \(link para o vídeo "Pesquisa, inovação tecnológica e extensão"\)](#)

IFBA - PROFEPT - TICASE

Figura 32: Slide 25 – Exercício reflexivo (pausa)

Exercício reflexivo

De que modo poderíamos abarcar as bases conceituais no PDI?

Pausa de 15 minutos para descanso e reflexão.

Figura 33: Slide 26 – Achados da pesquisa

**APRESENTAÇÃO DOS
ACHADOS DA PESQUISA**

IFBA - PROFFET - TICASE

Figura 34: Slide 27 – Dados brutos



Figura 35: Slide 28 – Dados brutos



Figura 36: Slide 29 – Gráfico



Figura 37: Slide 30 – Gráfico

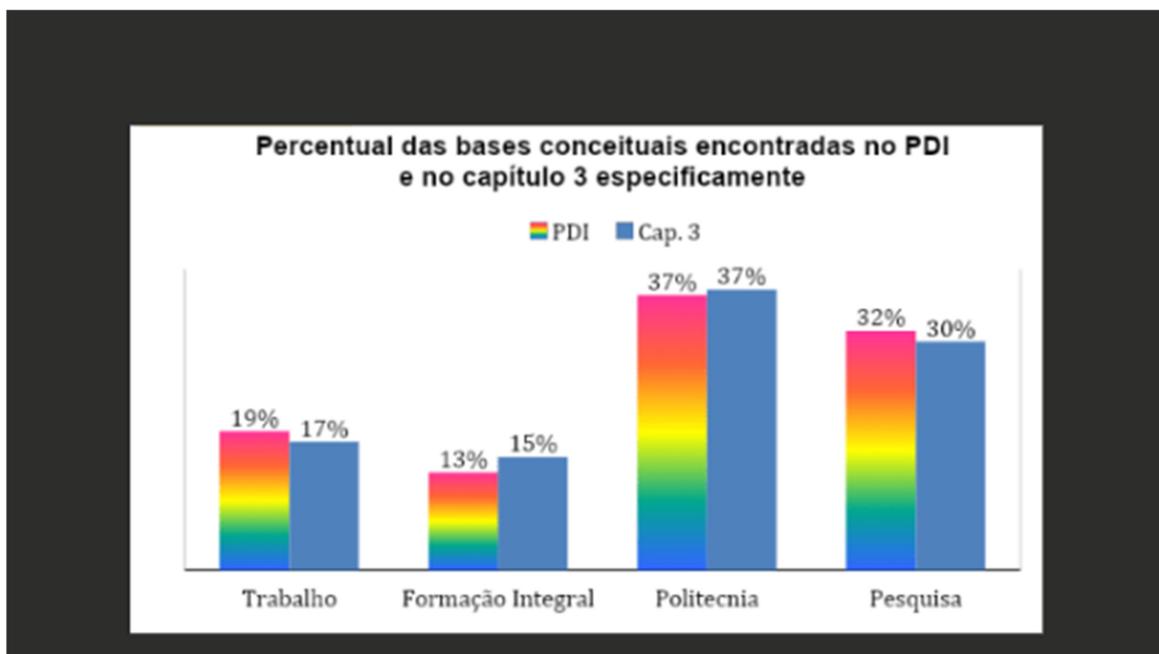


Figura 38: Slide 31 – Análise dos dados



Figura 39: Slide 32 – Análise dos dados



Figura 40: Slide 33 – Outras discussões

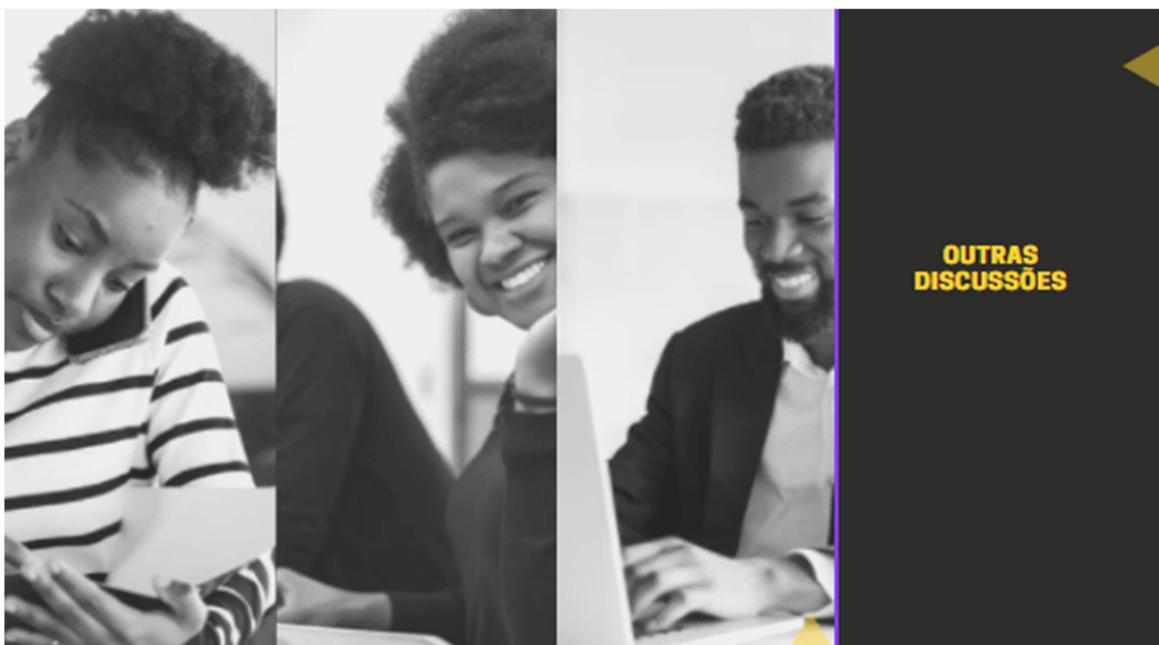


Figura 41: Slide 34 – Outras discussões



Figura 42: Slide 35 – Quizz

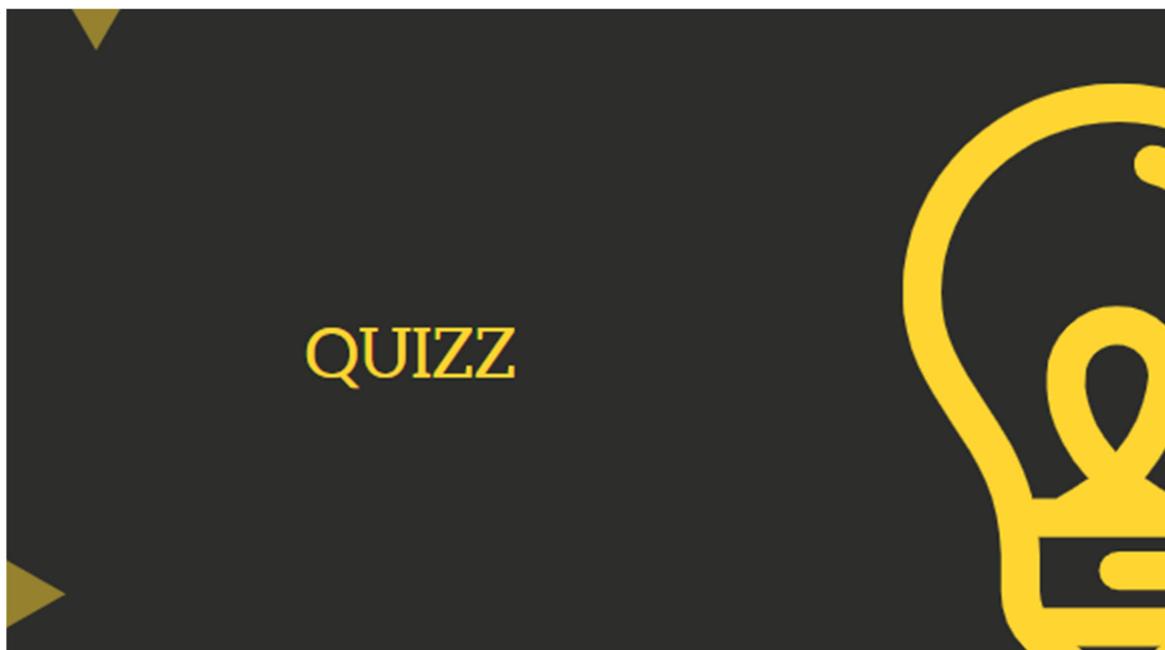


Figura 43: Slide 36 – Quizz

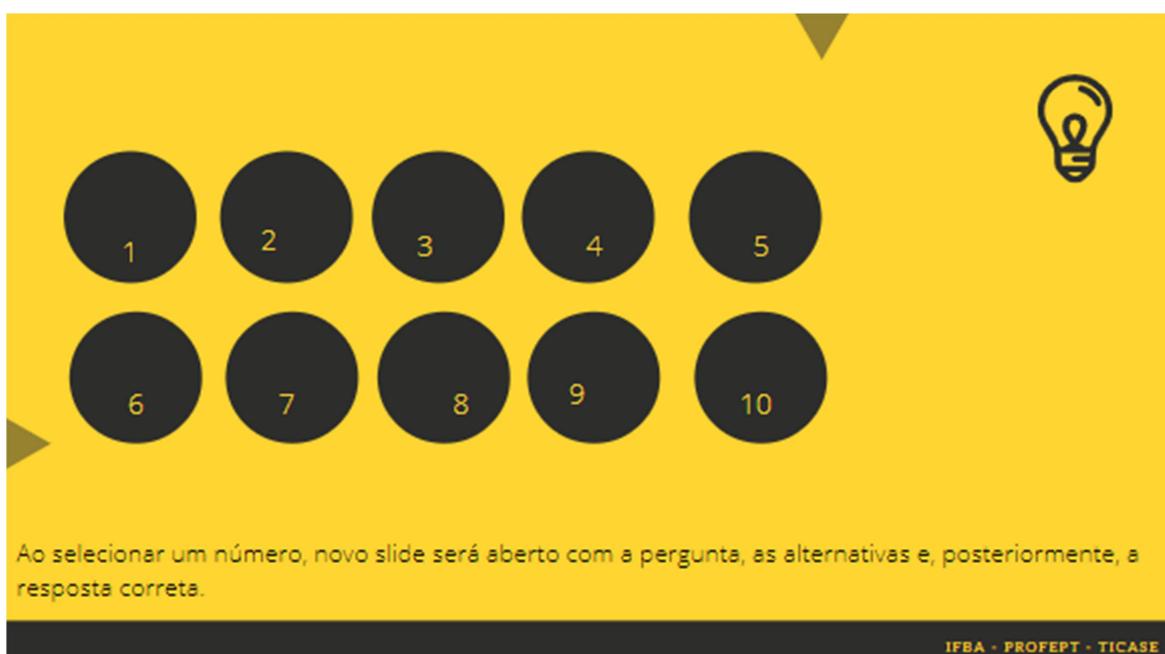
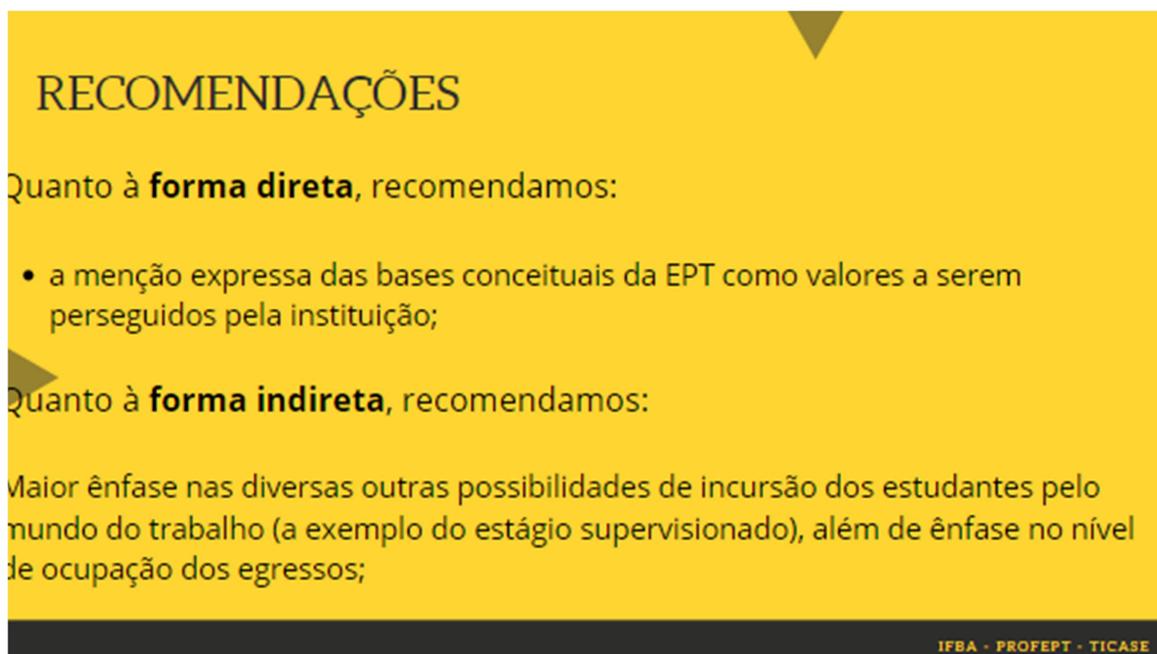


Figura 44: Slide 37 – Recomendações



RECOMENDAÇÕES

Quanto à **forma direta**, recomendamos:

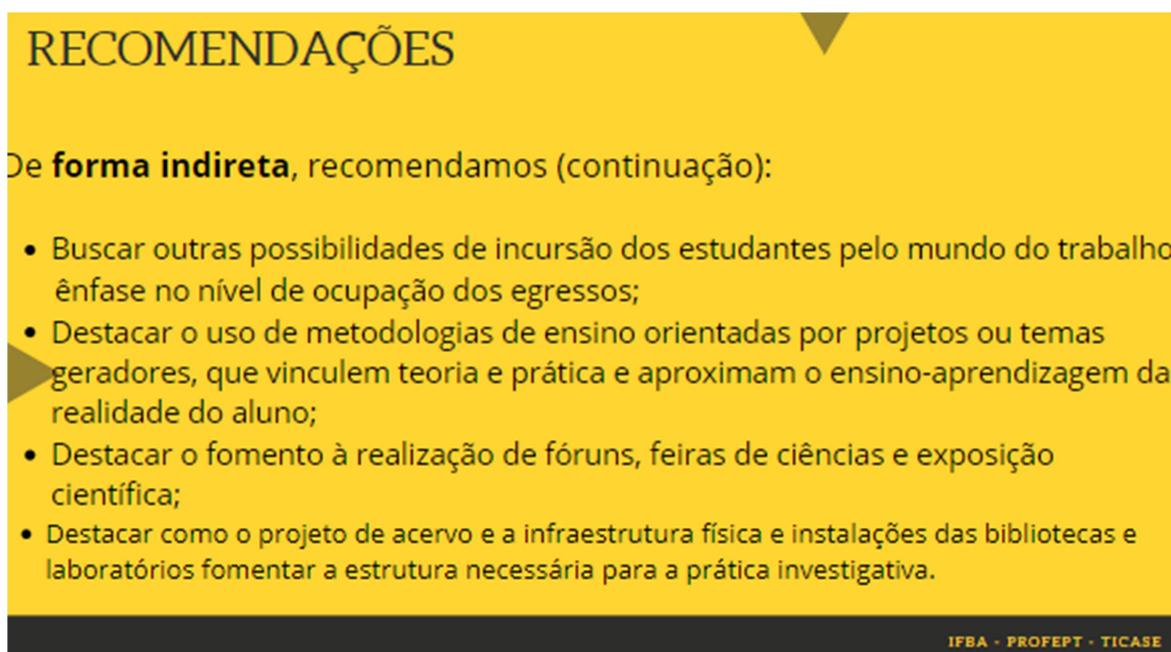
- a menção expressa das bases conceituais da EPT como valores a serem perseguidos pela instituição;

Quanto à **forma indireta**, recomendamos:

Maior ênfase nas diversas outras possibilidades de incursão dos estudantes pelo mundo do trabalho (a exemplo do estágio supervisionado), além de ênfase no nível de ocupação dos egressos;

IFBA - PROFEPT - TICASE

Figura 45: Slide 38 – Recomendações



RECOMENDAÇÕES

De **forma indireta**, recomendamos (continuação):

- Buscar outras possibilidades de incursão dos estudantes pelo mundo do trabalho ênfase no nível de ocupação dos egressos;
- Destacar o uso de metodologias de ensino orientadas por projetos ou temas geradores, que vinculem teoria e prática e aproximam o ensino-aprendizagem da realidade do aluno;
- Destacar o fomento à realização de fóruns, feiras de ciências e exposição científica;
- Destacar como o projeto de acervo e a infraestrutura física e instalações das bibliotecas e laboratórios fomentar a estrutura necessária para a prática investigativa.

IFBA - PROFEPT - TICASE

Figura 46: Slide 39 – Sugestões

SUGESTÕES

Palestra sobre Educação Profissional com a professora Marise Ramos, canal do Youtube IFSul Sapucaia do Sul, link <https://www.youtube.com/watch?v=xER3l33gBso>

Diálogo com Gaudêncio Frigotto - Trabalho, educação e emancipação humana, canal no Youtube IFSC, link <https://www.youtube.com/watch?v=Ypp5MtVBSxk>

Acácia Kuenzer: O trabalho como princípio educativo, canal do Youtube MEP SINASEFE, link <https://www.youtube.com/watch?v=OoRPX-IBmIY>

Educar pela pesquisa Professor Pedro Demo, canal no Youtube Laboratório Bioprocessos, link https://www.youtube.com/watch?v=IRhoBE_ZrC0



IFBA - PROFEPT - TICASE

Figura 47: Slide 40 – Encerramento



O PDI DO INSTITUTO FEDERAL BAIANO (2015-2019) E AS BASES CONCEITUAIS DA EPT : UMA ARTICULAÇÃO EM PROL DE UM ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO DE QUALIDADE

ADRIANA MARIA DE ALMEIDA MAIA CAMPOS
jcampos.adriana@gmail.com

APÊNDICE B – Quizz (perguntas e respostas)

1. Numa instituição de ensino superior, o PDI:

é um instrumento técnico e estratégico de gestão que existe em função da missão finalística da instituição.

é um documento técnico e burocrático dissociado da missão educativa da instituição.

apresenta aspectos técnicos burocráticos e aspectos estratégicos de gestão.

Resposta: primeira alternativa.

2. Nas instituições de ensino superior o PDI é um documento:

opcional

facultativo

obrigatório

Resposta: terceira alternativa.

3. O primeiro documento a regulamentar o PDI foi:

Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004

Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

Resposta: segunda alternativa.

4. O PDI é um documento que:

pode auxiliar as IES a alcançarem seus objetivos educativos.

contempla apenas aspectos burocráticos exigidos legalmente.

contempla aspectos burocráticos exigidos legalmente e auxilia as IES a alcançarem seus objetivos educativos.

Resposta: primeira alternativa.

5. Qual a possível relação entre as bases conceituais da EPT e o PDI?

não há possibilidades.

as bases conceituais da EPT podem constar no PDI como elementos norteadores da gestão institucional que fomenta as práticas educativas.

as bases conceituais da EPT podem constar apenas no capítulo do PPI dedicado ao PPI, visto que são elementos que se relacionam com questões educativas.

Resposta: segunda alternativa.

6. O trabalho como princípio educativo:

- indica que o ser humano estuda apenas para estar apto ao mercado de trabalho.
- orienta a formação para a emancipação humana.
- indica que o ser humano aprende e se constitui durante a realização do trabalho.

Resposta: terceira alternativa.

7. A politecnia prevê:

- um ensino restrito e mecanicista.
- a superação da dualidade entre trabalho manual e intelectual.
- um ensino amplo que contemple a diversidade da vida.

Resposta: terceira alternativa.

8. Formação integral é um princípio que preconiza:

- a dualidade na educação.
- uma educação em tempo integral.
- prioriza tanto aspectos técnicos como teóricos.

Resposta: terceira alternativa.

9. A dualidade na educação brasileira significa que:

- a qualidade da educação ofertada aos ricos é diferente da ofertada aos pobres.
- aos ricos é ofertada uma educação propedêutica e aos pobres, uma educação tecnicista profissionalizante.
- ricos e pobres têm o mesmo tipo de educação.

Resposta: primeira alternativa.

10. A pesquisa como princípio educativo:

- se relaciona com a produção de conhecimento a partir da interlocução entre teoria e prática.
- é um princípio indissociável do ensino e da extensão.
- é um princípio isolado e específico.

Resposta: segunda alternativa.

APÊNDICE C – Formulário de avaliação do workshop

Avaliação do Workshop

Avaliação Workshop "O PDI DO INSTITUTO FEDERAL BAIANO (2015-2019) E AS BASES CONCEITUAIS DA EPT : UMA ARTICULAÇÃO EM PROL DE UM ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO DE QUALIDADE"

1. O que achou da dos recursos utilizados para o workshop?

() Ruim

() Regular

() Bom

() Ótimo

() Outra opção: _____

2. O que achou da duração do workshop?

() Ruim

() Regular

() Bom

() Ótimo

() Outra opção: _____

3. O que achou do conteúdo apresentado?

() Ruim

() Regular

() Bom

() Ótimo

() Outra opção: _____

4. O que achou da dinâmica do workshop?

() Ruim

() Regular

() Bom

() Ótimo

() Outra opção: _____

5. Sinta-se à vontade para registrar um comentário sobre a apresentação, caso deseje.

Formulário disponível em :

https://docs.google.com/forms/d/1sSMJjK9GpbW4o4bs_gvlnwzDPDJNnWTDuZKbxRIJrjo/edit